



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Catálogo da Coleção Tribunal de Segurança Nacional



Brasília
2017

**Catálogo da
Coleção Tribunal
de Segurança Nacional**

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (2017)

Dr. José Coêlho Ferreira (*Ministro-Presidente*)

Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes (*Ministro Vice-Presidente*)

Ministros

Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Ten Brig Ar William de Oliveira Barros

Alte Esq Alvaro Luiz Pinto

Dr. Artur Vidigal de Oliveira

Ten Brig Ar Cleonilson Nicácio Silva

Alte Esq Marcus Vinicius Oliveira dos Santos

Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos

Dr. José Barroso Filho

Gen Ex Odilson Sampaio Benzi

Alte Esq Carlos Augusto de Sousa

Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo

Gen Ex Marco Antônio de Farias

Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Secretaria do STM

Eder Soares de Oliveira (*Diretor-Geral*)

Diretoria de Documentação e Gestão de Conhecimento (Didoc)

Maria Juvani Lima Borges (Diretora)

Coordenadoria de Gestão do Conhecimento (Coges)

Luciana Lopes Humig (Coordenadora)

Coordenadoria de Informação, Divulgação e Memória Institucional (Codim)

Airton Guimaraes Xavier (Coordenador)



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Catálogo da Coleção Tribunal de Segurança Nacional

Brasília-DF

2017



Esta obra está licenciada com uma Licença *Creative Commons* Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Supervisão editorial

Eduardo Monteiro Pereira

Capa

Eduardo Monteiro Pereira

Formatação

Paulo Henrique Tito

Ficha catalográfica

Cosme Fernando Ramalho Sotelino de Moura

Ficha Catalográfica

Brasil. Superior Tribunal Militar.

Coleção Tribunal de Segurança Nacional. – Brasília : Superior Tribunal Militar, 2017.

228 p.

Brasil. Tribunal de Segurança Nacional, processo, coletânea. I. Título.

CDU 344.3 (094.9)

Catálogo na fonte – Seção de Biblioteca

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Elaboração, distribuição e informações

Superior Tribunal Militar (STM)

Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (Didoc)

Setor de Autarquias Sul – Praça dos Tribunais Superiores

Edifício-Sede – 10º Andar

CEP: 70098-900

Telefones: (61) 3313-9183/3313-9353/3313-9311

E-mail: didoc@stm.jus.br

Superior Tribunal Militar

Justiça Militar da União

Coleção Tribunal de Segurança Nacional

Nível de descrição

Processo/Dossiê

Entidade custodiadora

Superior Tribunal Militar IN

Condições de acesso

Todos os processos desta coleção já se encontram digitalizados e sem restrição de acesso, dando-se preferência ao acesso on-line, caso este esteja disponível no sítio do Superior Tribunal Militar.

Caso não esteja, o documento poderá ser solicitado à Ouvidoria do STM por meio do link: https://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=ouvidoria&acao_origem=ouvidoria&id_orgao_acesso_externo=0

Condições de reprodução

Sem restrição de reprodução, mediante autorização e compromisso de crédito.

Idioma do material

- Português do Brasil

Script do material

- Latim

Características físicas e requisitos técnicos

Processos em geral com páginas quebradiças, manchadas ou soltas. Entretanto, estão passando por restauração.

Pontos de acesso local

- Brasil » Rio de Janeiro - RJ
- Brasil » São Paulo - SP
- Brasil » Pernambuco - PE
- Brasil » Rio Grande do Norte - RN
- Brasil » Rio Grande do Sul - RS
- Brasil » Paraná - PR

Pontos de acesso de gênero

- Textual

SUMÁRIO

Em ordem cronológica de autuação do processo

INFORMAÇÕES RESUMIDAS SOBRE OS PRODUTORES	13
1. INQUÉRITO DO LEVANTE DE 27 DE NOVEMBRO DE 1935.....	17
2. PROCESSO N. 3/1936.....	20
3. APELAÇÃO N. 4.899/1937	21
4. APELAÇÃO N. 4.900/1937	26
5. PROCESSO N. 1.434/1937.....	28
6. HABEAS CORPUS N. 8.417/1937	30
7. HABEAS CORPUS N. 8.462/1937.....	31
8. APELAÇÃO N. 185/1937	32
9. APELAÇÃO N. 5.004/1937	43
10. APELAÇÃO N. 5.033/1937	45
11. APELAÇÃO N. 5.053/1937	46
12. APELAÇÃO N. 5.054/1937	47
13. APELAÇÃO N. 5.152/1937	53
14. APELAÇÃO N. 5.203/1937	55
15. APELAÇÃO N. 5.215/1938	62
16. APELAÇÃO N. 5.323/1938	63
17. HABEAS CORPUS N. 10.494/1938	65
18. APELAÇÃO N. 6.555/1939	66
19. REVISÃO CRIMINAL N. 48/1939	69
20. REVISÃO CRIMINAL N. 52/1939	71
21. REVISÃO CRIMINAL N. 57/1939	72
22. REVISÃO CRIMINAL N. 64/1939	73
23. REVISÃO CRIMINAL N. 83/1940	75
24. REVISÃO CRIMINAL N. 86/1940	76
25. REVISÃO CRIMINAL N. 92/1940	78
26. REVISÃO CRIMINAL N. 106/1940.....	79

27.	REVISÃO CRIMINAL N. 126/1941	80
28.	REVISÃO CRIMINAL N. 127/1941	82
29.	REVISÃO CRIMINAL N. 132/1941	83
30.	HABEAS CORPUS N. 28.181/1942	84
31.	HABEAS CORPUS N. 28.189/1942	86
32.	HABEAS CORPUS N. 28.176/1942	87
33.	REVISÃO CRIMINAL N. 154/1942.....	88
34.	PROCESSO N. 2.395/1942.....	89
35.	REVISÃO CRIMINAL N. 168/1942.....	92
36.	REVISÃO CRIMINAL N. 170/1942.....	93
37.	REVISÃO CRIMINAL N. 172/1943.....	95
38.	REVISÃO CRIMINAL N. 175/1943.....	96
39.	REVISÃO CRIMINAL N. 180/1943.....	97
40.	REVISÃO CRIMINAL N. 185/1943.....	99
41.	REVISÃO CRIMINAL N. 195/1943.....	100
42.	REVISÃO CRIMINAL N. 197/1943.....	101
43.	REVISÃO CRIMINAL N. 236/1944.....	104
44.	APELAÇÃO N. 11.569/1944.....	105
45.	REVISÃO CRIMINAL N. 253/1944.....	108
46.	PROCESSO N. 451/1944.....	109
47.	PROCESSO N. 4.877/1944.....	111
48.	PROCESSO N. 6.132/1945.....	114
49.	PROCESSO N. 4.777/1945.....	115
50.	PROCESSO N. 455/1946	116
51.	REVISÃO CRIMINAL N. 355/1946.....	118
52.	REVISÃO CRIMINAL N. 356/1946.....	120
53.	REVISÃO CRIMINAL N. 357/1946.....	121
54.	REVISÃO CRIMINAL N. 359/1946.....	122
55.	REVISÃO CRIMINAL N. 360/1946.....	123
56.	REVISÃO CRIMINAL N. 371/1946.....	124
57.	REVISÃO CRIMINAL N. 374/1946.....	126

58.	REVISÃO CRIMINAL N. 389/1946.....	127
59.	REVISÃO CRIMINAL N. 395/1946.....	128
60.	REVISÃO CRIMINAL N. 396/1946.....	129
61.	REVISÃO CRIMINAL N. 397/1946.....	131
62.	REVISÃO CRIMINAL N. 401/1946.....	133
63.	REVISÃO CRIMINAL N. 402/1946.....	134
64.	REVISÃO CRIMINAL N. 406/1947.....	135
65.	REVISÃO CRIMINAL N. 407/1947.....	136
66.	REVISÃO CRIMINAL N. 410/1947.....	137
67.	REVISÃO CRIMINAL N. 413/1947.....	139
68.	REVISÃO CRIMINAL N. 414/1947.....	140
69.	REVISÃO CRIMINAL N. 415/1947.....	142
70.	REVISÃO CRIMINAL N. 422/ 1947.....	143
71.	REVISÃO CRIMINAL N. 425/1947.....	145
72.	REVISÃO CRIMINAL N. 426/1947.....	146
73.	REVISÃO CRIMINAL N. 427/1947.....	147
74.	REVISÃO CRIMINAL N. 428/1947.....	148
75.	REVISÃO CRIMINAL N. 433/1947.....	149
76.	REVISÃO CRIMINAL N. 434/1947.....	151
77.	REVISÃO CRIMINAL N. 436/1947.....	152
78.	REVISÃO CRIMINAL N. 437/1947.....	153
79.	REVISÃO CRIMINAL N. 438/1947.....	154
80.	REVISÃO CRIMINAL N. 440/1947.....	155
81.	REVISÃO CRIMINAL N. 446/1947.....	156
82.	REVISÃO CRIMINAL N. 450/1947.....	157
83.	REVISÃO CRIMINAL N. 451/1947.....	158
84.	REVISÃO CRIMINAL N. 452/1947.....	159
85.	REVISÃO CRIMINAL N. 453/1947.....	160
86.	REVISÃO CRIMINAL N. 454/1947.....	162
87.	REVISÃO CRIMINAL N. 458/1948.....	163
88.	REVISÃO CRIMINAL N. 462/1948.....	164

89.	REVISÃO CRIMINAL N. 463/1948.....	166
90.	REVISÃO CRIMINAL N. 465/1948.....	167
91.	REVISÃO CRIMINAL N. 466/1948.....	168
92.	REVISÃO CRIMINAL N. 468/1948.....	169
93.	REVISÃO CRIMINAL N. 469/1948.....	170
94.	REVISÃO CRIMINAL N. 471/1948.....	171
95.	REVISÃO CRIMINAL N. 472/1948.....	172
96.	REVISÃO CRIMINAL N. 473/1948.....	173
97.	REVISÃO CRIMINAL N. 477/1948.....	175
98.	REVISÃO CRIMINAL N. 478/1948.....	176
99.	REVISÃO CRIMINAL N. 479/1948.....	177
100.	REVISÃO CRIMINAL N. 480/1948.....	178
101.	REVISÃO CRIMINAL N. 482/1948.....	179
102.	REVISÃO CRIMINAL N. 483/1948.....	180
103.	REVISÃO CRIMINAL N. 484/1948.....	182
104.	REVISÃO CRIMINAL N. 485/1948.....	183
105.	REVISÃO CRIMINAL N. 486/1948.....	184
106.	REVISÃO CRIMINAL N. 487/1948.....	185
107.	REVISÃO CRIMINAL N. 488/1948.....	186
108.	REVISÃO CRIMINAL N. 489/1948.....	187
109.	REVISÃO CRIMINAL N. 490/1948.....	188
110.	REVISÃO CRIMINAL N. 491/1948.....	189
111.	REVISÃO CRIMINAL N. 498/1948.....	190
112.	REVISÃO CRIMINAL N. 500/1948.....	192
113.	REVISÃO CRIMINAL N. 508/1948.....	193
114.	REVISÃO CRIMINAL N. 509/1948.....	194
115.	REVISÃO CRIMINAL N. 510/1948.....	196
116.	REVISÃO CRIMINAL N. 511/1948.....	197
117.	REVISÃO CRIMINAL N. 512/1948.....	198
118.	REVISÃO CRIMINAL N. 514/1948.....	200
119.	REVISÃO CRIMINAL N. 525/1949.....	201

120.	REVISÃO CRIMINAL N. 526/1949.....	202
121.	REVISÃO CRIMINAL N. 542/1949.....	203
122.	REVISÃO CRIMINAL N. 549/1949.....	204
123.	REVISÃO CRIMINAL N. 557/1949.....	206
124.	REVISÃO CRIMINAL N. 560/1949.....	207
125.	REVISÃO CRIMINAL N. 566/1950.....	209
126.	REVISÃO CRIMINAL N. 574/1950.....	210
127.	REVISÃO CRIMINAL N. 575/1950.....	211
128.	REVISÃO CRIMINAL N. 576/1950.....	213
129.	REVISÃO CRIMINAL N. 584/1951.....	214
130.	REVISÃO CRIMINAL N. 609/1952.....	215
131.	REVISÃO CRIMINAL N. 613/1952.....	217
132.	REVISÃO CRIMINAL N. 615/1952.....	218
133.	REVISÃO CRIMINAL N. 619/1952.....	219
134.	REVISÃO CRIMINAL N. 634/1952.....	221
135.	REVISÃO CRIMINAL N. 670/1953.....	222
136.	REVISÃO CRIMINAL N. 682/1954.....	223
137.	APELAÇÃO N. 26.067/1955	225
138.	REVISÃO CRIMINAL N. 806/1957.....	227

INFORMAÇÕES RESUMIDAS SOBRE OS PRODUTORES

Repositório: Superior Tribunal Militar

Título: TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

ID:

Data: 11/09/1936 a 17/11/1945

Descrição física:

História administrativa

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) solapou os amantes do liberalismo, do progresso e do imperialismo. A necessidade de mudança era visível e duas propostas surgiram, na Europa, a fim de acabar com a crise do modelo existente. A primeira foi criada ainda durante a Grande Guerra: na Rússia, Lênin e seus companheiros implementaram um modelo de sociedade baseado no pensamento de Marx. A segunda foi o fascismo, que se consolidou com a chegada de Mussolini ao poder, em 1922, na Itália, e com Hitler, em 1933, na Alemanha.

O Brasil não passou incólume a esses novos acontecimentos mundiais: o fascismo europeu é aderido pela Ação Integralista Brasileira (AIB). O marxismo é personalizado na Aliança Nacional Libertadora (ANL), que se fortalece com a adesão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cada vez mais popular com os direcionamentos da Internacional Comunista de 1934 e com a declaração de Luiz Carlos Prestes, o mais conhecido dos tenentes, de comunista.

O crescimento desses partidos acontece justamente em um período conturbado da política brasileira. A Revolução de 30 não dava respostas rápidas ao atraso econômico brasileiro decorrente da Crise de 1929. As medidas administrativas tomadas por Vargas e a nomeação de interventores não melhoraram significativamente a situação do governo, a qual se agravava com o caráter autoritário do seu presidente.

Em 23 de novembro de 1935, no Rio Grande do Norte, inicia-se a tentativa de golpe por parte da esquerda: a Intentona Comunista. Natal é tomada pelos revolucionários e retomada pelo governo em quatro dias. Rebeliões se seguem no Rio de Janeiro e em Recife, resultando em mortes e no fracasso do movimento.

Acontecimentos extremos acarretam medidas extremas: em 11 de setembro de 1936, é criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), pela Lei n. 244. Esse órgão da justiça militar passa a processar e julgar, em primeira instância, as pessoas acusadas de promover atividades contra a segurança externa do país e contra as instituições militares. Funcionou até 17 de novembro de 1945, quando foi extinto por meio da Lei Constitucional n. 14.

Repositório: Superior Tribunal Militar

Título: JUSTIÇA MILITAR - REPÚBLICA

ID: 002

Data: 1891 a atualmente (data de criação)

Descrição física: 2.500 metros lineares em papel e objetos tridimensionais.

História administrativa

Durante o Império e início da fase republicana, o Tribunal foi presidido pelos Chefes de Estado: no Império, pelo regente D. João – depois D. João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarves – e pelos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II; e, na República, pelos presidentes Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto. Somente em 18 de julho de 1893, por força do Decreto Legislativo, a Presidência do recém-criado Supremo Tribunal Militar, denominação que substituiu o imperial Conselho Supremo Militar e de Justiça, passou a ser exercida por membros da própria Corte, eleitos por seus pares. Ressalta-se que apenas houve mudança no nome do Tribunal, pois foram mantidos todos os componentes do antigo Conselho Supremo Militar e de Justiça, despojados de seus títulos nobiliárquicos e denominados, genericamente, Ministros.

O Supremo Tribunal Militar passou a integrar o Poder Judiciário a partir da Constituição de 1934, como órgão da Justiça Militar da União. Foi na Constituição de 1946 que se consagrou o nome atual: Superior Tribunal Militar – STM.

Desde sua fundação, à Justiça Militar da União cabem funções judicantes e administrativas.

Âmbito e conteúdo

Nos primeiros anos da República, a justiça militar permaneceu com a mesma estrutura herdada do Império. O artigo 77 da Constituição de 1891 cita, entretanto, que os militares de terra e mar gozarão de foro especial, a ser regulado por lei. A regulamentação ocorre com o Decreto nº 149, de 18 de julho de 1893, que altera o nome do órgão máximo da justiça militar para Supremo Tribunal Militar.

O corpo militar, assim como no final do Império, permanece sendo um foco de instabilidade governamental na Primeira República: a Revolta da Armada de 1893/94, a Revolta da Escola Militar em 1904, a Rebelião na Fortaleza de Santa Cruz em 1905 e a Revolta da Chibata de 1910 datam desse período.

Na década de 1920, os militares se mantêm cada vez mais articulados, prova disso são o movimento tenentista e a Coluna Prestes. Em 1930, uma junta militar derruba o presidente Washington Luís e governa o Rio de Janeiro por dez dias até passar o poder a Getúlio Vargas.

Vargas, em 1932, enfrenta uma revolta constitucionalista em São Paulo. Em 1935, os comunistas tentam tomar o poder no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro e em Recife. Após a tentativa de golpe por

parte da esquerda, a justiça militar ganha um novo órgão: o Tribunal de Segurança Nacional. Este se junta ao então Supremo Tribunal Militar, que fazia parte do Poder Judiciário desde a Constituição de 1934.

Com a Carta Magna de 1946 e a redemocratização do Brasil após o Estado Novo, nasce o Superior Tribunal Militar, que teve importantíssima atuação durante a Revolução de 1964.

Por fim, os acontecimentos republicanos demonstraram que o papel da justiça militar brasileira foi relevante e que deve ser estudado para se compreender a complexa história do nosso país.

Repositório: Superior Tribunal Militar

Título: SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

ID:

Data: 1891 a 1946

Descrição física:

História administrativa

Após o advento da República, deu-se a extinção do Conselho Supremo Militar e de Justiça. A Carta republicana, de 1891, não inseriu, no título destinado ao Poder Judiciário, nenhuma referência à Justiça Militar, apenas prevendo, em seu artigo 77, foro especial para os crimes militares, estruturado em um Supremo Tribunal Militar e Conselhos destinados ao julgamento de delitos. A organização da corte seria estabelecida em lei ordinária. Criavam-se, assim, órgãos judicantes de natureza especial, não integrados ao Poder Judiciário, fato que viria a se repetir em 1934, com a instituição da Justiça do Trabalho, de natureza administrativa.

Segundo Bastos (1981), até 1893, a presidência do Conselho era exercida pelo chefe de Estado; por ela passaram, portanto, o príncipe regente Dom João, os imperadores Pedro I e Pedro II, e os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Em 18 de junho de 1893, pelo Decreto Legislativo nº 149, foi criado o Supremo Tribunal Militar, com a mesma competência antes atribuída ao Conselho Supremo Militar, mas com composição de quinze ministros, sendo quatro da Armada, oito do Exército e três togados. Também foi regulado, pelo mesmo decreto, o exercício da presidência do Tribunal, que coube ao "general" mais graduado que dele fizesse parte (*idem*).

O Decreto nº 14.450, de 30 de outubro de 1920, que instituiu o Código de Organização Judiciária e Processo Militar, reduziu a nove o número de ministros do STM, sendo dois da Armada, três do Exército e quatro togados, estes escolhidos entre os auditores de segunda entrância ou entre bacharéis em direito com seis anos de prática, de preferência magistrados. O mesmo decreto inovou ao prescrever a eleição do presidente e do vice-presidente da corte. Em 1926 ocorreu nova alteração. O Decreto nº 17.231-A, que baixou o Código de Justiça Militar, aumentou para dez o número de ministros, agora três do Exército, dois da Armada e cinco entre magistrados e bacharéis em direito.

Foi a Constituição de 1934 que atribuiu ao Supremo Tribunal Militar o status de órgão do Poder Judiciário. Com isso foi eliminada a competência administrativa, mantendo-se a função jurisdicional. Permaneceu, todavia, na esfera infraconstitucional o disciplinamento de sua estrutura e funcionamento. Nesse mesmo ano, o número de ministros foi, mais uma vez, aumentado, passando a onze (Decreto nº 24.802, de 14 de julho): quatro do Exército, três da Armada e quatro civis, dos quais três escolhidos entre auditores e um, entre cidadãos de notório saber em ciências sociais.

A criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941, exigiu nova modificação na estrutura do Supremo Tribunal Militar, para inclusão de integrantes daquela Força. O Decreto nº 4.235, de 6 de abril do mesmo ano, manteve em onze o número de membros, sendo três do Exército, dois da Armada, dois da Aeronáutica e quatro civis.

Repositório: Superior Tribunal Militar

Título: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ID:

Data: 1946 a atualmente

Descrição física:

História administrativa

Com a redemocratização, a corte de cúpula passou a se denominar Superior Tribunal Militar, por força da mudança promovida pela Carta Constitucional de 1946. Permaneceu na esfera ordinária o disciplinamento quanto à estrutura da corte. Em 1961 foi instituído, pelo próprio Tribunal, o rodízio entre as três Armas na presidência do órgão.

O Ato Institucional nº 2, de 1965, modificou o texto da Constituição de 1946, ampliando para quinze membros a composição do STM, tal como no início do período republicano (Decreto nº 149/1893), sendo quatro do Exército, três da Marinha, três da Aeronáutica e cinco civis. A Constituição de 1967 incorporou o texto do AI-2, transferindo para o corpo constitucional o disposto sobre a composição do STM.

Em maio de 1965 ocorreu fato inédito na história da Corte: um ministro civil assumiu, ainda que interinamente, sua presidência. O ministro Washington Vaz de Mello ocupou o cargo por três meses, em virtude de doença do então titular, até a eleição do sucessor.

A organização e o funcionamento da Justiça Militar são disciplinados pela Lei nº. 8.457, de 4 de setembro de 1992. No referido diploma, o artigo 1º define como órgãos da Justiça Militar: o STM; a Auditoria de Correição; os Conselhos de Justiça; os Juízes-Auditores; e os Juízes-Auditores Substitutos. Todas as Auditorias, bem como o STM, têm jurisdição mista, competindo-lhes, portanto, processar e julgar os crimes militares praticados por civis e/ou militares integrantes das Forças Armadas.

<p>Título</p> <p>1. Inquérito do Levante de 27 de novembro de 1935</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1º/12/1935 a 10/03/1938
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 4.610 folhas, 18 volumes. Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>História do item documental</p> <p>Inquérito policial autuado em 1º de dezembro de 1935 na Polícia Civil do Distrito Federal sobre o movimento subversivo acontecido em 27 de novembro do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Inquérito a fim de ser apurada a responsabilidade dos implicados no movimento subversivo deflagrado na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, no dia 27 de novembro de 1935, com as perícias procedidas no quartel do 3º Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação Militar.</p>
<p>Nota</p> <p>Inquérito conduzido pelo delegado Eurico Bellens Porto.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Apelação n. 5.297</p> <p>Apelação n. 4.492</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apelação n. 5.323/1938 • Apelação n. 4.899/1937

- Apelação n. 5.203/1938
- Apelação n. 5.054/1937

Pontos de acesso de assunto

- Intentona Comunista
- Aliança Nacional Libertadora
- Escola de Aviação Militar
- Revolta Vermelha de 35
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935
- Crime contra a ordem política e social
- Novembro vermelho
- 3º Regimento de Infantaria

Ponto de acesso nome

- Adalberto de Andrade Fernandes (Envolvido(a))
- Adelino Deycola dos Santos (Maria Vicentina dos Santos, Adelino Cecilio dos Santos) (Envolvido(a))
- Agildo da Gama Barata Ribeiro (Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, Atanagildo Barata Ribeiro) (Envolvido(a))
- Agliberto Vieira de Azevedo (Cecilia Vieira de Sá, José Paes de Azevedo Sá) (Envolvido(a))
- Alvaro Francisco de Souza (Castorina de Souza, Benedicto de Souza) (Envolvido(a))
- Antonio Bento Monteiro Tourinho (Eponina Flores Monteiro Tourinho, Diogenes Monteiro Tourinho) (Envolvido(a))
- Antonio Maciel Bonfim (Maria Natividade Maciel Bonfim, João Mathias Bonfim) (Envolvido(a))
- Arthur Ernest Ewert (Emilie Ewert, Franz Ewert) ou Harry Berger (Envolvido(a))
- Benedicto de Carvalho (Innocencia Bruno de Carvalho, Avelino Mathias de Carvalho) (Envolvido(a))
- Benjamin Soares Cabello (Conceição Soares Cabello, Antonio Cabello) (Envolvido(a))
- Carlos Amorety Osório (Emilia Amoretty Osório, Manoel Luiz Osório) (Envolvido(a))
- Carlos da Costa Leite (Bernardina Martins Costa Leite, Jeronymo da Costa Leite) (Envolvido(a))

- Celso Tovar Bicudo de Castro (Ayresina Tovar de Castro, Alfredo Bicudo de Castro) (Envolvido(a))
- David de Medeiros Filho (Maria Vasconcellos de Medeiros, David de Medeiros) (Envolvido(a))
- Durval Miguel de Barros (Maria de Barros Buriti, Francisco de Barros Sobrinho) (Envolvido(a))
- Fernando de Castro (Advogado(a))
- Francisco Antonio Leivas Otero (Maria Jose Leivas Otero, Carlos Alberto de Otero) (Envolvido(a))
- Francisco Mangabeira (Constança Mangabeira, João Mangabeira) (Envolvido(a))
- Hercolino Cascardo (Cherobina Molinário Cascardo, Isodoro Cascardo) (Envolvido(a))
- Honório de Freitas Guimarães (Maria Emilia de B. Guimarães, Honorio de Freitas Guimarães) (Envolvido(a))
- Humberto Baena de Moraes Rego (Minervina Baena de Moraes Rego, Carlos Alberto de Moraes Rego) (Envolvido(a))
- Ilvo Furtado Soares de Meirelles (Envolvido(a))
- Ivan Ramos Ribeiro (Belisa Ramos Ribeiro, Alfredo Augusto Ribeiro Junior) (Envolvido(a))
- José Gutman (Augusta Gutman, Jayme Gutman) (Envolvido(a))
- José Leite Brasil (Josepha Leite Brasil, José Alves Brasil) (Envolvido(a))
- Lauro Reginaldo Teixeira (Envolvido(a))
- Leon Jules Vallée (Envolvido(a))
- Luiz Carlos Prestes (Leocádia Prestes, Antônio Pereira Prestes) (Envolvido(a))
- Manoel Venancio Campos da Paz (Luiza Nunes Campos da Paz, Manoel Venancio Campos da Paz) (Envolvido(a))
- Mario de Souza (Clotilde Mendes de Sousa, João Pedro de Sousa) (Envolvido(a))
- Pedro Ernesto Baptista (Maria Adelina Siqueira Baptista, Modesto do Rego Baptista) (Envolvido(a))
- Raul Pedroso (Maira Amelia Pedroso, João de Deus Pedroso) (Envolvido(a))
- Roberto Henrique Faller Sisson (Maria Angela Roberts, Henrique Eugenio Sisson) (Envolvido(a))
- Rodolpho Ghioldi (Luiza Lyoni Ghioldi, Manoel Ghioldi) (Envolvido(a))
- Socrates Gonçalves da Silva (Envolvido(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Victor Ayres da Cruz (Maria da Silva Cruz, João Ayres da Cruz) (Envolvido(a))

Título 2. Processo n. 3/1936
Data(s) <ul style="list-style-type: none">• 23/11/1936 a 29/03/1937
Dimensão e suporte Dimensão: 335 folhas, 2 volumes. Suporte: papel.
Nome do produtor Tribunal de Segurança Nacional
Nome do produtor Juízo Federal do Rio Grande do Norte
História do item documental Denúncia oferecida pela Procuradoria da República ao Juízo Federal do Rio Grande do Norte, em 30 de dezembro de 1935, em face do Inquérito procedido pela Delegacia de Polícia de Sant'Anna do Mattos. Após julgamento ocorrido em 9 de setembro de 1936, seguiu para o Tribunal de Segurança Nacional, onde se tornou Processo número 3, em 23 de novembro de 1936.
Âmbito e conteúdo Processo referente a Lauro Fernandes e Silva, Raymundo Correia Barbosa, Manoel Macedo Filho e Manoel Alves da Silva, acusados pelo crime de propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e a ordem social, e também por haverem tentado, diretamente e por fato, mudar a forma de governo estabelecida pela Constituição da República, participando ativamente do movimento extremista irrompido em 23 de novembro de 1935 no estado do Rio Grande do Norte.
Nota Lauro Fernandes e Silva era ex-guarda civil; Raymundo Correia Barbosa, escrivão do 2º Cartório da Comarca de Sant'Anna do Mattos; Manoel Macedo Filho, ex-prefeito do mencionado município; e Manoel Alves da Silva, ex-sub-inspetor da Guarda Civil.

Pontos de acesso de assunto

- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 23
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Crime contra a ordem política e social
- Crime de incitamento à violência
- Aliança Nacional Libertadora
- Movimento Comunista
- Novembro vermelho

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Manoel Varela d'Albuquerque (Advogado(a))
- Djalma Aranha Marinho (Advogado(a))
- Juízo Federal do Rio Grande do Norte (Produtor)
- Manoel Macedo Filho (Envolvido(a))
- Raymundo Correia Barbosa (Envolvido(a))
- Manoel Alves da Silva (Envolvido(a))
- Lauro Fernandes e Silva (Envolvido(a))

Título

3. Apelação n. 4.899/1937**Data(s)**

- 11/06/1937 a 21/09/1964

Dimensão e suporte

Dimensão: 5.420 folhas, 18 volumes, 4 anexos e 2 apensos.

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>O processo teve início na Delegacia Especial de Segurança Política e Social, como Inquérito Policial Militar, em 25 de outubro de 1936.</p> <p>Virou processo crime no Tribunal de Segurança Nacional, sob o número 1, em 23 de novembro de 1936.</p> <p>Seguiu para o Supremo Tribunal Militar como Apelação, com o número 4.899, em 11 de junho de 1937.</p> <p>Seguiu como Recurso de Habeas Corpus, n. 28.184, no STM, em 21 de maio de 1942.</p> <p>Foi arquivado no STM, com a mesma numeração, em 21 de setembro de 1964.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Apelação referente a Luiz Carlos Prestes e outros, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional sob a acusação de, a serviço da Terceira Internacional de Moscou e por ela orientados e financiados, tentarem mudar, por meio violento, a Constituição da República e a forma de governo por ela estabelecida.</p>
<p>Nota</p> <p>O processo iniciou-se devido à busca e apreensão realizada em 13 de janeiro de 1936, na residência de Adalberto de Andrade Fernandes, na Avenida Paulo de Frontin, prédio número 606, apartamento número 11, cidade do Rio de Janeiro, onde foram encontrados materiais e documentos relacionados ao comunismo.</p> <p>No processo, foram julgados Luiz Carlos Prestes e um grupo de acusados que o tinham como liderança. Incidiram na sanção de vários dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935.</p> <p>A peça da denúncia oferecida ao Tribunal de Segurança Nacional pelo Procurador Honorato Himalaya Vergolino encontra-se organizada na forma de um livro de 103 páginas.</p>
<p>Nota</p> <p>Processo n. 1/1936-TSN.</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 584/1951 • Revisão Criminal n. 92/1940

Pontos de acesso de assunto

- Intentona Comunista
- Crime contra a ordem política e social
- Aliança Nacional Libertadora
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 49
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 4º
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 20
- Terceira Internacional de Moscou
- Revolta Vermelha de 35
- Levante Comunista
- Novembro vermelho
- Movimento Comunista

Ponto de acesso nome

- Adelino Deycola dos Santos (Maria Vicentina dos Santos, Adelino Cecilio dos Santos) (Envolvido(a))
- Agildo da Gama Barata Ribeiro (Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, Atanagildo Barata Ribeiro) (Envolvido(a))
- Agliberto Vieira de Azevedo (Cecilia Vieira de Sá, José Paes de Azevedo Sá) (Envolvido(a))
- Alberto Cruz Santos (Advogado(a))
- Alceu Marinho Rego (Advogado(a))
- Aluysio Pinheiro Vasconcellos (Advogado(a))
- Alvaro Francisco de Souza (Castorina de Souza, Benedicto de Souza) (Envolvido(a))
- Alvaro Onety de Figueiredo (Advogado(a))
- Antonio Bento Monteiro Tourinho (Eponina Flores Monteiro Tourinho, Diogenes Monteiro Tourinho) (Envolvido(a))
- Antonio Dias Tavares Bastos (Advogado(a))
- Antonio Maciel Bonfim (Maria Natividade Maciel Bonfim, João Mathias Bonfim) (Envolvido(a))
- Arthur Ernest Ewert (Emilie Ewert, Franz Ewert) ou Harry Berger (Envolvido(a))

- Benedicto de Carvalho (Innocencia Bruno de Carvalho, Avelino Mathias de Carvalho) (Envolvido(a))
- Benjamin Soares Cabello (Conceição Soares Cabello, Antonio Cabello) (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Carlos Amorety Osório (Emilia Amoretty Osório, Manoel Luiz Osório) (Envolvido(a))
- Carlos da Costa Leite (Bernardina Martins Costa Leite, Jeronymo da Costa Leite) (Envolvido(a))
- Celso Tovar Bicudo de Castro (Ayesina Tovar de Castro, Alfredo Bicudo de Castro) (Envolvido(a))
- David de Medeiros Filho (Maria Vasconcellos de Medeiros, David de Medeiros) (Envolvido(a))
- Durval Miguel de Barros (Maria de Barros Buriti, Francisco de Barros Sobrinho) (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Fernando de Castro (Advogado(a))
- Fernando Heraclito Sarmiento de Castro (Advogado(a))
- Francisco Antonio Leivas Otero (Maria Jose Leivas Otero, Carlos Alberto de Otero) (Envolvido(a))
- Francisco Mangabeira (Constança Mangabeira, João Mangabeira) (Envolvido(a))
- Haroldo Duarte de Albuquerque Figueiredo (Advogado(a))
- Henrique Vieira de Souza (Envolvido(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Herculino Cascardo (Cherobina Molinário Cascardo, Isodoro Cascardo) (Envolvido(a))
- Honório de Freitas Guimarães (Maria Emilia de B. Guimarães, Honorio de Freitas Guimarães) (Envolvido(a))
- Humberto Baena de Moraes Rego (Minervina Baena de Moraes Rego, Carlos Alberto de Moraes Rego) (Envolvido(a))
- Ilvo Furtado Soares de Meirelles (Envolvido(a))
- Ivan Ramos Ribeiro (Belisa Ramos Ribeiro, Alfredo Augusto Ribeiro Junior) (Envolvido(a))
- Jorge Fontenelle (Advogado(a))
- Jorge Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- José Basilio da Gama (Advogado(a))
- José da Costa (Advogado(a))
- José Gutman (Augusta Gutman, Jayme Gutman) (Envolvido(a))

- José Leite Brasil (Josepha Leite Brasil, José Alves Brasil) (Envolvido(a))
- José Medina Filho (Ambrosina Medina, José Medina) (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Lauro Reginaldo da Rocha (Envolvido(a))
- Lauro Reginaldo Teixeira (Envolvido(a))
- Leon Jules Vallée (Envolvido(a))
- Letacio de Medeiros Jansen Ferreira (Advogado(a))
- Luiz Carlos Prestes (Leocádia Prestes, Antônio Pereira Prestes) (Envolvido(a))
- Luiz Frederico Sauerbronn Carpenter (Advogado(a))
- Manoel Venancio Campos da Paz (Luiza Nunes Campos da Paz, Manoel Venancio Campos da Paz) (Envolvido(a))
- Mario Bulhões Pedreira (Advogado(a))
- Mario de Souza (Clotilde Mendes de Sousa, João Pedro de Sousa) (Envolvido(a))
- Miguel Timponi (Advogado(a))
- Moacyr Barros de Sampaio (Advogado(a))
- Mucio Continentino (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Paulo da Silva Cabral (Advogado(a))
- Pedro Ernesto Baptista (Maria Adelina Siqueira Baptista, Modesto do Rego Baptista) (Envolvido(a))
- Pedro Francisco Rodrigues do Lago (Advogado(a))
- Pedro Lago (Advogado(a))
- Pedro Paulo Penna e Costa (Advogado(a))
- Raul Pedroso (Maira Amelia Pedroso, João de Deus Pedroso) (Envolvido(a))
- Raul Ribeiro (Advogado(a))
- Roberto Carvalho Mendonça (Advogado(a))
- Roberto Henrique Faller Sisson (Maria Angela Roberts, Henrique Eugenio Sisson) (Envolvido(a))
- Rodolpho Ghioldi (Luiza Lyoni Ghioldi, Manoel Ghioldi) (Envolvido(a))

- Socrates Gonçalves da Silva (Envolvido(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Targino Ribeiro (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Victor Ayres da Cruz (Maria da Silva Cruz, João Ayres da Cruz) (Envolvido(a))

Título**4. Apelação n. 4.900/1937****Data(s)**

- 11/06/1937 a 12/10/1938

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo n. 1-A, de 23 de dezembro de 1936, do Tribunal de Segurança Nacional.

Apelação n. 4.900, de 11 de junho de 1937, do Supremo Tribunal Militar.

Âmbito e conteúdo

Apelação sobre o processo onde foram julgados como co-réus alguns membros do Poder Legislativo que estavam envolvidos na articulação de um novo levante revolucionário com os mesmos fins dos movimentos de novembro de 1935. Foram acusados de tentar mudar a Constituição da República e a forma de governo por ela estabelecida, com Luiz Carlos Prestes na liderança, a serviço da Terceira Internacional de Moscou e por ela orientados e financiados. De acordo com a acusação, incidiram na sanção de vários dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935.

Pontos de acesso de assunto

- Intentona Comunista

- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935
- Crime contra a ordem política e social
- Aliança Nacional Libertadora
- Terceira Internacional de Moscou
- Processo nº 1A/1936 - TSN
- Levante Comunista

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Abel Chermont (Esther Abreu Chermont, Francisco Leite Chermont) (Envolvido(a))
- Domingos Netto de Vellasco (Anna Netto Vellasco, Francisco D'Abadia Vellasco) (Envolvido(a))
- Abguar Bastos (Maria Ferreira Bastos, Antonio Bastos) (Envolvido(a))
- Octavio da Silveira (Anna Dockhorn da Silveira, Anthero da Silveira) (Envolvido(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Arthur Cumplido de Sant'Anna (Advogado(a))
- Edmundo da Veiga (Revisor(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Martha da Silva Gomes (Advogado(a))
- Arthur Ferreira dos Santos (Advogado(a))
- Acurcio Francisco (Advogado(a))
- Eurico de Souza Leão (Advogado(a))
- Francisco Pereira da Silva (Advogado(a))
- Sebastião do Rego Barros (Advogado(a))
- João Neves da Fontoura (Advogado(a))
- João Mangabeira (Augusta Mangabeira, Francisco Cavalcanti Mangabeira) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>5. Processo n. 1.434/1937</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 15/06/1937 a 07/03/1938
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 1.299 folhas, 5 volumes.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>1ª Auditoria da 1ª Região Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo referente ao inquérito policial instaurado para apurar responsabilidades pelos fatos ocorridos em 27 de novembro de 1935 no quartel do 3º Regimento de Infantaria, cidade do Rio de Janeiro. Autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 77, em 1936.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Processo referente aos oficiais envolvidos no levante de 27 de novembro de 1935, quando parte da guarnição do 3º Regimento de Infantaria e da Escola de Aviação Militar se sublevou contra as autoridades constituídas, com o objetivo de mudar pelas armas a Constituição da República e a forma de governo por ela estabelecida.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo n. 77-TSN.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Intentona Comunista Revolta Vermelha de 35 Novembro vermelho Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal Militar de 1891 a 1944) Código Penal Militar, art. 124 Código Penal Militar - art. 85

- Código Penal Militar - art. 81
- Código Penal Militar - art. 170
- Escola de Aviação Militar
- 3º Regimento de Infantaria
- Movimento Comunista

Ponto de acesso nome

- 1ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- Acacio Cardoso de Carvalho (Amelia Claudina C. Videira, Numberto Cardoso de Carvalho) (Envolvido(a))
- Alvaro Alves da Silva Braga (Elelvina Pereira Braga, Antonio Alves da Silva Braga) (Envolvido(a))
- Alvaro de Souza Bezerra (Maria Bicardicia de Souza Bezerra, Henrique de Oliveira Bezerra) (Envolvido(a))
- Alvaro Miranda (Advogado(a))
- Anacleto Tavares da Silva (Chustolia Tavares da Silva, Alberto Tavares da Silva) (Envolvido(a))
- Antonio Duarte Gomes (Advogado(a))
- Armando Rodrigues Pereira (Leonceia Rodrigues Pereira, Francisco Nabor Pereira) (Envolvido(a))
- Carlos da Silva Paranhos (Petronilha da Silva Paranhos, João Horácio da Silva Paranhos) (Envolvido(a))
- Edgard Villela (Maria de Oliveira Villela, José Bueno Villela) (Envolvido(a))
- Eugenio Ferreira Filho (Advogado(a))
- Fredolino Xexeu Duarte (Virginia Xexeu Duarte, Antonio Pedro Duarte) (Envolvido(a))
- Giuseppe Amado (Anna Amado, Melchizedek Amado) (Envolvido(a))
- Homero Del Carmine Bertucci (Annita Fernandes Bertucci, Bento Manoel Bertucci) (Envolvido(a))
- Isaias Dantas de Carvalho (Carolina Dantas de Carvalho, Manoel Dantas de Carvalho) (Envolvido(a))
- João Gomes Monteiro (Ignez Amelia Gomes Monteiro, João Gomes Monteiro) (Envolvido(a))
- Jose de Almeida Figueiredo (Anna Maria de Almeida, Francisco de Amancio Figueiredo) (Envolvido(a))

- Jose de Oliveira Pimentel (Maria Alvares Rodrigues, Jayme Oliveira Pimentel) (Envolvido(a))
- Laureano Gomes Monteiro (Ignez Amelia Gomes Monteiro, João Gomes Monteiro) (Envolvido(a))
- Oswaldo do Paço Mattoso Maia (Cesar do Paço Mattoso Maia) (Envolvido(a))
- Raul da Cunha Ribeiro (Advogado(a))
- Targino Ribeiro (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Urbano Pinto de Abreu (Francisco Pinto de Abreu, Paulo Pinto de Abreu) (Envolvido(a))
- Waldemar Medrado Dias (Advogado(a))

Título**6. Habeas Corpus n. 8.417/1937****Data(s)**

- 21/06/1937

Dimensão e suporte

Dimensão: 48 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

O processo de Habeas Corpus foi impetrado no STM em 21/06/1937, sob o número 8.417. Foi arquivado no STM com a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

João Mangabeira, deputado, requer em seu favor uma ordem de habeas corpus, reputando ilegal a prisão em que se acha em virtude de decisão do Tribunal de Segurança Nacional.

Alega que no seu julgamento só tomaram parte quatro juizes, tendo dois votado por sua absolvição e, contra ela, os outros dois; e, tendo, assim, havido empate, atribuiu-se ao Presidente do Tribunal de Segurança Nacional um voto duplo e preferencial.

Pontos de acesso de assunto

- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 4º
- Novembro vermelho
- Revolta Vermelha de 35
- Crime contra a ordem política e social
- Movimento Comunista

Ponto de acesso nome

- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- João Mangabeira (Augusta Mangabeira, Francisco Cavalcanti Mangabeira) (Envolvido(a))

Título**7. Habeas Corpus n. 8.462/1937****Data(s)**

- 09/07/1937 a 02/08/1937

Dimensão e suporte

Dimensão: 24 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Habeas Corpus impetrado no Supremo Tribunal Militar em 1937, sob o número 8.462. Foi arquivado no STM com a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

Habeas Corpus impetrado em favor de Luis Carlos Prestes e Arthur Ernest Ewert ou Harry Berger, quando estavam presos por decisão do Tribunal de Segurança Nacional em referência à condenação em crimes de natureza política. Requeriam uma série de objetos indispensáveis às suas melhores condições no presídio, além do dinheiro apreendido que estava sob a posse de Prestes no momento da prisão.

Pontos de acesso de assunto

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Crime contra a ordem política e social
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935
- Intentona Comunista
- Novembro vermelho
- Revolta Vermelha de 35
- Movimento Comunista
- Ponto de acesso nome
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Edmundo da Veiga (Relator(a))
- Luiz Carlos Prestes (Leocádia Prestes, Antônio Pereira Prestes) (Envolvido(a))
- Arthur Ernest Ewert (Emilie Ewert, Franz Ewert) ou Harry Berger (Envolvido(a))

Título**8. Apelação n. 185/1937****Data(s)**

- 22/07/1937 a 23/08/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 1 volume com 1.216 folhas (os demais volumes encontram-se no Arquivo Nacional).

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Inquérito instaurado sobre o movimento irrompido no estado de Pernambuco no dia 24 de novembro de 1935;</p> <p>Processo n. 204 do Tribunal de Segurança Nacional;</p> <p>Apelação n. 185/1937 do Supremo Tribunal Militar.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Apelação impetrada por militares condenados sob a acusação de envolvimento no movimento revolucionário ocorrido no estado de Pernambuco em 24 de novembro de 1935.</p>
<p>Nota</p> <p>À fls. 857 do 3º volume, encontra-se o Plano de Ação Comunista.</p> <p>À fls. 863, idem, há o discurso do delegado do Brasil perante o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em Moscou em julho de 1935.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revolução Comunista de 1935 • Movimento Comunista • Intentona Comunista • Novembro vermelho • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 • Levante do 2º Batalhão de Caçadores • Aliança Nacional Libertadora
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abel Paes Barreto Caldas (Envolvido(a)) • Adão Rios Cavalcanti (Envolvido(a)) • Adauto Pereira (Envolvido(a))

- Aduino Pereira (Antonio Pereira) (Envolvido(a))
- Adonis Emygdio da Silva (Envolvido(a))
- Agenor Borges da Silva (Jacyntho Borges da Silva) (Envolvido(a))
- Albertino Severino da Silva (João Batista de Oliveira) (Envolvido(a))
- Alberto Bomilcar Besouchet (Envolvido(a))
- Alvaro Luiz de Assis (Envolvido(a))
- Amaro Barbosa Camello (Envolvido(a))
- Ananias de Oliveira Gomes (Envolvido(a))
- Anizio Gomes de Oliveira (Francisco Gomes da Silva) (Envolvido(a))
- Annibal Vicente da Hora (Envolvido(a))
- Antonio Alfredo de Siqueira (Envolvido(a))
- Antonio Alves Damasceno (João Alves damasceno) (Envolvido(a))
- Antonio Audipax Carneiro de Albuquerque (Envolvido(a))
- Antonio Aureliano da Silva (Envolvido(a))
- Antonio Buarque de Macedo (Envolvido(a))
- Antonio de Carvalho Rabelo (João Batista Ferreira Rabelo) (Envolvido(a))
- Antonio de Padua do Espirito Santo (Envolvido(a))
- Antonio Fernandes da Silva (Envolvido(a))
- Antonio Francisco do Nascimento (Envolvido(a))
- Antonio Marques Sobrinho (Envolvido(a))
- Antonio Paulo da Silva (Jacinto Paulo da Silva) (Envolvido(a))
- Antonio Pereira de Mello (Envolvido(a))
- Antonio Pereira Valões (Envolvido(a))
- Antonio Wanderlay Bosfondi (David de Bosfondi) (Envolvido(a))
- Aristides de Oliveira (Envolvido(a))
- Aristides Iziodoro de Britto (Envolvido(a))
- Armando Ferreira Apolucemo (Henrique Ferreira Apolucemo) (Envolvido(a))
- Audalio Cavalcanti (Envolvido(a))

- Augusto Ipanema da Silva (Envolvido(a))
- Augusto Pereira da Silva (Envolvido(a))
- Austacio Correia (Leusceucio Correia) (Envolvido(a))
- Ayres José de Oliveira Dias (Envolvido(a))
- Bartholomeu Marques de Lima (Envolvido(a))
- Belmiro Reno de Mello (Envolvido(a))
- Bemvindo Ferreira de Paula (Envolvido(a))
- Bernardo Mariano dos Santos (José Mariano dos Santos) (Envolvido(a))
- Carlos Augusto do Rego Cavalcante (Envolvido(a))
- Carlos Pedrosa (Envolvido(a))
- Ceni-ro Paiva (José Paiva) (Envolvido(a))
- Cezario Salvino de Souza (Envolvido(a))
- Cicero Valeriano Mourão (Envolvido(a))
- Damião de Barros Correia (Envolvido(a))
- Daniel de Farias Netto (Envolvido(a))
- David Vitor de Vêras (Pedro Francisco de Vêras) (Envolvido(a))
- Democrito da Silveira (Envolvido(a))
- Djalma de Hollanda Vasconcelos (Antonio de Hollanda Vasconcelos) (Envolvido(a))
- Domingos Coutinho (Envolvido(a))
- Edgard Targino de Araujo (Envolvido(a))
- Egidio Chaves Tavares de Mello (Envolvido(a))
- Emygdio Francisco de Mesquita (Envolvido(a))
- Epiphanio José Bezerra (Envolvido(a))
- Erasmo Laurentino Gonçalves (Envolvido(a))
- Etelvino de Oliveira Pinto (Envolvido(a))
- Evandro de Araujo (Francisco Vicente de Araujo) (Envolvido(a))
- Feliciano Beserra dos Santos (Amaro Beserra dos Santos) (Envolvido(a))
- Firmino Felix da Silva (Envolvido(a))

- Francisco Alves Sobrinho (Francisco Alves da Silva) (Envolvido(a))
- Francisco Augusto José Bezerra (Envolvido(a))
- Francisco das Chagas Ramos (Theodoro Rodrigues Xavier Ramos) (Envolvido(a))
- Francisco de Assis Cruz (Envolvido(a))
- Francisco de Freitas Bayão (José Martins Bayão) (Envolvido(a))
- Francisco Esperedião Nogueira (Envolvido(a))
- Francisco Felipe da Costa (Envolvido(a))
- Francisco Pacheco Lyra (Envolvido(a))
- Francisco Possidonio de Oliveira (Envolvido(a))
- Genaro Buonora (Envolvido(a))
- Genésio dos Santos Baraúna (Manoel Francisco dos Santos Baraúna) (Envolvido(a))
- Geraldo da Cunha Cavalcanti (Manoel da Cunha Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Gerson Pereira de Araujo (José Alexandrino Pereira de Araujo) (Envolvido(a))
- Glauco de Albuquerque (Envolvido(a))
- Godofredo Severiano de Britto (Envolvido(a))
- Gregorio Barbosa (Envolvido(a))
- Gregorio Lourenço Bezerra (Envolvido(a))
- Gumercindo Cabral de Vasconcellos (João Ignacio Cabral de Vasconcellos) (Envolvido(a))
- Gustavo Tigre Coutinho (Envolvido(a))
- Henrique Accioly Lins da Silva (Envolvido(a))
- Henrique Medeiros Paiva (Envolvido(a))
- Horacio Correa Sobral (Envolvido(a))
- Horacio Correia Sobral (Envolvido(a))
- Hugo Barbosa da Silva (Envolvido(a))
- Jacob Krinsergold (Joel Krinsergold) (Envolvido(a))
- Jaime dos Reis Golçalves (Salustiano dos Reis Gonçalves) (Envolvido(a))
- Januario Pedro (Envolvido(a))

- João Alfredo de Barros Gibson (Envolvido(a))
- João Anthero da Silva (Envolvido(a))
- João Apolonio da Silva (Envolvido(a))
- João Baptista de Menezes (Envolvido(a))
- João Batista Vasconcelos (Eliodoro da Silva Ramos) (Envolvido(a))
- João Bezerra de Lima (Luacio Bezerra de Lima) (Envolvido(a))
- João Constantino Carneiro (Manoel Constantino Carneiro) (Envolvido(a))
- João de Luna (Envolvido(a))
- João de Vasconcelos (José Jovenal de Vasconcelos) (Envolvido(a))
- João Deodato de Oliveira (Envolvido(a))
- João Francisco da Silva (Envolvido(a))
- João Gomes da Silva (Envolvido(a))
- João Ignacio Cabral de Vasconcelos Filho (Envolvido(a))
- João Lemos Muniz (Envolvido(a))
- João Lourivandro da Silva (Luauil Lourivandro da Silva) (Envolvido(a))
- João Marinho de Barros (Envolvido(a))
- Joaquim Bezerra (Envolvido(a))
- Joaquim Claudio dos Santos (Sergio Claudio dos Santos) (Envolvido(a))
- Joaquim Lopes da Silva (João Lopes da Silva) (Envolvido(a))
- José Agenor Santiago (Envolvido(a))
- José Albino Alves (Envolvido(a))
- José Alexandre Cavalcante (Envolvido(a))
- José Alves de Lima (Envolvido(a))
- José Alves Pedrosa (Envolvido(a))
- José Antonio dos Santos (Envolvido(a))
- José Avelino de Carvalho (Avelino Felipe de Souza) (Envolvido(a))
- José Baptista de Moraes (Envolvido(a))

- José Bezerra da Silva (Envolvido(a))
- José Brasileiro da Silva (José Brasileiro da Silva) (Envolvido(a))
- José Caetano Machado (Caetano Machado da Silva) (Envolvido(a))
- José Carvalho da Silva (Envolvido(a))
- José Cavalcante do Nascimento (Envolvido(a))
- José da Cruz Oliveira (Envolvido(a))
- José David de Lima (Envolvido(a))
- José de Assis Bezerra (Envolvido(a))
- José de Mello da Silva (Envolvido(a))
- José de Mélo Cabral (Virgílio de Mélo Cabral) (Envolvido(a))
- José Felix da Silva (Envolvido(a))
- José Fernandes Pimentel (Envolvido(a))
- José Ferreira da Costa (Joaquim Ferreira da Costa) (Envolvido(a))
- José Francisco da Costa (Envolvido(a))
- José Francisco de Oliveira (Damião Francisco de Oliveira) (Envolvido(a))
- José Gregório Lourenço Bezerra (Lourenço Bezerra) (Envolvido(a))
- José Guilbert de Macedo Junior (Envolvido(a))
- José Ignacio da Silva (Envolvido(a))
- José Ignacio de Araujo (Envolvido(a))
- José Joaquim do Nascimento (Envolvido(a))
- José Lins Barradas (Envolvido(a))
- José Lucas da Silveira (Envolvido(a))
- José Maria de Souza (João de Souza) (Envolvido(a))
- José Marianno Correia de Lima (Envolvido(a))
- José Marques da Silva (Envolvido(a))
- José Mendes da Silva (Envolvido(a))
- José Paulo da Cunha Wanderlay (José da Cunha Wanderlay) (Envolvido(a))

- José Pedro da Silva (Envolvido(a))
- José Pinheiro dos Santos (Raimundo dos Pinheiro) (Envolvido(a))
- José Pontual Ferreira Lima (Envolvido(a))
- José Ribeiro Campos (José Ribeiro Campos) (Envolvido(a))
- Jose Roberto da Silva (João Roberto da Silva) (Envolvido(a))
- José Severino da Silva (Envolvido(a))
- José Soares das Neves (Envolvido(a))
- José Souto Santiago (Envolvido(a))
- José Thomaz de Araujo (Envolvido(a))
- José Valentim (Envolvido(a))
- José Vicente do Nascimento (Envolvido(a))
- Josias Vianna (Envolvido(a))
- Julio Marques Feitosa (Envolvido(a))
- Lamartine Coutinho Correia de Oliveira (Envolvido(a))
- Leandro Feitosa de Castro (Envolvido(a))
- Leodegario Lourenço Alves da Cunha (Envolvido(a))
- Leonardo Gregorio da Costa (Envolvido(a))
- Lourival da Motta Cabral (Envolvido(a))
- Lourival Perousio Pereira (Pedro Perousio Pereira) (Envolvido(a))
- Luasia Levedrina Ceracliado (Pedro Galego) (Envolvido(a))
- Lucio Florentino da Silva (Envolvido(a))
- Luiz Bispo de França (Envolvido(a))
- Luiz de França (Antonio José dos Santos) (Envolvido(a))
- Luiz Gonzaga da Silva (Antonio Gonzaga da Silva) (Envolvido(a))
- Luiz Gonzaga de Oliveira (Manoel Vicente de Oliveira) (Envolvido(a))
- Luiz Gonzaga Nunes (Envolvido(a))
- Luiz Vieira da Silva (Envolvido(a))

- Luiz Vieira do Quadro (Envolvido(a))
- Manoel Alves de Figueiredo (Floriano Alves de Figueiredo) (Envolvido(a))
- Manoel Amaro Franco (Envolvido(a))
- Manoel Américo de Figueiredo (Maria Conceição de Figueiredo) (Envolvido(a))
- Manoel Antonio da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Antonio de Farias (Envolvido(a))
- Manoel Baptista Cavalcante (Francisco Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Manoel Barbosa da Silva (Severino Barbosa da Silva) (Envolvido(a))
- Manoel Berto de Oliveira (Envolvido(a))
- Manoel Bezerra da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Bezerra dos Santos (Envolvido(a))
- Manoel Dionizio da Costa (Envolvido(a))
- Manoel Eugenio da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Fernandes de Medeiros (Francisco Fernandes de Medeiros) (Envolvido(a))
- Manoel Guedes da Silva (Envolvido(a))
- Manoel Martins da Cunha (Envolvido(a))
- Manoel Nunes de Souza Leite (Envolvido(a))
- Manoel Paulino Monteiro (Antonio Paulino Monteiro) (Envolvido(a))
- Manoel Severino (Envolvido(a))
- Manoel Theophilo de Lima (Envolvido(a))
- Manoel Thomaz de Oliveira (Envolvido(a))
- Marcionillo Alexandre (Envolvido(a))
- Marcionillo José dos Santos (Envolvido(a))
- Marcos Ramos de Oliveira (Envolvido(a))
- Maria Medina Machado (Envolvido(a))
- Mario Gonçalves (Alfredo Gonçalves) (Envolvido(a))
- Martim Clementino Silva (Envolvido(a))

- Matias Malaquias dos Santos (Sebastião Malaquias dos Santos) (Envolvido(a))
- Miguel Elpido da Silva (Envolvido(a))
- Miguel Ignacio da Rocha (Envolvido(a))
- Miguel Lopes de Siqueira (Envolvido(a))
- Milton de Oliveira Arruda (Envolvido(a))
- Moésias Rolin (Advogado(a))
- Moisés Lins (Pedro Joaquim Luiz) (Envolvido(a))
- Moysés Lins (Envolvido(a))
- Murilo Rodrigues da Silva (Envolvido(a))
- Narciso Ferreira da Silva (Envolvido(a))
- Nelson da Luz Monteiro (Higino Monteiro) (Envolvido(a))
- Nestor Bispo da Silva (Envolvido(a))
- Octacilio Alves de Lima (Envolvido(a))
- Odilon Iziodoro (Envolvido(a))
- Oswaldo Cabral de Lyra (Envolvido(a))
- Otacilio Soares de Brito (Luiz Soares de Brito) (Envolvido(a))
- Ovidio Cabral de Macêdo (Envolvido(a))
- Pacifico Pereira de Mello (Envolvido(a))
- Pascacio de Souza Fonseca (Raphael de Souza Fonseca) (Envolvido(a))
- Paulo Fonseca Lins (Antonio Luiz Cavalcanti Lima) (Envolvido(a))
- Paulo Luiz da Rocha (Envolvido(a))
- Paulo Motta Lima Medeiros (Envolvido(a))
- Paulo Soares Cavalcanti (José Soares Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Pedro Borges (Relator(a))
- Pedro da Cunha Borba (Envolvido(a))
- Pedro Laurindo de Araujo (Getuliano Francisco de Araujo) (Envolvido(a))
- Pedro Mineiro Filho (Envolvido(a))

- Pedro Pereira da Silva (Envolvido(a))
- Raul Lins Barradas (Envolvido(a))
- Raymundo Mattos (Envolvido(a))
- Raymundo Nonato de Oliveira Filho (Envolvido(a))
- Raymundo Nonato Paes Barreto (Envolvido(a))
- Reinaldo Camilo Duarte (Manoel Camilo Duarte) (Envolvido(a))
- Reynaldo Camillo Duarte (Envolvido(a))
- Romildo da Silva Ramos (Envolvido(a))
- Romualdo Diniz Henriques (Envolvido(a))
- Rozendo Antonio dos Santos (Envolvido(a))
- Saturino de Tal (Envolvido(a))
- Sebastião Accyoli de Lima (José Accyoli de Paula) (Envolvido(a))
- Sebastião Estevam de Mello (Envolvido(a))
- Sebastião Lopes Bezerra (Envolvido(a))
- Sebastião Luiz de França (Luiz de França) (Envolvido(a))
- Sebastião Rodrigues de Freitas (Envolvido(a))
- Sebastião Severino de Almeida (Pedro Candido de Almeida) (Envolvido(a))
- Seraphim Francisco dos Santos (Envolvido(a))
- Severino Bruno (Envolvido(a))
- Severino Candido da Silva (Envolvido(a))
- Severino de Padua do Espirito Santo (Envolvido(a))
- Severino Manoel da Silva (Envolvido(a))
- Severino Marinho de Carvalho (Envolvido(a))
- Severino Mathias da Silva (Envolvido(a))
- Severino Roberto dos Santos (Envolvido(a))
- Severino Theodoro de Mello (Envolvido(a))
- Severino Vieira Filho (Envolvido(a))

- Silo Furtado Soares de Meirelles (Envolvido(a))
- Simplicio Teixeira Peixoto (Envolvido(a))
- Soriano Ribeiro Leite (Envolvido(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Themistocles Magalhães de Andrade Filho (Envolvido(a))
- Theophilo Pedro do Nascimento (Envolvido(a))
- Theophilo Peixoto de Oliveira (Envolvido(a))
- Theotonio Soares (Envolvido(a))
- Thomas Ezequiel Alves (Envolvido(a))
- Thomaz Villa Nova (Envolvido(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Ulysses de Arruda e Silva (Envolvido(a))
- Valfrido Siqueira Cavalcanti (Candido Siqueira Cavalcanti) (Envolvido(a))
- Vicente Bezerra de Britto (Envolvido(a))
- Vicente Coutinho Campos (Envolvido(a))
- Vicente Iziodoro da Silva (Envolvido(a))
- Victorino Barbosa dos Santos (Envolvido(a))
- Virgilio de Almeida Bonfim (Moisés Bonfim) (Envolvido(a))
- Waldemar Diniz Henriques (Envolvido(a))
- Waldemar Heuriques (Rodolpho Heuriques) (Envolvido(a))
- Walfrido Siqueira Cavalcanti (Envolvido(a))

Título**9. Apelação n. 5.004/1937****Data(s)**

- 16/08/1937 a 14/06/1939 (Produção)

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 208 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 42, de 28 de abril de 1937.</p> <p>Apelado e registrado sob o número 5.004, de 16 de agosto de 1937.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Aos 21 de maio de 1936, na cidade de União da Vitória, estado do Paraná, Felipe Pedroso, austríaco, foi condenado pelo grau mínimo do artigo 13 da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, por terem sido apreendidas em sua residência armas e munições.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 13 • Crime contra a ordem política e social • Ameaça • Processo n. 42/1937 • Porte ilegal de arma de fogo
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Produtor) • Edmundo da Veiga (Relator(a)) • Barbosa Lima (Revisor(a)) • João Cleto Correa Mourão (Advogado(a)) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Felipe Pedroso (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>10. Apelação n. 5.033/1937</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 01/09/1937 a 13/10/1937
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 440 folhas, 2 volumes.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 358, de 15 de maio 1937. Apelado e registrado no Supremo Tribunal Militar sob o número 5.033, de 1º de setembro de 1937.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Aos 11 de maio de 1937, Carlos de Lima Cavalcanti, governador do Estado de Pernambuco, foi denunciado pelo aliciamento consciente de personalidades reconhecidamente comunistas para atuarem no seu governo em lugares de destaque e alta responsabilidade. O governador foi indiciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 1º, 4º e 6º da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 2 anos de reclusão.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Crime contra a ordem política e social Revolução Comunista de 1935 Processo n. 358/1937-TSN Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 4º

<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Bulcão Viana (Revisor(a)) • Astolpho Rezende (Advogado(a)) • Omar Dutra (Advogado(a)) • Oswaldo M. Rezende (Advogado(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Produtor) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Carlos de Lima Cavalcanti (Envolvido(a))
<p>Título</p> <p>11. Apelação n. 5.053/1937</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15/09/1937 a 14/06/1939
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 172 folhas, 2 volumes.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 376, de 9 de julho de 1937. Apelado ao Supremo Tribunal Militar sob o número 5.053, de 15 de setembro de 1937.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Aos 25 de fevereiro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, José Honorio Maia foi denunciado por distribuir boletins subversivos da ordem política e social. O denunciado foi indiciado como incurso nas penas do art. 23 combinado com o art. 22, § 1º, da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935.</p>

Pontos de acesso de assunto

- Processo n. 376/1937-TSN
- Crime contra a ordem política e social
- Crime de incitamento à violência
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 23
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 22

Ponto de acesso nome

- Bulcão Viana (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Raul Lins Filho (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- José Honorio Maia (Maria Honorio Maia, José Maia Filho) (Envolvido(a))

Título**12. Apelação n. 5.054/1937****Data(s)**

- 15/09/1937 a 14/02/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 3.764 folhas, 11 volumes e 2 apensos.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Apelação referente ao Processo número 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>A apelação tem como referência o processo em que foram julgados um grupo liderado por Luiz Carlos Prestes, condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional por tentarem mudar, por meio violento, a Constituição da República e a forma de governo por ela estabelecida. Foram acusados de incidir na sanção de vários dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo n. 1/1936 - TSN</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 • Aliança Nacional Libertadora • Terceira Internacional de Moscou • Revolução Comunista de 1935 • Crime contra a ordem política e social • Levante Comunista • Revolta Vermelha de 35 • Novembro vermelho • Movimento Comunista
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aarão Moraes do Souto (Aurora Simões de Moraes, Aarão do Souto Moraes) (Envolvido(a)) • Abelardo Leite de Figueiredo Araújo (Maria Neiva de Figueirêdo Araújo, Izidoro Leite Ferreira de Araújo) (Envolvido(a)) • Adolpho Barboza Bastos (Jenoveva Barboza Bastos, Joaquim Olintho Bastos) (Envolvido(a))

- Adonijá Pottes Valle (Elelvina Georgina Pottes Valle, João Baptista da Costa Valle) (Envolvido(a))
- Agricola Baptista (Umbelina Baptista, Manoel Baptista) (Envolvido(a))
- Alberto Beaument (Advogado(a))
- Alberto Boumond (Advogado(a))
- Alcedo Baptista Cavalcante (Envolvido(a))
- Alceu Marinho Rego (Advogado(a))
- Aldobrantino Chaves Segura (Julia da Silva Chaves Segura, Manoel da Motta Segura) (Envolvido(a))
- Alminio Pereira do Lago (Envolvido(a))
- Alvaro Conceição de Oliveira (Advogado(a))
- Americo Dias Leite (Alice Ronbach Leite, Americo Dias Leite) (Envolvido(a))
- André Trifino Corrêa (Envolvido(a))
- Antonio Dias Tavares Bastos (Advogado(a))
- Antonio Evaristo de Moares (Advogado(a))
- Antonio Pedro da Silveira (Advogado(a))
- Antonio Soares de Oliveira (Envolvido(a))
- Antonio Travassos de Barros (Amelia Travassos de Barros, Joaquim Francisco de Barros) (Envolvido(a))
- Aristides Corrêa Leal (Thereza Corrêa Leal, Francisco Corrêa Leal) (Envolvido(a))
- Arlindo Antonio de Pinho (Envolvido(a))
- Armanda Alvaro Alberto (Maria T. da Motta e Silva, Alvaro Alberto da Silva) (Envolvido(a))
- Armando da Rocha do Ó (Joana de Souza do Ó, Antonio da Rocha do Ó) (Envolvido(a))
- Astolpho Rezende (Advogado(a))
- Augusto Paes Barreto (izabel Bezerra de Mello Barreto, Austoicliceo Paes Barreto) (Envolvido(a))
- Augusto Pinto Lima (Advogado(a))
- Benjamin Franklin Pacheco D'Avila (Maria Leopoldina D'Avila, Domingos Pacheco D'Avila) (Envolvido(a))
- Benjamin Snaider (Esther Snaider, Wolf Snaider) (Envolvido(a))
- Bulcão Viana (Revisor(a))

- Carlos Alberto Dunshee de Abranches (Advogado(a))
- Carlos de Medeiros (Advogado(a))
- Celso Pinheiro Filho (Envolvido(a))
- Clovis Dunshee de Abranches (Advogado(a))
- Custodio Lobo (Envolvido(a))
- Demetrio Hamam (Advogado(a))
- Divaldo de Mello (Maria Umbelina de Mello, Manoel Lourenço de Mello) (Envolvido(a))
- Edmundo da Veiga (Relator(a))
- Edmundo de Miranda Jordão (Advogado(a))
- Eliezer Montenegro Magalhães (Envolvido(a))
- Elmo Santos de Bustamante (Advogado(a))
- Emilio Pimentel de Oliveira (Advogado(a))
- Emmanuel Alves da Silva (Envolvido(a))
- Eneida Costa de Moraes (Julia Vilas Boas Costa, Guilherme Joaquim da Costa) (Envolvido(a))
- Euclides de Oliveira (Envolvido(a))
- Euclides Lins Verçosa (Octavia Benermuta Verçosa, José Lins Verçosa) (Envolvido(a))
- Eugenio Carvalho do Nascimento (Advogado(a))
- Eurico da Rocha Portelle (Advogado(a))
- Evaristo de Moraes (Advogado(a))
- Felipe Moreira Lima (Envolvido(a))
- Fernando Oiticica de Rocha Lins (Advogado(a))
- Francisco Pereira da Silva (Advogado(a))
- Francisco Ribeiro da Silva (Advogado(a))
- Francisco Romero (Envolvido(a))
- Gastão Pratti de Aguiar (Angela Prati de Aguiar, Honorico Vieira de Aguiar) (Envolvido(a))
- Haroldo Mauro (Advogado(a))
- Heitor Nobrega Beltrão (Advogado(a))
- Helio de Albuquerque Lima (Maria Emilia Zany de Lima, Manoel de Albuquerque Lima)

(Envolvido(a))

- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Horacio Corrêa Pastor (Angela Corrêa Pastor, Julio Pastor) (Envolvido(a))
- João Aurelio da Silva (Ucineia de Souza Lima, José Ana Click da Silva Lima) (Envolvido(a))
- João Baptista Barreto Leite Filho (Gonçalina Azevedo Barreto Leite, João Baptista Barreto Leite) (Envolvido(a))
- João Borges de Sampaio (Advogado(a))
- João Dunshee de Abranches Netto (Advogado(a))
- João Scharbel (Advogado(a))
- Joaquim Luiz de Azevedo Costa (Advogado(a))
- Joaquim Timotheo Ribeiro da Silva (Elisa de Araújo Ribeiro da Silva, Antonio José Ribeiro da Silva) (Envolvido(a))
- Jorge Dyott Fontenelle (Advogado(a))
- Jorge Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- José Desiderio da Silva (Envolvido(a))
- José Marcello Moreira (Advogado(a))
- José Neder (Advogado(a))
- Josias Reis (Envolvido(a))
- Josué Francisco de Campos (Envolvido(a))
- Julio Cesar Tavares (Advogado(a))
- Julio Ferreira Alves (Envolvido(a))
- Julio Schuquiel de Medeiros (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Aurelia Martins Fontoura, José de Magalhães Fontoura) (Envolvido(a))
- Letacio de Medeiros Jansen Ferreira (Advogado(a))
- Lionel Timponi (Advogado(a))
- Lourenço Moreira Lima (Envolvido(a))
- Luiz Gonzaga Lins de Barros (Maria Carmelita Lins de Barros, Joaquim Cavalcanti Leal de Barros) (Envolvido(a))
- Luiz Leite da Costa (Advogado(a))

- Maria da Gloria Ribeiro Moss (Advogado(a))
- Maria Moraes Werneck de Castro (Envolvido(a))
- Mario Bulhões Pedreira (Advogado(a))
- Mauricio de Paiva Lacerda (Maria da Gloria Santos Paiva de Lacerda, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda) (Envolvido(a))
- Maurício Graccho Cardoso (Advogado(a))
- Miecio Tatti Pereira da Silva (Advogado(a))
- Miguel Monteiro de Barros Lins (Advogado(a))
- Nelson Rezende (Advogado(a))
- Nemo Canabarro Lucas (Mariana Canabarro Lucas, João Antonio Lucas) (Envolvido(a))
- Norberto dos Santos (Advogado(a))
- Odilon Duarte Baptista (Envolvido(a))
- Ormando Augusto da Silva (Albertina Nunes da Silva, Carlos Augusto da Silva) (Envolvido(a))
- Oswaldo Costa (Maria Iulmira de Mello Costa, Raymundo Costa) (Envolvido(a))
- Otto Gil (Advogado(a))
- Paulo Machado Carrion (Maria Machado Carrion, Lacildo Carrion Junior) (Envolvido(a))
- Pedro da Motta Lima (Envolvido(a))
- Pedro Luiz Teixeira (Maria do Carmo Amaral Teixeira, Octavio Luiz Teixeira) (Envolvido(a))
- Pedro Paulo Penna e Costa (Advogado(a))
- Plinio Pinheiro Guimarães (Advogado(a))
- Radio de Queiroz Maia (Leopoldina de Queiroz Maia, José Valeriano de Oliveira Maia) (Envolvido(a))
- Raphael Ribeiro da Silva (Advogado(a))
- Raul Francisco Riff (Envolvido(a))
- Raymundo Lopes Machado (Advogado(a))
- Renato Fioravanti Pires de Barros Bittencourt (Advogado(a))
- Samuel Lobo (Maria da Gloria de Magalhães Lobo, Anthar Lobo) (Envolvido(a))
- Socrates Diniz (Advogado(a))

- Soveral Ferreira de Souza (Envolvido(a))
- Stelio Galvão Bueno (Advogado(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Thomaz Pompeu Acioly Borges (Branca Accioly Borges, Raymundo Borges) (Envolvido(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Valentina Leite Barbosa Bastos (Georgeta Lahmeyer Dias Leite, Antonio Dias Leite) (Envolvido(a))
- Valerio Regis Konder (Maria Regis Konder, Marcos Konder) (Envolvido(a))
- Wagner Estelita Campos (Advogado(a))
- Wanderley Siqueira Rodrigues (Lecilia Siqueira Rodrigues, Manoel Rodrigues da Silva Junior) (Envolvido(a))
- Yomar Azevedo (Josina Duarte de Azevedo, Antonio Luiz de Azevedo) (Envolvido(a))

Título**13. Apelação n. 5.152/1937****Data(s)**

- 25/11/1937 a 05/04/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 291 folhas, 2 volumes.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 120, de 17 de julho de 1937. Apelado ao Supremo Tribunal Militar sob o número 5.152, de 25 de novembro de 1937.

Âmbito e conteúdo

Aos 23 de agosto de 1935, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, um grupo de quatro indivíduos foram acusados de pintar a pixe os muros de diversas residências, desenhando emblemas do Partido Comunista, escrevendo frases nas paredes e distribuindo boletins subversivos da ordem política e social. Os denunciados Octávio João de Andrade, Joaquim Gavião Pereira, Nadyr Peres e Herminio Augusto Cardoso foram indiciados na Lei nº 38, de 4 de abril de 1935: o primeiro, nas penas dos arts. 13 e 15; e os demais, nas sanções do art. 15 da mesma lei.

Pontos de acesso de assunto

- Crime de motim e revolta
- Crime de incitamento à violência
- Revolução Comunista de 1935
- Processo n. 120/1937-TSN
- Crime contra a ordem política e social
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 13
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 15
- Porte ilegal de arma de fogo

Ponto de acesso nome

- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Nadyr Peres (Emília Amorim Peres, José Alvares Peres) (Envolvido(a))
- Octavio João de Andrade (Maria Francisca de Andrade, João Baptista Andrade) (Envolvido(a))
- Joaquim Gavião Pereira (Maria Amélia Pereira, Miguel Pereira Gavião) (Envolvido(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Leôncio Ribas Marinho (Advogado(a))
- Francisco de Paula Chaves Junior (Advogado(a))
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Herminio Augusto Cardoso (Maria Augusta Cardoso, Antonio José Cardoso) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>14. Apelação n. 5.203/1937</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28/12/1937
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 2.380 folhas, 8 volumes.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Originou-se como Processo n. 1-B do Tribunal de Segurança Nacional. Julgado em 27 de outubro de 1937. Houve Apelação ao Supremo Tribunal Militar, sob n. 5.203, em 28 de dezembro de 1937, tendo como Relator o Ministro Dr. Cardoso de Castro e, como Revisor, o Ministro Dr. Edmundo da Veiga. Em 18 de abril de 1938, foi designado como Revisor o Sr. Ministro Salgado Filho, tendo em vista a aposentaria do primeiro Revisor. Em 2 de junho de 1939, pleiteou-se o Embargo n. 5.203 contra o acórdão do STM, de 14 de novembro de 1938.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Apelação impetrada por Alvaro Belda, Antonio Pedro Cavalcanti, Sebastião Guedes de Araújo, Artur Gomes da Silva, Azôr Galvão de Souza, Benhur Teixeira Lessa, Brasilino dos Santos, João Gomes Marinho, Joaquim Tomé da Silva, Jorge Braz Torres, Joselito Borges Rios, Luiz Cunha, Nazareno Ferreira Itajubá, João Vitor dos Santos e Benedito de Oliveira, condenados à pena de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional, em acórdão de 27 de outubro de 1937, por terem participado da revolução extremista irrompida na Capital Federal, em 27 de novembro de 1935, cujos focos principais eram o Terceiro Regimento de Infantaria e a Escola de Aviação.</p>
<p>Nota</p> <p>Manoel da Graça Lessa e outros estão arrolados no Processo n. 1 do Tribunal de Segurança Nacional, acusados de terem participado do levante comunista ocorrido em 27 de novembro de 1935.</p>

Pontos de acesso de assunto

- Apelação n. 5.203/1938
- Apelação n. 5.203/1937-TSN
- Embargo n. 5.203/1939
- Crime contra a ordem política e social
- Crime de incitamento à indisciplina
- Crime de motim e revolta
- Revolução Comunista de 1935
- Intentona Comunista
- Revolta Vermelha de 35
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Escola de Aviação Militar
- 3º Regimento de Infantaria
- Movimento Comunista

Ponto de acesso nome

- Gonçalves de Oliveira (Advogado(a))
- Adalberto Costa (Envolvido(a))
- Adalberto Ferreira de Aguiar (Advogado(a))
- Adhemar Sant'Anna (Envolvido(a))
- Aguinaldo Amado (Advogado(a))
- Alberto Dualib (Envolvido(a))
- Alceu Marinho Rego (Advogado(a))
- Aldemar Garcia Rosa (Advogado(a))
- Alfredo Ribeiro Mariano (Advogado(a))
- Alvaro Belda (Envolvido(a))
- Alvaro Castro Neves e Almeida (Advogado(a))
- Alvaro Tornaghi (Advogado(a))

- Annibal Dias Torres (Envolvido(a))
- Anthero de Almeida (Emília Alves de Almeida, Amadeu Pereira de Almeida) (Envolvido(a))
- Antonio Augusto Ferreira da Silva (Advogado(a))
- Antonio Augusto Pereira (Advogado(a))
- Antonio Augusto Pereira da Silva (Advogado(a))
- Antonio Evaristo de Moares (Advogado(a))
- Antonio Olegário da Costa (Advogado(a))
- Antonio Pedro Cavalcante (Jesuina Orlanda Cavalcante, Ignácio Pedro) (Envolvido(a))
- Antonio Pessoa de Araujo (Envolvido(a))
- Aristóteles Rodrigues Rangel (Envolvido(a))
- Arnaldo Lopez de Farias (Advogado(a))
- Arthur Cumplido de Sant'Anna (Advogado(a))
- Arthur Gomes da Silva (Envolvido(a))
- Atonio Gomes Nogueira (Envolvido(a))
- Azor Galvão de Souza (Envolvido(a))
- Benedicto de Oliveira (Envolvido(a))
- Ben-hur Teixeira Lessa (Envolvido(a))
- Bento A. Romeiro (Advogado(a))
- Brasilino dos Santos (Envolvido(a))
- Brivaldo Leão de Almeida (Envolvido(a))
- Bruno Peixoto Gomide (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Carlos Alberto Dunshee de Abranches (Advogado(a))
- Carlos Brunswick França (Envolvido(a))
- Cezar Bittencourt Bezerra (Envolvido(a))
- Claudio Bartoletti (Envolvido(a))
- Claudionor Correa da Silva (Envolvido(a))

- Clementino Moreira Rondon (Julia Moreira Rondon, Germiniano Neves da Silva Rondon) (Envolvido(a))
- David Capistrano da Costa (Envolvido(a))
- Dinarco Reis (Envolvido(a))
- Dinarte Silveira (Envolvido(a))
- Diogo Soares Cardoso (Envolvido(a))
- Domingos Maia da Costa (Advogado(a))
- Edmundo da Veiga (Revisor(a))
- Edmundo de Almeida Rêgo Filho (Advogado(a))
- Edmundo do Rego Filho (Advogado(a))
- Emilio Pimentel de Oliveira (Advogado(a))
- Emir Nunes de Oliveira (Advogado(a))
- Enéas Jorge de Andrade (Envolvido(a))
- Eneu Gonçalves de Paula (Envolvido(a))
- Ernesto Jorge Dutra da Fonseca (Advogado(a))
- Ernesto Zimmer (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Evaristo de Moraes (Advogado(a))
- Fabio Luna Lobato (Advogado(a))
- Francisco Isidoro Rocha (Envolvido(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Francisco Pereira da Silva (Advogado(a))
- Frederico Cunha (Margarida da Cunha, José Bonifacio da Cunha) (Envolvido(a))
- Gastão Victoria (Advogado(a))
- Guilherme Gomes de Mattos (Advogado(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Heraldo Barreto (Advogado(a))
- Hermenegildo de Assis Brasil (Envolvido(a))

- Hermes Paixão e Silva (Envolvido(a))
- Hugo Mariano Flores (Envolvido(a))
- Inimá de Oliveira (Advogado(a))
- Jair Santos Almeida (Envolvido(a))
- Jancy Sgarby D'Avila (Carmelita Sgarby D'Avila, Vassallo Ferreira D'Avilla) (Envolvido(a))
- Jayme Rezende Pacheco (Envolvido(a))
- João Borges de Sampaio (Advogado(a))
- João de Deus Vianna (Advogado(a))
- João Diogo Malcher da Cunha (Advogado(a))
- João Gomes Marinho (Envolvido(a))
- João Mario Rangel (Advogado(a))
- João Scharbel (Advogado(a))
- João Victor dos Santos (Envolvido(a))
- Joaquim Silveira dos Santos (Envolvido(a))
- Joaquim Tomé da Silva (Envolvido(a))
- Joffre Alonso da Costa (Envolvido(a))
- Jorge Braz Torres (Nancy Braz Torres, Affonso Henrique de Barcellos Torres) (Envolvido(a))
- Jorge Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- José Alves da Silva Dolabela (Dalilla Dolabela da Silva Melo, Alipino Alves da Silva Mello) (Envolvido(a))
- José Basilio da Gama (Advogado(a))
- José Basilio de lima (Envolvido(a))
- José de Lima (Envolvido(a))
- José dos Santos Ferreira (Carolina Amueto Ferreira, José dos Santos Ferreira) (Envolvido(a))
- José Elisio Bezerra Cavalcanti (Jorge Elisio Bezerra Cavalcanti, Maria José Bezerra Cavalcanti) (Envolvido(a))
- José Francisco Neves (Envolvido(a))
- José Gay da Cunha (Envolvido(a))

- José Homem Correa de Sá (Envolvido(a))
- José Ludivici Ribeiro (Envolvido(a))
- José Martins Barcelloz (Advogado(a))
- José Neder (Advogado(a))
- Joselito Borges Rios (Envolvido(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Luiz Broto Netto (Envolvido(a))
- Luiz Cunha (Envolvido(a))
- Luiz Ferreira de Sá (Envolvido(a))
- Manoel da Graça Lessa (Virginia Pessôa Lessa, Marcionilo Lessa) (Envolvido(a))
- Manoel Deodoro da Fonseca Hermes (Advogado(a))
- Manoel Felisberto de Carvalho (Envolvido(a))
- Mario de Oliveira Brandão (Advogado(a))
- Mario Nahra (Envolvido(a))
- Mario Salema Teixeira Coelho (Cidalina Salema Teixeira Coelho, Mario Teixeira Coelho) (Envolvido(a))
- Maurilio Galvão Monteiro (Envolvido(a))
- Miguel Timponi (Advogado(a))
- Moacir Barros de Sampaio Marques (Advogado(a))
- Mozart Correa de Sá (Envolvido(a))
- Nazareno Ferreira Itajubá (Envolvido(a))
- Nelson Gomes Lourenço (Advogado(a))
- Newton Noronha (Advogado(a))
- Norberto dos Santos (Advogado(a))
- Olavo Bilac Pinto (Advogado(a))
- Olimpio Mateus (Advogado(a))
- Olpheu Guilherme Maculan (Envolvido(a))
- Ormillo de Souza Rodrigues (Envolvido(a))

- Oscar Garcia de Souza (Advogado(a))
- Paulo da Silva Cabral (Advogado(a))
- Paulo Faria da Cunha (Advogado(a))
- Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (Advogado(a))
- Raymundo Mariano de Mattos (Advogado(a))
- Rene Bastos de Miranda (Envolvido(a))
- Salgado Filho (Revisor(a))
- Samuel Alvarez Puentes (Advogado(a))
- Sandoval Fonseca (Envolvido(a))
- Sebastião de Paulo (Advogado(a))
- Sebastião Guedes de Araujo (Leucadia Guedes de Araujo, Joaquim Guedes da Silva) (Envolvido(a))
- Sebastião Vianna de Souza (Advogado(a))
- Stelio Bastos Belchior (Advogado(a))
- Stelio Galvão Bueno (Advogado(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Sylvio Pinheiro de Aquino (Margarida Pinheiro de Aquino, João de Aquino) (Envolvido(a))
- Tancredo Guanabara (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Vicente Augusto de Oliveira (Envolvido(a))
- Virgilio Barbosa lima (Advogado(a))
- Wadelmar Saldanha de Araujo (Envolvido(a))
- Walter Campis Laws (Envolvido(a))
- Walter José Benjamim da Silva (Envolvido(a))
- Walter Lemos de Azevedo (Advogado(a))
- Werner Rusanowisck (Envolvido(a))
- Yolanda Ramos de Medonça (Advogado(a))
- Zacharias Francisco de Lima (Envolvido(a))
- Zemar Carvalho de Santis (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>15. Apelação n. 5.215/1938</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 10/01/1938 a 01/07/1938 (Produção)
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 256 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 204-A, em 1º de agosto de 1937. Apelado ao Supremo Tribunal Militar sob o número 5.215, em 10 de janeiro de 1938. Virou Embargos n. 5.215, em 5 de abril de 1938.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Apelação impetrada por Gumercindo Cabral de Vasconcellos, condenado à pena de 1 ano e 6 meses de prisão, por sentença do Tribunal de Segurança Nacional, denunciado por ter, na data de 24 de novembro de 1935, acompanhado de seu irmão João Cabral de Vasconcellos Filho, de Glauco Pinheiro e outros, participado do grupo que invadiu a delegacia de Olinda.</p>
<p>Nota</p> <p>Consta que aos 24 de novembro de 1935, na cidade de Olinda, estado de Pernambuco, um grupo, em articulação com os revoltosos da cidade de Recife, invadiu a Delegacia de Polícia, apoderando-se do armamento e munição, com vivas a Carlos Prestes.</p>
<p>Nota</p> <p>Gumercindo Cabral de Vasconcellos era promotor público da Comarca de Canhotinho-PE.; João Cabral de Vasconcellos Filho, chefe político e candidato a prefeito.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Crime contra a ordem política e social Intentona Comunista

- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 3º
- Movimento Comunista
- Novembro vermelho
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Edgar da Silveira Carvalho de Toledo (Advogado(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Gumercindo Cabral de Vasconcellos (João Ignacio Cabral de Vasconcellos) (Envolvido(a))
- João Cabral de Vasconcellos Filho (João Ignacio Cabral de Vasconcellos) (Envolvido(a))
- Glauco Pinheiro (Envolvido(a))

Título**16. Apelação n. 5.323/1938****Data(s)**

- 21/03/1938 a 18/07/1938

Dimensão e suporte

Dimensão: 605 folhas, 3 volumes.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Apelação referente ao Processo n. 318/1937 do Tribunal de Segurança Nacional.

<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Apelação impetrada por José Rodrigues, condenado à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 3 de novembro de 1937, acusado de ter organizado uma célula comunista e feito propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo n. 318-TSN</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo n. 1/1936
<p>Nota</p> <p>A prisão do carteiro Pedro Visconti, em 12 de agosto de 1936, teve como consequência a descoberta de uma célula comunista e diligências sob o comando da Delegacia de Ordem Política e Social para apurar as atividades comunistas envolvendo funcionários da repartição dos Correios e Telégrafos. Os indiciados foram denunciados por prática de propaganda subversiva.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aliança Nacional Libertadora • Crime contra a ordem política e social • Correios e Telégrafos • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 23 • Propaganda subversiva
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acarino Lino de Andrade (Basilina Rodrigues, Ernesto Lino de Andrade) (Envolvido(a)) • Antenor Ferreira Galheiro (Leonor Ferreira Galheiro, Vicente Ferreira Galheiro) (Envolvido(a)) • Antonio dos Santos Ferreira (Delphina de Lima Ferreira, Renato dos Santos Ferreira) (Envolvido(a)) • Arijaman Eduardo Jardim (Advogado(a)) • Benigno Rodrigues (Advogado(a)) • Breno Cuba dos Santos (Maria Policena dos Santos, Hypolito Severino dos Santos) (Envolvido(a)) • Cezar Moreira Seabra (Advogado(a)) • Costa Netto (Relator(a))

- Jayme Stuart Dias (Arminda de Almeida Dias, Jayme Stuart Dias) (Envolvido(a))
- João Dunshee de Abranches Netto (Advogado(a))
- João Luiz Keidel (Advogado(a))
- José Rodrigues (Christalina Rodrigues, Genuino Rodrigues) (Envolvido(a))
- Julio Cesar Tavares (Advogado(a))
- Luiz Wernerck de Castro (Advogado(a))
- Mario Eduardo Simões da Silva (Advogado(a))
- Paulo da Silva Cabral (Advogado(a))
- Pedro Visconti (Bernadina Visconti, Paschoal Visconti) (Envolvido(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Vasco Oswaldo Marques Junior (Advogado(a))
- Victorino Alves da Fonseca (Advogado(a))

Título**17. Habeas Corpus n. 10.494/1938****Data(s)**

- 12/12/1938 a 27/01/1939

Dimensão e suporte

Dimensão: 24 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Habeas Corpus impetrado no Supremo Tribunal Militar em 12 de dezembro de 1938, sob o número 10.494. Foi arquivado no STM com a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

Habeas Corpus impetrado em favor dos pacientes Luis Carlos Prestes, Arthur Ernest Ewert (Harry Berger), Agildo da Gama Barata Ribeiro e Azor Galvão de Sousa. Condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, com decisão confirmada pelo Supremo Tribunal Militar, por participação direta no movimento armado irrompido em 27 de novembro de 1935.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935
- Intentona Comunista
- Novembro vermelho
- Revolta Vermelha de 35
- Movimento Comunista

Ponto de acesso nome

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Luiz Carlos Prestes (Leocádia Prestes, Antônio Pereira Prestes) (Envolvido(a))
- Arthur Ernest Ewert (Emilie Ewert, Franz Ewert) ou Harry Berger (Envolvido(a))
- Agildo da Gama Barata Ribeiro (Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, Atanagildo Barata Ribeiro) (Envolvido(a))
- Azor Galvão de Souza (Envolvido(a))

Título**18. Apelação n. 6.555/1939****Data(s)**

- 19/10/1939 a 22/11/1939

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 790 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>3ª Auditoria da 1ª Região Militar</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Auditoria do Departamento do Pessoal do Exército</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo autuado na Auditoria do Departamento do Pessoal do Exército, na Capital Federal, sob o número 133, em 3 de dezembro de 1935. O Conselho de Justiça da citada Auditoria, reconhecendo a sua incompetência para decidir do feito, resolveu, por maioria de votos, sustar o processo sem iniciar o julgamento e determinar a remessa dos autos ao Tribunal de Segurança Nacional.</p> <p>Recebido pelo Tribunal de Segurança Nacional e registrado sob o número 225, de 1º de outubro de 1937.</p> <p>Os juízes do Tribunal de Segurança Nacional, atendendo a que o crime de que são acusados os réus do processo não está capitulado nas disposições da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, acordaram, por maioria de votos, em sessão de 24 de novembro de 1937, deferir o requerimento do juiz relator, em que este solicita ser levantado conflito negativo de jurisdição, e, em consequência, determinar a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Militar para que resolva sobre a competência para julgamento do processo.</p> <p>Conflito de Jurisdição n. 60 do Supremo Tribunal Militar.</p> <p>O STM acordou, em Tribunal, na sessão de 29 de dezembro de 1937, preliminarmente não conhecer do conflito suscitado, uma vez que o Tribunal de Segurança Nacional, que o suscitou, passou a ter existência autônoma, haja vista o Decreto n. 88, de 20 de dezembro de 1937, e remeteu os autos do processo para o Supremo Tribunal Federal para a decisão do conflito.</p> <p>O Supremo Tribunal Federal, no Conflito de Jurisdição n. 1.231, acordou em conhecer do presente conflito negativo de jurisdição, entre o Supremo Tribunal Militar e o Tribunal de Segurança Nacional, e julgá-lo procedente, e competente a Justiça Militar para processar e julgar os réus pronunciados pelo crime previsto pelo art. 93, n. 3, do Código Penal Militar.</p> <p>Processo julgado pela 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, em 20 de setembro de 1939, sob número 135/35.</p> <p>Apelado ao Supremo Tribunal Militar sob o número 6.555, de 19 de outubro de 1939.</p>

Âmbito e conteúdo

Apelação impetrada pelo Ministério Público contra a sentença do Conselho de Justiça da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar que, em sessão de julgamento de 20 de setembro de 1939, absolveu os militares acusados de articularem, em fins de outubro de 1935, um movimento subversivo.

Nota

Aos 23 de setembro de 1935, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, um grupo de militares, comandado por Deocleciano das Neves Fraga, participou do movimento subversivo como forma de protesto ao ato do Ministro de Guerra, que proibia o engajamento de sargentos e praças.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Crimes contra a autoridade e a subordinação militar
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal Militar de 1891 a 1944) » Código Penal Militar, art. 93
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal Militar de 1891 a 1944) » Código Penal Militar, art. 80
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal Militar de 1891 a 1944) » Código Penal Militar, art. 100
- Escola Militar

Ponto de acesso nome

- 3ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- Afrodisio Baptista Dias (Envolvido(a))
- Alberto Beaumont (Advogado(a))
- Auditoria do Departamento do Pessoal do Exército (Produtor)
- Boabidil Francisco de Moura (Luiza deMoura Paula, Anastacio Francisco de Paula) (Envolvido(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Deocleciano das Neves Fraga (Margarida de Souza Fraga, Hertulano das Neves Fraga) (Envolvido(a))
- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- Eduardo Monteiro (Envolvido(a))
- Eugenio Carvalho do Nascimento (Advogado(a))

- Florencio Alves dos Santos (Envolvido(a))
- Horacio Gomes (Maria Rita da Conceição, João Gomes) (Envolvido(a))
- Jair Barros e Vasconcelos (Advogado(a))
- José Francisco dos Santos (Julia Francisco dos Santos, José Francisco dos Santos) (Envolvido(a))
- José Leite Ribeiro (Envolvido(a))
- José Maria Nemesio Ferro (Joana Nemezio Ferro, Peroncio Ferro) (Envolvido(a))
- Maria da Gloria Ribeiro Moss (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Waldemar Schultz (Envolvido(a))

Título**19. Revisão Criminal n. 48/1939****Data(s)**

- 19/08/1939 a 11/10/1939

Dimensão e suporte

Dimensão: 60 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 1-B, de 1936, do Tribunal de Segurança Nacional. Foi Revisão n. 7, de 1º/7/1939, do TSN, que se julgou incompetente para conhecimento do pedido, por se tratar de crime de

natureza militar, e o remeteu para o Supremo Tribunal Militar, onde recebeu o número 48, de 19/8/1939.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Elisio Bezerra Cavalcanti, ex-sargento, condenado à pena de 7 anos e 3 meses pelo Tribunal de Segurança Nacional, acusado de participação no movimento comunista de 27 de novembro de 1935, ocorrido na Escola de Aviação Militar do Rio de Janeiro.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 1-B - TSN

Descrições relacionadas

- Processo n. 1/1936

Pontos de acesso de assunto

- Movimento Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Escola de Aviação Militar
- Crime contra a ordem política e social
- Revolução Comunista de 1935

Ponto de acesso nome

- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Osvaldo Trigueiro (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Salgado Filho (Revisor(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- José Elisio Bezerra Cavalcanti (Jorge Elisio Bezerra Cavalcanti, Maria José Bezerra Cavalcanti) (Envolvido(a))
- José Elisio Bezerra Cavalcanti (Jorge Elisio Bezerra Cavalcanti, Maria José Bezerra Cavalcanti) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>20. Revisão Criminal n. 52/1939</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 09/09/1939 a 10/10/1939
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 19 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação nº 5.203 e Processo 1-B do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por José Alves da Silva Dolabela, ex-cabo da Escola de Aviação Militar, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) à pena de 5 anos e 9 meses de prisão, acusado de participação no movimento comunista de 27 de novembro de 1935.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo n. 1-B-TSN</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> Processo n. 1/1936
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º Crime contra a ordem política e social Movimento Comunista Revolução Comunista de 1935 Apelação n. 5.203/1937-TSN Novembro vermelho Escola de Aviação Militar

<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gilberto Alves da Silva Dolabela (Advogado(a)) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Pacheco de Oliveira (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • José Alves da Silva Dolabela (Dalilla Dolabela da Silva Melo, Gilberto Alves da Silva Dolabela) (Envolvido(a))
<p>Título</p> <p>21. Revisão Criminal n. 57/1939</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 18/10/1939 a 12/01/1940
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 16 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação nº 4.899/1937.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Herculino Cascardo, condenado a 10 meses e 15 dias de prisão, acusado de dirigir a organização Aliança Nacional Libertadora.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aliança Nacional Libertadora • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 20 • Crime contra a ordem política e social • Movimento Comunista

<ul style="list-style-type: none"> • Revolução Comunista de 1935 • Novembro vermelho
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salgado Filho (Relator(a)) • Cardoso de Castro (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Herculino Cascardo (Cherobina Molinário Cascardo, Isodoro Cascardo) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>22. Revisão Criminal n. 64/1939</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 26/12/1939 a 15/04/1940
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 40 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203/1938 e Processo n. 1-B do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).</p> <p>Autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o n. 23, em 17 de novembro de 1939.</p> <p>Não se tomou conhecimento, ordenando-se a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Militar para os devidos fins, unanimemente, em 5 de dezembro de 1939.</p> <p>Foi recebido pelo Supremo Tribunal Militar em 26 de dezembro de 1939 e recebeu o n. 64.</p>

<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal referente a Jair Santos Almeida, ex-cabo do Exército, condenado a 7 anos e 3 meses de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, por sentença de 27 de outubro de 1937, sob a acusação de tentar mudar, por meios violentos, a Constituição da República ou a forma de governo por ela estabelecida.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo 1-B - TSN</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apelação n. 5.203/1937
<p>Nota</p> <p>O revisando foi acusado de tomar parte no levante do 3º Regimento de Infantaria.</p>
<p>Nota</p> <p>Na Revisão Criminal n. 23, o Tribunal de Segurança Nacional, por unanimidade de votos dos seus juízes, resolveu não tomar conhecimento do pedido, determinando a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Militar, para os devidos fins.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime Militar • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º • Crime contra a ordem política e social
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • José Martins Barcelloz (Advogado(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Produtor) • Samuel Alvarez Puentes (Advogado(a)) • Ary Moraes (Advogado(a)) • Jair Santos Almeida (Envolvido(a)) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Pacheco de Oliveira (Revisor(a))

<p>Título</p> <p>23. Revisão Criminal n. 83/1940</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 27/05/1940 a 28/08/1941
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 40 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 3/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal referente a Manoel Macedo Filho, condenado como incurso no art. 23, primeira e segunda partes, da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, sob a acusação de ter participado do movimento comunista de novembro de 1935.</p>
<p>Nota</p> <p>O suplicante foi julgado de acordo com o art. 44 da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, que atribuía à Justiça Federal o processo e julgamento dos crimes nela definidos.</p> <p>Assim, competia ao Supremo Tribunal Militar julgar, como instância superior, os referidos crimes, cabendo-lhe, desta forma, julgar as revisões dos processos concluídos anteriormente à vigência do Decreto-Lei n. 428, de 16 de maio de 1938, que, em seu art. 10, atribui ao Tribunal de Segurança Nacional o julgamento em primeira e segunda instâncias dos chamados crimes políticos.</p>
<p>Nota</p> <p>A sentença proferida contra o suplicante é de 9 de setembro de 1936 e transitou em julgado antes mesmo de ser o processo remetido ao Tribunal de Segurança Nacional, não tendo o suplicante interposto recurso de apelação para o Supremo Tribunal Militar.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revolução Comunista de 1935

- Crimes contra a ordem política e social
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 23
- Processo n. 3-TSN
- Movimento Comunista
- Novembro vermelho

Ponto de acesso nome

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Salgado Filho (Relator(a))
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Manoel Macedo Filho (Envolvido(a))

Título**24. Revisão Criminal n. 86/1940****Data(s)**

- 11/06/1940 a 18/10/1940

Dimensão e suporte

Dimensão: 58 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054 e Processo n. 1 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Nemo Canabarro Lucas, ex- 1º Tenente do Exército, condenado como incurso no art. 20 da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, por filiação à Aliança Nacional Libertadora.

Descrições relacionadas

- Processo n. 1/1936
- Apelação n. 5.054/1937

Nota

O peticionário foi denunciado como incurso no art. 1º, combinado com o art. 20, da Lei nº 38, de 1935.

Assim processado, foi absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional da acusação fundada no art. 1º, passando em julgado a sentença, sendo, porém, condenado como incurso no art. 20, § 2º, porque se filiou à Aliança Nacional Libertadora.

Nota

Foi encontrada na residência do acusado, escrita de próprio punho, uma proposta ao Diretório da ANL, a fim de ser incorporada ao programa dessa sociedade a carta manifesto de Luiz Carlos Prestes dirigida a Hercolino Cascardo e datada de Barcelona, em 24 de abril de 1935. Esse documento foi considerado como prova da atuação do acusado no trabalho de preparação da insurreição de novembro daquele ano.

Pontos de acesso de assunto

- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 20
- Aliança Nacional Libertadora
- Revolução Comunista de 1935
- Crime contra a ordem política e social
- Movimento Comunista

Ponto de acesso nome

- João Borges de Sampaio (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Nemo Canabarro Lucas (Mariana Canabarro Lucas, João Antonio Lucas) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>25. Revisão Criminal n. 92/1940</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 21/08/1940 a 23/12/1940
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 11 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Sócrates Gonçalves da Silva, ex-oficial do Exército, condenado como incurso no grau sub-máximo do art. 1º da Lei nº 38, de 4 de abril 1935, por acórdão do Supremo Tribunal Militar de 7 de julho de 1939.</p> <p>O suplicante foi condenado no grau submáximo por ter entendido o STM que a agravante da condição de militar preponderava sobre a atenuante dos bons precedentes.</p> <p>Ele alega que no próprio acórdão que o condenou houve variedade de interpretações, tanto que alguns acusados tiveram as suas penalidades aplicadas no grau submédio, enquanto outros, entre os quais ele próprio, tiveram as penas impostas no submáximo.</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <p>Apelação n. 4.899/1937</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º • Crime contra a ordem política e social • Intentona Comunista

<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Comunista • Revolução Comunista de 1935
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a)) • Salgado Filho (Relator(a)) • Bulcão Viana (Revisor(a)) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Socrates Gonçalves da Silva (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>26. Revisão Criminal n. 106/1940</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20/11/1940 a 17/10/1941
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 62 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal do Processo n. 3/1936 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Raimundo Corrêa Barbosa, civil, condenado a 6 anos de reclusão, pelo Juiz Seccional da Justiça Federal do Estado do Rio Grande do Norte, como incurso nas penas do art. 44, da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, sob a acusação de ter tomado parte no movimento comunista de novembro de 1935, no município de Santanna do Mato.</p> <p>Requer a revisão do processo para o fim de ser declarada a sua absolvição.</p>

<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo n. 3/1936-STN</p> <p>Faz menção à Revisão Criminal n. 83/1940, referente a Manoel Macedo Filho.</p>
<p>Nota</p> <p>O revisando era Escrivão do 2º Cartório da comarca de Santanna do Mato.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Movimento Comunista • Intentona Comunista • Novembro vermelho • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Cícero Aranha (Advogado(a)) • Pacheco de Oliveira (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Raimundo Correia Barbosa (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>27. Revisão Criminal n. 126/1941</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 16/06/1941 a 17/12/1941 (Produção)
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 23 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>

<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Ivan Ramos Ribeiro, tenente, condenado sob a acusação de participar, como cabeça, do movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935.</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apelação n. 4.899/1937
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 49 • Crime contra a ordem política e social • Escola de Aviação Militar • Intentona Comunista • Aliança Nacional Libertadora • Movimento Comunista • Novembro vermelho
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bartholomeu Anacleto do Nascimento (Advogado(a)) • José Joaquim Moreira Rabelo (Advogado(a)) • Bulcão Viana (Relator(a)) • Pacheco de Oliveira (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Supremo Tribunal Militar (Produtor)

- Ivan Ramos Ribeiro (Belisa Ramos Ribeiro, Alfredo Augusto Ribeiro Junior) (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>28. Revisão Criminal n. 127/1941</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02/07/1941 a 15/01/1942
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 24 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203/1937 e Processo n. 1-B/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Ernesto Zimmer, ex-cabo aluno da Escola de Aviação Militar, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), por sentença de 27 de outubro de 1937, acusado de participação no movimento comunista de 27 de novembro de 1935.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revolução Comunista de 1935 • Crimes contra a ordem política e social • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º • Escola de Aviação Militar • Intentona Comunista • Movimento Comunista
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Osní Duarte Pereira (Advogado(a))

- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Ernesto Zimmer (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título**29. Revisão Criminal n. 132/1941****Data(s)**

- 31/10/1941 a 27/04/1942

Dimensão e suporte

Dimensão: 29 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Oswaldo Costa, civil, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão, condenação essa confirmada por acórdão do Supremo Tribunal Militar de 12 de janeiro de 1938.

Nota

O revisando era gerente do jornal A Manhã, que se publicava na Capital Federal.

O referido jornal foi acusado de veicular notícias falsas e tendenciosas a propósito dos acontecimentos que se desenrolavam na insurreição de 27 de novembro de 1935.

<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Apelação n. 5.054/1937-TSN • Jornal A Manhã • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 4º • Intentona Comunista • Novembro vermelho • Movimento Comunista
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pacheco de Oliveira (Relator(a)) • Cardoso de Castro (Revisor(a)) • Francisco Moesia Rolim (Advogado(a)) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Oswaldo Costa (Maria Iulmira de Mello Costa, Raymundo Costa) (Envolvido(a))
<p>Título</p> <p>30. Habeas Corpus n. 28.181/1942</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02/02/1942 a 25/09/1964
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 29 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>

História do item documental

O Habeas Corpus foi impetrado no Tribunal de Segurança Nacional em 02/02/1942 com a numeração 457. Seguiu como Recurso de Habeas Corpus ao Supremo Tribunal Federal, em 15/05/1942, sob n. 28.181. Foi então arquivado no STM, em 25/09/1964, com a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

Habeas Corpus impetrado pelos condenados por crimes políticos Elzevir Santos Moreira, Joancio da Costa Nunes, Vicente Amaro Neumann, Hermogenes Braz da Cunha, José Francisco dos Santos, Manoel Francisco dos Santos e Oswaldo Candido Alves, como recurso à decisão do Tribunal de Segurança Nacional, a fim de conseguir livramento condicional da pena.

Existência e localização de cópias

O Superior Tribunal Militar possui somente a cópia do acórdão em questão.

Nota

A filiação dos envolvidos não é citada no processo.

Pontos de acesso de assunto

- Crimes contra a ordem política
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Manoel Francisco dos Santos (Envolvido(a))
- José Francisco dos Santos (Envolvido(a))
- Hermogenes Braz da Cunha (Envolvido(a))
- Vicente Amaro Neumann (Envolvido(a))
- Joancio da Costa Nunes (Envolvido(a))
- Elzevir Santos Moreira (Envolvido(a))
- Orosimbo Nonato (Relator(a))
- Renato Legadas Vianna (Advogado(a))
- Oswaldo Candido Alves (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>31. Habeas Corpus n. 28.189/1942</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 27/05/1942 a 25/09/1964
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 71 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>História do item documental</p> <p>O processo teve origem com o número 1.750. Seguiu como Habeas Corpus n. 472, em 07/04/1942, no Tribunal de Segurança Nacional. Em 27/05/1942, foi remetido ao Supremo Tribunal Federal e recebeu a numeração 28.189. Foi arquivado no STM em 25/09/1964.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Em 1933, Edgard de Matos Caramurú, gerente do Banco Comercio e Indústria de São Paulo, em Rio Preto, formou parceria com Adolpho Guimarães Correa e Oswaldo de Carvalho na sociedade Casa Bancária Edgar Caramurú e Cia.</p> <p>Sendo Edgar o gerente e responsável, em fevereiro de 1941 desapareceu levando consigo grande soma de dinheiro, ocasionando a falência do negócio. Porém, os sócios foram acusados de responsabilidade na falência fraudulenta.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 869, de 18 de novembro de 1938 • Crime contra a economia popular • Crime contra a ordem política e social
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Produtor) • José Linhares (Relator(a)) • Jamil Feres (Advogado(a)) • Adolpho Guimarães Corrêa (Envolvido(a)) • Oswaldo de Carvalho (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>32. Habeas Corpus n. 28.176/1942</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 14/05/1942 a 25/09/1964
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 31 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>História do item documental</p> <p>Iniciou-se no Tribunal de Segurança Nacional como Processo de Habeas Corpus n. 459/1942. Recebeu o número 28.176/1942 ao tramitar no Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Aos 16 de janeiro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, Olavo Cardoso, condenado sob acusação de ter participado do movimento revolucionário de novembro de 1935, impetrou–Recurso de Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal após ter seu pedido de Habeas Corpus negado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Entre outros argumentos pelo pedido de sua soltura, o réu afirma que sua saúde está debilitada como também que já se enquadra nas condições de livramento previstas no art. 1º, inciso III, do Decreto n. 16.665, de 6 de maio de 1924.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937, art.101
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Castro Nunes (Relator(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Produtor) • Olavo Cardoso (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>33. Revisão Criminal n. 154/1942</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 10/07/1942 a 21/10/1942
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 29 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937 do Supremo Tribunal Militar, originária do Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Oswaldo Costa, civil, condenado em 12 de janeiro de 1938, acusado de participação no movimento revolucionário liderado por Luiz Carlos Prestes.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 4º Aliança Nacional Libertadora Revolução Comunista de 1935 Crime contra a ordem política e social Revolta Vermelha de 35
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> Francisco Moesia Rolim (Advogado(a)) Bulcão Viana (Relator(a)) Pacheco de Oliveira (Revisor(a)) Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) Supremo Tribunal Militar (Produtor)

- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Oswaldo Costa (Maria Iulmira de Mello Costa, Raymundo Costa) (Envolvido(a))

Título**34. Processo n. 2.395/1942****Data(s)**

- 21/08/1942 a 22/06/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 1.292 folhas, 3 volumes.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

3ª Auditoria da 1ª Região Militar

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Processo gerado no Tribunal de Segurança Nacional, em 21 de agosto de 1942, sob o número 2.395.

O TSN julgou-se incompetente para conhecer do feito e o remeteu para a Justiça Militar, em 19 de outubro de 1942, e recebeu a numeração 167 na 3ª Auditoria da 1ª Região Militar.

Foi arquivado no Superior Tribunal Militar sob o n. 2.395, em 22 de junho de 1946.

Âmbito e conteúdo

Em 25 de julho de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, um grupo formado por civis e militares organizaram uma rede para aquisição de gasolina furtada dos depósitos do Ministério de Guerra, revendendo a proprietários de caminhões e automóveis particulares, que também sabiam do esquema de burle.

Pontos de acesso de assunto

- Crimes contra o patrimônio

- Crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social
- Crime contra a economia popular
- Decreto-Lei n. 869, de 18 de novembro de 1938, art. 1º
- Decreto-Lei n. 869, de 18 de novembro de 1938, art. 4º
- Decreto-Lei n. 869, de 18 de novembro de 1938, art. 3º
- Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940
- Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 » Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, art. 155
- Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 » Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, art. 180
- Crime contra a ordem política e social

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Silvio Ernesto Cochiarelli (Advogado(a))
- Carlos de Medeiros Jansen Ferreira (Advogado(a))
- Ladislau Godofredo Dias Carneiro Neto (Advogado(a))
- Romeiro Neto (Advogado(a))
- Alcides de Barros Paiva (Advogado(a))
- Dias Carneiro Neto (Advogado(a))
- Raul Lins e Silva Filho (Advogado(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Luiz Raymundo de Lyra Tavares (Advogado(a))
- O. D. Rego Monteiro (Advogado(a))
- Ananias Niesi (Advogado(a))
- Waldemar Medrado Dias (Advogado(a))
- Pedro de Oliveira Braga (Advogado(a))
- João Romeiro Neto (Advogado(a))
- Jorge Severiano Ribeiro (Advogado(a))

- João Scharbel (Advogado(a))
- Hugo Severiano Ribeiro (Advogado(a))
- Filigonio Bastos de Barros Lima Júnior (Advogado(a))
- Francisco Azevedo Vianna (Advogado(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Antônio Augusto Dias (Herminia de Jesus Dias, Antônio Augusto de Castro) (Envolvido(a))
- Antônio Ayres (Francisca Ayres, Ludoino Ayres) (Envolvido(a))
- Antônio Fialho do Amaral (Maria Julia Fialho Amaral, Sabino do Amaral) (Envolvido(a))
- Ary Vaz da Costa (Virginia Vaz Costa, Francisco Domingos Costa) (Envolvido(a))
- Arnaldo Oliveira Ribeiro (Lydia Carolina de Oliveira, Pedro Celestino de Souza) (Envolvido(a))
- Alínio Tavares Ferreira de Salles (Alice Tavares Ferreira de Salles, Euphigenio Ferreira de Salles) (Envolvido(a))
- Adolpho Bloch (Ginda Bloch, Joseph Bloch) (Envolvido(a))
- Belmiro Cruz (Leonor Cruz, Francisco Antunes Nazereth) (Envolvido(a))
- Caetano Pinto da Silva (Zeferina Pinto da Silva, Joaquim Pinto da Silva) (Envolvido(a))
- David Auday (Cimia Auday, Alberto Auday) (Envolvido(a))
- Domingos Cunha (Leocádia da Cunha, Luiz da Cunha) (Envolvido(a))
- Euclides Lopes de Sousa (Maria Ascensão de Souza, Joaquim Lopes de Souza) (Envolvido(a))
- Emigídio Augusto Ferreira (Maria Francisca do Nascimento, José Augusto Bezerra) (Envolvido(a))
- Eugênio Pinheiro (Matildes Pinheiro, Joaquim Evaristo Pinheiro) (Envolvido(a))
- Francisco Marques da Costa (Filomena Marques da Costa, Constantino Rodrigues da Costa) (Envolvido(a))
- Gilberto Dias Ferreira (Julieta de Sá Dias Ferreira, Antônio Dias Ferreira Filho) (Envolvido(a))
- João Henrique da Silva (Emília Cardoso, Manoel Henrique) (Envolvido(a))
- José Alarico Coelho Cintra (Izabel Fernandes Cintra, Alarico José Coelho Cintra) (Envolvido(a))
- José da Silva Guimarães (Maria Laurent Gloria, Francisco Ribeiro da Silva) (Envolvido(a))
- José Herzog (Rachel Herzog, Jacob Herzog) (Envolvido(a))
- Joaquim Cassiano da Silva (Maria Joaquina da Conceição, Cassiano Pereira da Silva) (Envolvido(a))

- João de Matos Faro Júnior (Josepha Maria da Conceição, Joaquim de Matos Faro Júnior) (Envolvido(a))
- João Gomes de Santana (Josepha Maria da Conceição, Frederico Gomes de Santana) (Envolvido(a))
- Luiz Plácido (Ana de Barros Plácido, Manoel de Barros Plácido) (Envolvido(a))
- Manuel Faustino Pereira (Anastácia Pereira, Antônio Eduardo Pereira) (Envolvido(a))
- Oswaldo Gonçalves Pinheiro (Placidina Ferreira Pinheiro, José Gonçalves Pinheiro) (Envolvido(a))
- Rafael Evilásio de Oliveira (Maria São Pedro dos Anjos, Antônio José de Oliveira) (Envolvido(a))
- Theóphilo Badin (Labide Zeidan, Salin Badin) (Envolvido(a))
- Ventura Ferreira Lopes (Maria Rosa Lopes, José Lopes) (Envolvido(a))

Título**35. Revisão Criminal n. 168/1942****Data(s)**

- 18/12/1942 a 19/05/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Socrates Gonçalves da Silva, ex-capitão do Exército, condenado pelo envolvimento no levante irrompido em novembro de 1935, na Escola de Aviação Militar.

Pontos de acesso de assunto

- Escola de Aviação Militar

- Movimento Comunista
- Intentona Comunista
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 49
- Crime contra a ordem política e social
- Revolução Comunista de 1935
- Revolta Vermelha de 35

Ponto de acesso nome

- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Socrates Gonçalves da Silva (Envolvido(a))

Título**36. Revisão Criminal n. 170/1942****Data(s)**

- 30/12/1942 a 02/09/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 25 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937 e Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Mario de Souza e José Gutman, condenados sob acusação de terem participado da revolução comunista de novembro de 1935.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none">• Crime contra a vida• Código Penal Militar - art. 152• Código Penal Militar - art. 114• Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º• Revolução Comunista de 1935• Revolta Vermelha de 35• Intentona Comunista• Movimento Comunista• Novembro vermelho
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none">• Supremo Tribunal Militar (Produtor)• Cardoso de Castro (Relator(a))• Pacheco de Oliveira (Revisor(a))• Lauro Fontoura (Advogado(a))• Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)• Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))• José Gutman (Augusta Gutman, Jayme Gutman) (Envolvido(a))• Mario de Souza (Clotilde Mendes de Sousa, João Pedro de Sousa) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>37. Revisão Criminal n. 172/1943</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 13/01/1943 a 19/05/1943
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 13 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937, por acórdão proferido em 12 de janeiro de 1938, e ao Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Arlindo Antonio de Pinho, condenado na Apelação n. 5.054, acusado de participação no movimento comunista de 27 de novembro de 1935, liderado por Luiz Carlos Prestes.</p> <p>Requer a revisão para o efeito somente de ser restabelecida a sentença de 1ª instância, que o condenou no grau submédio, fazendo, assim, preponderar a atenuante sobre a agravante.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 4º • Aliança Nacional Libertadora • Revolução Comunista de 1935 • Crime contra a ordem política e social • Intentona Comunista • Movimento Comunista • Novembro vermelho

<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Edgar de Toledo (Advogado(a)) • Bulcão Viana (Relator(a)) • Pacheco de Oliveira (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Arlindo Antonio de Pinho (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>38. Revisão Criminal n. 175/1943</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 06/04/1943 a 14/09/1943 (Produção)
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 32 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente Processo n. 3/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Lauro Fernandes e Silva, denunciado e condenado por sentença do então Juiz Federal na antiga Seção do Rio Grande do Norte, sob a acusação de participação no movimento extremista irrompido em 23 de novembro de 1935 naquele Estado.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revolução Comunista de 1935

- Processo n. 3-TSN
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 23
- Crimes contra a ordem política e social
- Crime de motim e revolta
- Crimes contra a pátria
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

Ponto de acesso nome

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Manoel Varela d'Albuquerque (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Lauro Fernandes e Silva (Envolvido(a))

Título**39. Revisão Criminal n. 180/1943****Data(s)**

- 18/05/1943 a 28/06/1943

Dimensão e suporte

Dimensão: 31 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203 do Superior Tribunal Militar e Processo 1-B do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Gay Cunha, condenado a 8 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, por acórdão proferido no Processo 1-B, de 27 de outubro de 1937, acusado de participação no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935.

O revisando pretende ser absolvido por falta de prova.

Pontos de acesso de assunto

- Revolução Comunista de 1935
- Crimes contra a ordem política e social
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Movimento Comunista
- Intentona Comunista
- Novembro vermelho

Ponto de acesso nome

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Miguel Timponi (Advogado(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- José Gay da Cunha (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>40. Revisão Criminal n. 185/1943</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 09/07/1943 a 31/08/1943
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 53 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937 e ao Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal referente a Carlos da Costa Leite, condenado, na Apelação n. 4.899/1937, à pena de 3 anos e 10 meses, por acórdão de 7 de maio de 1937.</p> <p>Pretende o revisando que seja declarada sua absolvição.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revolução Comunista de 1935 • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º • Crimes contra a ordem política e social • Crimes contra a ordem política
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Miguel Timponi (Advogado(a)) • Bulcão Viana (Revisor(a)) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Carlos da Costa Leite (Bernardina Martins Costa Leite, Jeronymo da Costa Leite) (Envolvido(a))

Título**41. Revisão Criminal n. 195/1943****Data(s)**

- 08/09/1943 a 12/03/1944

Dimensão e suporte

Dimensão: 17 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937 e ao Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Agildo da Gama Barata Ribeiro, condenado a 9 anos de reclusão, acusado de participação no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes.

Pontos de acesso de assunto

- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 49
- Crime contra a ordem política e social
- Intentona Comunista
- Aliança Nacional Libertadora
- Escola de Aviação Militar
- Revolução Comunista de 1935
- Movimento Comunista
- Novembro vermelho

Ponto de acesso nome

- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Agildo da Gama Barata Ribeiro (Maria Gabriela da Gama Barata Ribeiro, Atanagildo Barata Ribeiro) (Envolvido(a))

Título**42. Revisão Criminal n. 197/1943****Data(s)**

- 15/09/1943 a 06/01/1944

Dimensão e suporte

Dimensão: 22 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.492 e ao Processo n. 210 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Milton de Miranda, condenado a 4 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 10 de novembro de 1937, acusado de tentativa de incitamento a militares.

Alega o revisando que não foi possível apresentar defesa antes.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 10

<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pacheco de Oliveira (Relator(a)) • Bulcão Viana (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • José Milton de Miranda (Maria Josefina de Miranda, Estevan Domingos de Miranda) (Envolvido(a))
<p>Título</p> <p>43. Revisão Criminal n. 226/1944</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02/05/1944, 29/08/1944 (Produção)
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 48 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937 e Processo n. 1-A/1936 do TSN.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Agliberto Vieira de Azevedo do exército, ex-capitão, do Processo do Tribunal de Segurança Nacional que o condenou a 20 anos e 8 meses de prisão sob a acusação de crime político de tentativa contra a Constituição Federal e de crime de homicídio.</p> <p>O Revisando pede ao Supremo Tribunal Militar a absolvição do crime de homicídio, declarando a morte do Tenente Bragança elementar apenas do crime político (se julgar provada a autoria).</p>

Descrições relacionadas

- Apelação n. 4.899/1937

Nota

A condenação compreendeu o crime político de tentativa contra a Constituição (art. 1º da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935), ou seja, 9 anos de reclusão, grau submáximo, e o crime de homicídio, ou seja, 11 anos e 8 meses de prisão simples, grau mínimo do art. 150, § 1º, do Código Penal Militar.

Nota

Consta que o sentenciado tomou parte no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935, na Capital Federal, chefiado por Luís Carlos Prestes, e encabeçou o levante na Escola de Aviação Militar, onde houve a morte do 1º-Tenente Benedito Lopes Bragança.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Homicídio
- Novembro vermelho
- Escola de Aviação Militar
- Intentona Comunista
- Revolta Vermelha de 35
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Código Penal Militar, art. 150

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Edgar de Toledo (Advogado(a))
- Bulcão Viana (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Agliberto Vieira de Azevedo (Cecilia Vieira de Sá, José Paes de Azevedo Sá) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>44. Revisão Criminal n. 236/1944</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28/06/1944 a 28/09/1944
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 18 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.492 e à Revisão Criminal n. 197/1943.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por José Milton de Miranda, condenado a 4 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, em 10 de novembro de 1937, sob a acusação de tentativa de incitamento a militares.</p> <p>Tendo sido indeferida a Revisão Criminal n. 197, o condenado repetiu o mesmo recurso, pretendendo um novo exame do processo para a sua absolvição ou, pelo menos, para a diminuição da sua pena ao grau submédio, invocando os precedentes de vários acórdãos acerca de indivíduos envolvidos no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 • Crime contra a ordem política e social • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 10 • Novembro vermelho
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • José Joaquim Soares (Advogado(a))

- Pacheco de Oliveira (Relator(a))
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- José Milton de Miranda (Maria Josefina de Miranda, Estevan Domingos de Miranda) (Envolvido(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))

Título**45. Apelação n. 11.569/1944****Data(s)**

- 10/07/1944 a 14/12/1946 (Produção)

Dimensão e suporte

Dimensão: 3.895 folhas, 8 volumes.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

Nome do produtor

3ª Auditoria da 3ª Região Militar

História do item documental

Processo n. 1.254, de 18 de janeiro de 1943, da 3ª Auditoria da 3ª Região Militar;

Apelação n. 11.569, de 10 de julho de 1944, do Supremo Tribunal Militar;

Processo n. 5.986, de 26 de dezembro de 1944, do Tribunal de Segurança Nacional;

Apelação n. 11.569, de 14 de agosto de 1945, do Supremo Tribunal Militar.

Âmbito e conteúdo

Apelação referente a militares pertencentes ao 8º Regimento de Infantaria (8º R.I.) e civis, condenados por envolvimento no Partido Nacional Socialista Alemão ou pertencentes ao grupo Ação Integralista Brasileira, que foi legalmente extinto. Acusados de exercerem grande influência por meio de bispos e pastores que difundiam ideais nazistas, como também de agirem supostamente dentro e fora dos quartéis coagindo os outros a aderirem ao movimento.

Nota

Encontram-se nos autos do processo, apreendidos para instrução do inquérito, o rascunho de um discurso e o hino integralista (título: "Anauê!"; subtítulo: "Canção dos 'camisas verdes' do Rio Grande do Sul"), às fls. 120 e 122 do volume 2, respectivamente.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Crime de incitamento à indisciplina
- Crimes contra a pátria
- Ação Integralista Brasileira
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 3º
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal Militar de 1891 a 1944) » Código Penal Militar, art. 177
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 18
- Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal Militar de 1891 a 1944) » Código Penal Militar, art. 1º
- Decreto-Lei n. 510, de 22 de junho de 1938 » Decreto-Lei n. 510, de 22 de junho de 1938, art. 1º
- Partido Nacional Socialista
- Nazismo
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 48
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 19

Ponto de acesso nome

- 3ª Auditoria da 3ª Região Militar (Produtor)
- Adolfo Emilio Germano Borth (Marcia Borth, Roberto Borth) (Envolvido(a))
- Adolfo João Angerer (Margarida Angerer, João Angerer) (Envolvido(a))
- Albino Haas (Alina Haas, Pedro Haas) (Envolvido(a))
- Ana Elsner (Marta Elsner, Roberto Elsner) (Envolvido(a))
- Armando Hipolito dos Santos (Advogado(a))
- Artur Stilliner (Fanny Stilliner, Vicente Stilliner) (Envolvido(a))
- Augusto Hartwig Henrique Heine (Sofia Heine, Cristovão Heine) (Envolvido(a))
- Augusto Rohde (Albina Rohde, Miguel Rohde) (Envolvido(a))
- Augusto Tederke (Ida Tederke, Guilherme Tederke) (Envolvido(a))
- Blondina Zeifert (Matilde Hoser, Vicente Hoser) (Envolvido(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Bulcão Viana (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Carlos Kurtzembraum (Lena Elfert Kurtzembraum, Augusto Kurtzembraum) (Envolvido(a))
- Eduardo Petry (Ema Petry, Adolfo Petry) (Envolvido(a))
- Ernesto Leopoldo Kumpel (Marta Kumpel, João Kumpel) (Envolvido(a))
- Evaldo Pulter (Luiza Pulter, Gustavo Pulter) (Envolvido(a))
- Fernando do Ó (Advogado(a))
- Germano José Beck (Augusta Beck, João Beck) (Envolvido(a))
- Guilherme Rodolfo Pochann (Maria Pochann, Rodolfo Pochann) (Envolvido(a))
- Iracemo Marques Viana (Olinda da Silva, João Francisco Marques Viana) (Envolvido(a))
- João Augusto Rodrigues (Advogado(a))
- João Cesar Krieger (Advogado(a))
- Miguel Frederico Kohn (Emilia Kohn, Germano Kohn) (Envolvido(a))
- Miguel Weippert (Ana Weippert, Pedro Weippert) (Envolvido(a))
- Otto Edmundo Peno (Augusta Peno, Henrique Peno) (Envolvido(a))

- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Pedro Weippert (Maria Weippert, João Weippert) (Envolvido(a))
- Radwaldo Kurtzembraum (Lidia Kurtzembraum, Carlos Frederico Kurtzembraum) (Envolvido(a))
- Regis Beltrão de Andrade (Advogado(a))
- Reinoldo Zielke (Cristina Zielke, Julio Zielke) (Envolvido(a))
- Ricardo Schwarz (Emilia Schwarz, Adolfo Schwarz) (Envolvido(a))
- Rodolfo Krause (Maria Krause, Carlos Krause) (Envolvido(a))
- Rodolfo Raimundo Schultz (Juliana Schultz, Júlio Schultz) (Envolvido(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Teodoro Daniel Kohn (Augusta Kohn, Germano Kohn) (Envolvido(a))
- Teodoro Kort (Hilda Kort, Alberto Kort) (Envolvido(a))
- Tereza Assenha Imer (Maria Assenha Imer, Alexandre Assenha Imer) (Envolvido(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)

Título**46. Revisão Criminal n. 253/1944****Data(s)**

- 03/10/1944 a 18/12/1944

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054/1937 e ao Processo n. 1/1936 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Thomaz Pompeu Accioly Borges, condenado à pena de 3 anos e 10 meses de reclusão, por acórdão de 29 de dezembro de 1943, acusado de participação no movimento revolucionário de 27 de novembro de 1935, liderado por Luiz Carlos Prestes.

O revisando alega não ter sido devidamente julgado, como também apresenta “irrecusáveis provas de inocência descobertas após a condenação”.

Pontos de acesso de assunto

- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 4º
- Aliança Nacional Libertadora
- Revolução Comunista de 1935
- Crime contra a ordem política e social
- Movimento comunista
- Novembro vermelho
- Intentona Comunista

Ponto de acesso nome

- Maurício Graccho Cardoso (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Pacheco de Oliveira (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Thomaz Pompeu Accioly Borges (Branca Accioly Borges, Raymundo Borges) (Envolvido(a))

Título**47. Processo n. 451/1944****Data(s)**

- 16/10/1944 a 27/02/1953

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 526 folhas, 2 anexos.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>3ª Auditoria da 1ª Região Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 5.347 a partir do inquérito policial instaurado na Delegacia de Ordem Política e Social. Dada a extinção do TSN, o processo deslocou-se para a 3ª Auditoria da 1ª Região Militar e recebeu a numeração 451.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Aos 9 de agosto de 1944, na cidade de São João da Barra, estado do Rio de Janeiro, o alemão Wilhelm Heinrich Kopff e William Marcus Baarn, da Guiana Holandesa, desembarcaram na praia de Gargaú trazendo aparelhos de transmissão, dinheiro e documentos que foram imediatamente enterrados na praia. Ambos foram acusados de espionagem e enquadrados nos arts. 21 e 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto n. 18, de 7 de março de 1891 (Código Penal Militar de 1891 a 1944) » Código Penal Militar, art. 156 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23 • Crime contra a ordem política e social • Espionagem
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Produtor) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Jamil Feres (Advogado(a))

- 3ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- Wilhelm Heinrich Koepff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))
- William Marcus Baarn (Emma Gertrude Van Rhemen, Julius Abraham Baarn) (Envolvido(a))

Título**48. Processo n. 4.877/1944****Data(s)**

- 01/12/1944 a 11/01/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 909 folhas, 3 volumes.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

História do item documental

Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional em 1º de dezembro de 1944, sob número 4.877. Seguiu para a 1ª Auditoria da 3ª Região Militar, Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, em 12 de janeiro de 1946, com a mesma numeração. Foi arquivado no Superior Tribunal Militar sob a mesma numeração.

Âmbito e conteúdo

Aos 29 de fevereiro de 1944, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, um grupo formado por civis, militares, servidores públicos e autoridades tentaram contrabandear pneumáticos entre a fronteira do Brasil e Argentina, precisamente em Arroio de São João, município de Itaquí. Foram condenados por esse crime como também por outros da mesma natureza.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938, art. 65
- Decreto-Lei n. 5.428, de 27 de abril de 1943, art. 3º
- Decreto-Lei n. 869, de 18 de novembro de 1938, art. 3º
- Decreto-Lei n. 2.524, de 23 de agosto de 1940
- Crime de contrabando

- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 14.834, de 23 de fevereiro de 1942
- Decreto-Lei n. 4.129, de 25 de fevereiro de 1942, art. 1º
- Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943, art. 4º
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37

Ponto de acesso nome

- Alípio Antônio Dreyer (Maria José Dreyer, Tobias Dreyer) (Envolvido(a))
- Antônio Israel da Rosa Passos (Maria da Gloria Nunes da Rosa, Asterio Passos) (Envolvido(a))
- Arlindo de Souza Rocha (Alexandrina de Souza Rocha, Clemente de Souza Rocha) (Envolvido(a))
- Artur Gomez (Honorina Ramires Gomez, Constantino Gomez) (Envolvido(a))
- Assumpção Meirelles (Advogado(a))
- Astrogildo Felix Martins (Idalina Felix Martins, Astrogildo Martins) (Envolvido(a))
- Augusto Grandini da Silva (Advogado(a))
- Breno Sanvicente (Advogado(a))
- D'artagnan Alves Gavião (Ana Maria Dornelles Gavião, Dionísio Alves Gavião) (Envolvido(a))
- Dauro Fontoura (Advogado(a))
- Eduino Vaz Ferreira (Josefa Ferreira, Antônio Vaz Ferreira) (Envolvido(a))
- Egdard Wilson Mondadori (Advogado(a))
- Eugênio Oliveira Brenner (Advogado(a))
- Gabriel Obino (Advogado(a))
- Hermes Hervê (Advogado(a))
- João Batista de Oliveira (Tereza Gomes de Oliveira, Virgílio José de Oliveira) (Envolvido(a))
- João Braga de Abreu (Advogado(a))
- João Pereira de Notohay (Advogado(a))
- João Policarpo dos Santos (Amália Monteiro dos Santos, Geraldo Policarpo dos Santos) (Envolvido(a))

- João Tabajara (Advogado(a))
- José Antônio Rubin (Angela Calabria Rubin, Emilio Rubin) (Envolvido(a))
- José Luiz Garay (Celina Barcelos Garay, Ramon Martinez Garay) (Envolvido(a))
- José Narciso de Abreu e Silva (Advogado(a))
- Júlio M. Araújo (Advogado(a))
- Liberato Marques (Envolvido(a))
- Milton Guedes da Luz (Advogado(a))
- Nelson Alves Gavião (Ana Maria Dornelles Gavião, Dionísio Alves Gavião) (Envolvido(a))
- Olegário Pires da Silva (Virginiana Flores da Silva, Fabiano Pires da Silva) (Envolvido(a))
- Olegário Silveira (Malvina de Azevedo Silveira, João Silveira) (Envolvido(a))
- Olmiro Gonçalves Dias (Tomazia Bastos, Joaquim Antão Gonçalves Dias) (Envolvido(a))
- Oswaldo de Lia Pires (Advogado(a))
- Ovídio Martini (Joana Mezzono Martini, Ricardo Martini) (Envolvido(a))
- Pedro Nunes (Aurélia Queles Nunes, Segundo Nunes da Silva) (Envolvido(a))
- Pedro Policarpo dos Santos (Amalia Monteiro dos Santos, Geraldo Policarpo dos Santos) (Envolvido(a))
- Poty Medeiros (Advogado(a))
- Protasio Meireles de Azambuja (Fortunata Alflen Meireles, Miguel Meireles) (Envolvido(a))
- Ramão Sutil das Dores (Domingas Iffarraguirre das Dores, Ozorio Sutil das Dores) (Envolvido(a))
- Reinoldo Kettner (Paulina Duchs Kettner, Frederico Kettner) (Envolvido(a))
- Ricardo Jost Newbery (Elvira Newbery, Ricardo Jost Llambi) (Envolvido(a))
- Rivadália Guterres (Maria José Leão Guterres, Hipólito Simpliciano Guterres) (Envolvido(a))
- Sady Valle Machado (Castorina de Oliveira Valle Machado, João Monteiro Valle Machado) (Envolvido(a))
- Santo Dal Forno (Terezita Vicenci Dal Forno, José Dal Forno) (Envolvido(a))
- Togo Lima Barbosa (Advogado(a))

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Vicente Benitez (Maxima Real, Emilio Benitez) (Envolvido(a))
- Vitorio Lourenço Talini (Virginia Bochi Talini, Jacob Talini) (Envolvido(a))
- Voltaire Bittencourt (Advogado(a))
- Waldemar Aragão da Silveira (Luiza Aragão da Silveira, Orozimbo da Silveira) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>49. Processo n. 6.132/1945</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 19/04/1945 a 07/01/1947
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 282 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>3ª Auditoria da 3ª Região Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo autuado no Tribunal de Segurança Nacional sob o número 6.132, em 19/04/1945, a partir do inquérito policial instaurado na Delegacia de Ordem Política e Social. Quando o Tribunal de Segurança Nacional foi extinto, o processo deslocou-se para a 3ª Auditoria da 3ª Região Militar, sob o número 233. Virou Autos Findos n. 1.005 em 1947.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Aos 12 de abril de 1945, no município de São Luiz Gonzaga, estado do Rio Grande do Sul, um grupo de civis furtaram pneumáticos de um depósito, a fim de contrabandear para a Argentina.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime de contrabando

- Crime contra a ordem política e social
- Código Penal - art. 155
- Código Penal - art. 44
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37
- Decreto-Lei n. 5.428, de 27 de abril de 1943, art. 5º

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- 3ª Auditoria da 3ª Região Militar (Produtor)
- Deburgo de Deus Vieira (Advogado(a))
- Regis Beltrão de Andrade (Advogado(a))
- Plínio Moreira (Advogado(a))
- João Albino Friedrich (Aluíza Friedrich, Valentin Friedrich) (Envolvido(a))
- José Oscar Kern (Catharina Kern, Pedro Kern)- (Envolvido(a))
- José Stoffels Sobrinho (Maria Stoffels, Germano Stoffels) (Envolvido(a))
- Othelo Eggers (Altiva Eggers, Adolfo Eggers) (Envolvido(a))
- Paulo Banderó (Maria Banderó, Francisco Banderó) (Envolvido(a))
- Eugênio Knebel (Envolvido(a))

Título**50. Processo n. 4.777/1945****Data(s)**

- 05/05/1945 (Produção)

Dimensão e suporte

Dimensão: 109 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

<p>Nome do produtor</p> <p>3ª Auditoria da 3ª Região Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>O processo foi teve origem na Delegacia de Ordem e Política e Social de Santa Maria, em 25/05/1944, sob o n. 3.420. Seguiu para o Tribunal de Segurança Nacional, em 30/04/1945, como denúncia, com o n. 4.777, e foi autuado no mesmo tribunal em 05/05/1945, sob a mesma numeração. Foi julgado na 3ª Auditoria da 3ª Região Militar, em Santa Maria, em 18/03/1946. Foi arquivado no STM.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Aos 11 de março de 1944, na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, na Viação Férrea, foi feita a apreensão de dezoito rolos de borracha para recauchutagem de pneus, num total de duzentos e vinte quilos, acondicionados em dez malas de mão que estavam sendo transportadas para a cidade de Uruguaiana por Neury Rodrigues Illana e Vulpério Ferreira Moreira sem quaisquer documentos de legalização e permissão de trânsito, bem como portando revólver calibre 32 com munição.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943 • Crime de contrabando • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Produtor) • Luiz Alves Rolim Sobrinho (Advogado(a)) • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Neuly Rodrigues Yllana (Etelvina Rodrigues Yllana, Dalmiro Menchaca Yllana) (Envolvido(a)) • Vulpério Ferreira Moreira (Adélia Ferreira Moreira, Vulpério Leite Moreira) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>51. Processo n. 455/1946</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02/04/1946 a 14/04/1947

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 692 folhas, 4 volumes.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Tribunal de Segurança Nacional</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>3ª Auditoria da 1ª Região Militar</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>2ª Auditoria da 1ª Região Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Processo n. 4.148, de 4 de novembro de 1943, do Tribunal de Segurança Nacional;</p> <p>Apelação n. 1.840/1943 do Tribunal de Segurança Nacional, com acórdão de 30 de dezembro de 1943;</p> <p>Processo n. 4.927/1946 da 2ª Auditoria da 1ª Região Militar;</p> <p>Processo n. 455/1946 da 3ª Auditoria da 1ª Região Militar;</p> <p>Autos Findos n. 3.532/1947.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Aos 26 de outubro de 1943, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, instaurou-se inquérito contra o alemão Wilhelm Reis, residente no Brasil, e Ricardo Lodders, Hilmar Bernardo Werner, João Campos de Oliveira e Alipio Campos Teixeira de Oliveira. Foram acusados de sonegar impostos e o devido desconto aos cofres públicos por exportação de pedras preciosas e diamantes. As acusações foram fundamentadas considerando o Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942. Os comerciantes Ricardo Lodders, Hilmar Bernardo Werner, João Campos de Oliveira e Alipio Campos Teixeira de Oliveira foram também acusados por negociarem com Wilhelm Reis e praticar os mesmos atos ilícitos.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 38 • Decreto-Lei n. 4.166, de 11 de março de 1942 • Sonegação de impostos

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Alipio Campos Teixeira de Oliveira (Emerenciana Campos de Oliveira, Francisco Teixeira de Oliveira) (Envolvido(a))
- Hilmar Bernardo Werner (Johanna Sophia, Frederico Augusto) (Envolvido(a))
- Ricardo Lodderes (Magdalena Lodders, Peter Lodders) (Envolvido(a))
- Wilhelm Reis (Alvina Reis, Otto Reis) (Envolvido(a))
- 2ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- 3ª Auditoria da 1ª Região Militar (Produtor)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Manoel Pereira de Cordis (Advogado(a))
- Maria Rita Soares de Andrade (Advogado(a))
- Mario Bulhões Pedreira (Advogado(a))
- João Romeiro Neto (Advogado(a))
- João Campos de Oliveira (Emerenciana Campos de Oliveira, Francisco Teixeira de Oliveira) (Envolvido(a))

Título**52. Revisão Criminal n. 355/1946****Data(s)**

- 04/04/1946 a 16/09/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 44 folhas, 1 volume.

Suporte: papel

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.176 e Processo n. 2.278, ambos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Guglielmo Lettieri, italiano, condenado sob a acusação de ter transmitido telegramas, em código, ao consulado italiano em Recife, em data posterior ao rompimento das relações diplomáticas Brasil-Itália, sobre movimento de aviões norte-americanos pelo porto de Natal, o que denunciaria a prática de crime de espionagem.

Nota

O art. 67 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, determina a retroatividade de seus dispositivos quanto aos delitos que afetem a segurança externa do país até a data do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Itália, a Alemanha e o Japão, ou seja, 28 de janeiro de 1942.

Pontos de acesso de assunto

- Espionagem
- Crimes contra a ordem política e social
- Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Segunda Guerra Mundial
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa

Ponto de acesso nome

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Guglielmo Lettiere (Envolvido(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))

Título 53. Revisão Criminal n. 356/1946
Data(s) <ul style="list-style-type: none">04/04/1946 a 03/10/1946
Dimensão e suporte Dimensão: 20 folhas, 1 volume. Suporte: papel
Nome do produtor Supremo Tribunal Militar
História do item documental Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.278 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).
Âmbito e conteúdo Revisão Criminal requerida pelo comerciante alemão Ernst Walter Luck, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 14 anos de prisão, acusado de passar informações ao governo nazista da Alemanha em data posterior ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com aquele país, o que denunciaria a prática de crime de espionagem.
Pontos de acesso de assunto <ul style="list-style-type: none">EspionagemDecreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21Segunda Guerra MundialDecreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externaTempo de guerra
Ponto de acesso nome <ul style="list-style-type: none">Supremo Tribunal Militar (Produtor)

- Vaz de Mello (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Ernst Walter Luck (Envolvido(a))

Título**54. Revisão Criminal n. 357/1946****Data(s)**

- 04/04/1946 a 01/08/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 7 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por José Ferreira Dias, acusado de facilitar espões conseguirem informações.

Pontos de acesso de assunto

- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Crimes contra a ordem política e social
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25
- Tempo de guerra

<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • José Ferreira Dias (Envolvido(a))
--

<p>Título</p> <p>55. Revisão Criminal n. 359/1946</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 04/04/1946 a 01/08/1947
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 29 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Rodolf Heinrich Adof Karl Ehrorn, processado e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional à pena de 25 anos de reclusão, acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto de espionagem.</p>
<p>Nota</p> <p>O suplicante era oficial rádio-telegrafista do navio mercante Bollwork, adquirido pelo governo do Brasil para a frota do Lloyd Brasileiro, em setembro de 1941.</p>

Pontos de acesso de assunto

- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23
- Radiodifusão sem licença
- Crimes contra a ordem política e social
- Grupo Engels
- Navio Bollwork

Ponto de acesso nome

- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alvaro de Senna Valle (Advogado(a))
- Rodolf Heinrich Adof Karl Ehrorn (Envolvido(a))

Título**56. Revisão Criminal n. 360/1946****Data(s)**

- 11/04/1946 a 21/11/1946

Dimensão e suporte

Dimensão: 28 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Supremo Tribunal Militar

<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Augusto Carlos Francisco Frederico Meyer, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 5 anos de reclusão acusado de instalar ou possuir, ou ter sob sua guarda, sem licença de autoridade competente, aparelho transmissor de telegrafia, radiotelegrafia ou de sinais, que possam servir para comunicação a distância.</p>
<p>Nota</p> <p>A anistia não abrange os delitos contra a segurança do Estado, ocorridos em tempo de guerra, em virtude da disposição contida no art. 67 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espionagem • Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Radiodifusão sem licença • Anistia • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Parise Iglesias (Advogado(a)) • Lauro Fontoura (Advogado(a)) • Cardoso de Castro (Revisor(a)) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Augusto Carlos Francisco Frederico Meyer (Envolvido(a))
<p>Título</p> <p>57. Revisão Criminal n. 371/1946</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 21/06/1946 a 20/08/1946

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 15 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: Papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.836 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Bertholdo Gausmann, comerciário, condenado a 8 meses de reclusão, por Acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 30 de outubro de 1945, acusado de cometer crime de contrabando.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Crime de contrabando • Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943, art. 4º • Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943, art. 7º • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Bulcão Viana (Relator(a)) • Cardoso de Castro (Revisor(a)) • Armando Hipólito dos Santos (Advogado(a)) • Jacy Ribeiro (Advogado(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Bertholdo Gausmann (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>58. Revisão Criminal n. 374/1946</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15/06/1946 a 03/11/1946
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 31 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.996 e Apelação n. 1.418, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Herbert Max Karl Ernst Winterstein, alemão, comerciante, acusado de crime de espionagem.</p> <p>O revisando fôra absolvido com outros réus (alguns dos quais condenados) pelo Juiz singular do Tribunal de Segurança Nacional. Posteriormente, na sessão de 28 de maio de 1943, em recurso de apelação, foi condenado pelo mesmo Tribunal pleno a 8 anos de prisão por crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem • Crimes contra a ordem política e social
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supremo Tribunal Militar (Produtor) • Lauro Fontoura (Advogado(a)) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Pacheco de Oliveira (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Herbert Max Karl Ernst Winterstein (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>59. Revisão Criminal n. 389/1946</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 15/09/1946 a 08/11/1946
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 18 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Supremo Tribunal Militar</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.662 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Edmondo Di Robilant, aeroviário, condenado a 14 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN).</p> <p>O suplicante foi condenado sob a acusação de ter feito parte de um serviço de espionagem italiano, supostamente organizado por Enzo Di Vicino (Viccino), adido naval à Embaixada da Itália no Brasil.</p>
<p>Nota</p> <p>No processo, é citado o italiano Enzo Di Vicino (ou Viccino), acusado de espionagem no Brasil.</p>
<p>Nota</p> <p>O art. 67 do Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, mandou retroagir, à data de ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo, os crimes que ofendessem a soberania do país.</p>
<p>Nota</p> <p>Após a Constituição Federal de 1946, promulgada em 18 de setembro, o Supremo Tribunal Militar passou a se chamar Superior Tribunal Militar.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Crime contra a ordem política e social

- Radiodifusão sem licença
- Decreto-Lei n.º 4.766, de 1.º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1.º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1.º de outubro de 1942, art. 67
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Edmondo Di Robilant (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título**60. Revisão Criminal n. 395/1946****Data(s)**

- 30/10/1946 a 20/02/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 26 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal da Apelação n. 1.176 e Processo n. 2.278, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Richard Robert Burgers, Hans Werberling e Ernst Walter Luck, condenados a 14 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 22 de dezembro de 1942, acusados de exercer crime de espionagem em território nacional.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Hans Werberling (Envolvido(a))
- Richard Robert Burgers (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cícero Aranha (Advogado(a))
- Walter Wigderditz (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Ernest Walter Luck (Envolvido(a))

Título**61. Revisão Criminal n. 396/1946****Data(s)**

- 04/11/1946 a 28/01/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 20 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.418 e Processo n. 2.996 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Eduardo Pacheco de Andrade, condenado a 8 anos de reclusão por incurso no art. 21 do Decreto-Lei 4.766, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de espionagem a favor das Nações do Eixo (Alemanha, Itália, Japão), cujo cabeça era Frank Walter Jordan.</p> <p>O revisando foi absolvido em primeira instância; a sentença foi reformada por acórdão, tendo sido o revisando condenado a 8 anos de reclusão, grau mínimo do art. 21 do Decreto-Lei nº 4.766, de 1942. Posteriormente, o mesmo extinto Tribunal reformou sua decisão, face à Revisão n. 248, impondo ao revisando a pena de 4 anos, grau mínimo, por desclassificação do delito para o art. 25 do citado decreto-lei.</p> <p>Nesta presente revisão, argumenta-se que os fatos alegados contra o revisando se passaram muito antes da data da ruptura de relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, que foi a de 28 de janeiro de 1942.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Revisão Criminal n. 248-TSN</p> <p>Apelação n. 1.418-TSN</p>
<p>Nota</p> <p>No processo, é citado a pessoa de Frank Walter Jordan, acusado de ser chefe de um serviço de espionagem alemão atuando no Brasil.</p>
<p>Nota</p> <p>O art. 67 do Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, mandou retroagir, à data de ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo, os crimes que ofendessem a soberania do país.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Segunda Guerra Mundial • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25 • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67

<ul style="list-style-type: none"> • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Jamil Feres (Advogado(a)) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Eduardo Pacheco de Andrade (Envolvido(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>62. Revisão Criminal n. 397/1946</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 04/11/1946 a 24/10/1947
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 14 folhas, volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Erwin Backhaus, comerciante, alemão, condenado pelo Tribunal de Segurança</p>

Nacional a 8 anos de prisão, acusado de participação nos serviços de espionagem em prol da Alemanha.

Consta que ele não negou ter remetido, de Recife, ao seu compatriota Teodoro Frederick Schlegel, informes sobre o movimento de navios e aviões americanos e ingleses.

Entretanto, o revisando argumenta que não praticou qualquer ato delituoso após 28 de janeiro de 1942, uma vez que foi detido em Recife em 18 de dezembro de 1941, posto em liberdade em 1º de fevereiro de 1942, ficando sob vigilância da polícia, e embarcado para a Capital Federal em 12 de março de 1942. Conclui, assim, que estava detido quando foi baixado o Decreto-Lei nº 4.766, que fixou o limite de recuo da lei a 28 de janeiro de 1942.

Nota

Consta que o revisando participou de uma rede de espionagem organizada no Brasil sob a direção do alemão Teodoro Frederick Schlegel.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Processo n. 2.469-TSN
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Lauro Fontoura (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Erwin Backhaus (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>63. Revisão Criminal n. 401/1946</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 26/11/1946 a 17/10/1952 (Produção)
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 25 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal da Apelação n. 2.999 e Processo n. 6.041, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Venicio Marfucci, condenado a 2 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 31 de agosto de 1945. Foi acusado de contrabando.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime de contrabando • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 37 • Decreto-Lei n. 6.122, de 18 de dezembro de 1943
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Cardoso de Castro (Revisor(a)) • Humberto Neves (Advogado(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Venicio Marfucci (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>64. Revisão Criminal n. 402/1946</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28/11/1946 a 16/05/1947
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 15 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal da Apelação n. 1.207 e Processo n. 2.662, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Enrico Marchesini, almoxarife da Cia Lati, condenado a 8 anos de prisão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de dezembro de 1942. Foi acusado de exercer o crime de espionagem em território nacional.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Radiodifusão sem licença • Espionagem
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Enrico Marchesini (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>65. Revisão Criminal n. 406/1947</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 08/01/1947 a 06/12/1950
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 23 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.996 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerido por Afonso Digeser, alemão, marceneiro, condenado a 8 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em acórdão de 28 de maio de 1943, acusado de espionagem.</p>
<p>Nota</p> <p>Consta que o revisando foi cúmplice do alemão Frank Walter Jordan, acusado de espionagem no Brasil.</p>
<p>Nota</p> <p>Nesta Revisão, o Superior Tribunal Militar resolveu deferir, em parte, o pedido para desclassificar o crime no art. 23 do referido decreto-lei e condenar o revisando à pena de 2 anos de reclusão, pela acusação de permitir que em sua residência fosse instalada a estação rádio-transmissora de que se utilizava Frank Walter Jordan, levando-a, tempos depois, para casa de Hugo Fleischer, dentro de uma mala.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 Crime contra a ordem política e social Rádiodifusão sem licença Processo n. 2.996-TSN Espionagem Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23

Ponto de acesso nome

- Orlando Rodrigues Sette (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Affonso Digeser (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título**66. Revisão Criminal n. 407/1947****Data(s)**

- 08/01/1947 a 24/05/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Karl Eugen Haering, condenado a 20 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943.

O revisando foi condenado sob a acusação de: I - obter de Josef Pessek a assinatura de uma caixa postal e

facilitar a Frederico Kempter o uso dessa caixa para o fim de recebimento de correspondência sobre serviço secreto referente a espionagem; e II - prestar colaboração a Frederico Kempter, acusado de ser agente do Serviço Alemão de Espionagem.

Nota

São mencionados no processo os alemães Josef Pessek e Frederico Kempter, acusados de espionagem no território brasileiro.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 46
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 47
- Espionagem

Ponto de acesso nome

- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Karl Eugen Haering (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

67. Revisão Criminal n. 410/1947

Data(s)

- 20/01/1947 a 16/05/1947

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 42 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 e Apelação n. 1.168, ambos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal referente a Karl Thielen, alemão, comerciário, condenado a 8 anos de prisão, por acórdão do TSN de 11 de dezembro de 1942, acusado de ter cometido crime de espionagem.</p> <p>Acusado de pertencer ao grupo de Theodor Frederich Schlegel, que agia praticando atos de espionagem.</p> <p>Acusado de instalar uma estação radiotransmissora na sua residência com finalidade da prática desses atos.</p> <p>Objeta, porém, que os atos de espionagem que lhes são imputados são anteriores à data da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e, conseqüentemente, fora da ação retroativa das disposições do art. 67 do Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p>
<p>Nota</p> <p>O Revisando também foi acusado de pertencer ao grupo de Theodor Frederich Schlegel, acusado de praticar atos de espionagem no Brasil.</p> <p>Também acusado de instalar uma estação radiotransmissora na sua residência com finalidade da prática desses atos.</p> <p>Objeta, porém, o Revisando que os atos de espionagem que lhes são imputados são anteriores à data da ruptura das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e, conseqüentemente, fora da ação retroativa das disposições do art. 67 do Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem • Radiodifusão sem licença • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67

<ul style="list-style-type: none"> • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Antonio Placido Beja (Advogado(a)) • Geraldo Veridiano de Azevedo (Advogado(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Karl Thielen (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>68. Revisão Criminal n. 413/1947</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 09/04/1947 a 02/07/1947 (Produção)
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 50 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093, no qual estão anexados os processos números 3.151, 3.259, 2.672, N° 2.740, 3.256 e 3.706, todos originários do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Eduard Arnold, comerciante, condenado a 25 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional em 29 de outubro de 1943. Foi acusado de exercer crime de espionagem em território nacional.</p>

<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Crime contra a ordem política e social • Espionagem
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Henrique Candido Camargo (Advogado(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Eduard Arnold (Envolvido(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>69. Revisão Criminal n. 414/1947</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 18/04/1947 a 02/07/1947
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 46 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.614 e ao Processo n. 3.740, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.</p>

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Carl Louis Julius Johannes Ludolf Schlemm, condenado a 7 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 28 de setembro de 1942, acusado de ter cometido crime de espionagem em território nacional.

Nota

Consta na acusação que o revisando se encarregara, a pedido de Willy Koehnen, residente na Alemanha, de receber, no Rio de Janeiro, cartas de Willy, procedentes daquele país, para enviá-las aos Estados Unidos endereçadas a Paul Bas (ou Blass), em Jersey, Nova York.

Em primeira instância, fora condenado à pena de reclusão de 8 anos, como incurso no art. 21 do citado decreto-lei. Em grau de apelação, o TSN determinou a desclassificação do delito para o do art. 25 do decreto-lei supracitado, impondo-lhe a pena de 7 anos de reclusão.

Requeru revisão do processo, o que lhe foi negado pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Espera o revisando, neste pedido de revisão processual, que o Superior Tribunal Militar venha a decretar a nulidade da sentença, determinando a absolvição imediata do revisando, ou determinar a diminuição da pena, de 7 anos para a de 4 anos, ou seja, fixando a pena mínima do art. 25 do citado decreto-lei.

O revisando alega que caso tivesse praticado atos de espionagem ou se utilizado de qualquer meio de comunicação que pudesse por em perigo a defesa nacional, teria cessado suas atividades em fins de 1941, sendo os fatos anteriores a 28 de janeiro de 1942, data da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e as nações do Eixo (a Alemanha, a Itália e o Japão).

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Napoleão da Costa Torres (Advogado(a))
- Attilio Gorini Sobrinho (Advogado(a))

- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Carl Louis Julius Johannes Ludolf Schlemm (Envolvido(a))

Título**70. Revisão Criminal n. 415/1947****Data(s)**

- 23/04/1947 a 12/08/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 16 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal do Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Erwin Backhauss, condenado a 8 anos de prisão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, em 11 de dezembro de 1942. Foi acusado de exercer o crime de espionagem em território nacional.

Em acórdão de 8 de janeiro de 1947, o Superior Tribunal Militar, em grau Revisão Criminal, número 397/1946, negou a absolvição pedida, por maioria de votos.

Requer agora, o Revisando, não mais a sua absolvição, mas a desclassificação do delito do art. 21 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, para o art. 124 do Código Penal Militar.

<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo n. 2.469-TSN</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 397/1946
<p>Nota</p> <p>O revisando foi acusado de participar de um grupo chefiado por Theodor Friederich Schlegel, acusado de praticar espionagem no Brasil.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem • Código Penal Militar, art. 124
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Renato Dardeau de Albuquerque (Advogado(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Erwin Backhaus (Envolvido(a))

Título**71. Revisão Criminal n. 422/ 1947****Data(s)**

- 19/05/1947 a 20/07/1947

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 17 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.470 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Alfredo Josef Ney, condenado a 7 anos de prisão, por acórdão do Tribunal Segurança Nacional em 28 de setembro de 1942. Foi acusado de exercer o crime de espionagem e radiodifusão sem licença em território nacional.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none">• Crime contra a ordem política e social• Radiodifusão sem licença• Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25• Espionagem
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none">• Superior Tribunal Militar (Produtor)• Vaz de Mello (Relator(a))• Cardoso de Castro (Revisor(a))• Arthur Penna Filho (Advogado(a))• Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)• Alfredo Josef Ney (Envolvido(a))• Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>72. Revisão Criminal n. 425/1947</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 02/06/1947 a 01/08/1947
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 28 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional e Revisão Criminal n. 357.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por José Ferreira Dias, condenado a 7 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, acusado de ter exercido crime de espionagem no território nacional.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo n. 3.093-TSN</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> Revisão Criminal n. 357/1947
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Crime contra a ordem política e social Espionagem Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> Superior Tribunal Militar (Produtor) Maria Rita Soares de Andrade (Advogado(a))

- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- José Ferreira Dias (Maria Ferreira Dias, Serafim Ferreira Dias) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>73. Revisão Criminal n. 426/1947</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 09/06/1947 a 24/11/1947
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 18 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal do Processo n. 2.662 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Amleto Albieri, técnico em rádio, condenado a 14 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional em 29 de dezembro de 1942. Foi acusado de crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Navio Queen Mary • Crime contra a ordem política e social • Radiodifusão sem licença • Espionagem

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Alfredo Tranjan (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Amleto Albieri (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título**74. Revisão Criminal n. 427/1947****Data(s)**

- 13/06/1947 a 12/08/1947

Dimensão e suporte

Dimensão: 13 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional. Faz referência também às Revisões Criminais n. 397 e n. 415.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Erwin Backhaus, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a pena de 8 anos de reclusão por ter incidido no disposto no art. 21 do Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, grau mínimo. O Superior Tribunal Militar, por acórdão de 21 de maio de 1947 na Revisão n. 415, decidiu, por maioria de votos, desclassificar o delito para o art. 124 do Código Penal Militar e condenar o revisando a 6 anos de reclusão. Esta nova revisão, de número 427, foi requerida com o fundamento de que a

desclassificação só altera a natureza do delito e, assim, o revisando deveria ter sido condenado no mínimo do art. 124 do CPM, uma vez que o fôra, antes, no mínimo do art. 21 do decreto-lei supracitado, e, assim, alegando, requer seja declarado que a pena cominada ao revisando, de acordo com o resultado da votação, é de 4 anos.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Código Penal Militar, art. 124
- Espionagem

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Renato Dardeau de Albuquerque (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Erwin Backhaus (Envolvido(a))

Título

75. Revisão Criminal n. 428/1947

Data(s)

- 16/06/1947 a 10/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 103 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Gerardo Margella Melo Mourão ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional que o condenou a 30 anos de reclusão acusado de crime de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68
- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social
- Processo n. 3.293/1943-TSN
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Gerardo Margella Melo Mourão (Esther Mello Mourão, Coriolando Ribeiro Mello) (Envolvido(a))

Título**76. Revisão Criminal n. 433/1947****Data(s)**

- 08/07/1947 a 20/04/1948

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 33 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal referente a Fritz Weisflog, brasileiro nato, condenado a 25 anos de reclusão.</p> <p>O revisando foi, inicialmente, apontado como incurso nas penas dos arts. 21 e 23 do citado decreto-lei, sendo absolvido na primeira instância, e condenado na segunda, no grau médio do art. 21, segunda parte, do mesmo decreto.</p> <p>A defesa alega que todas as referências a atos praticados pelo revisando remontam à época anterior ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, a Itália e o Japão e, até, anteriores à entrada dos Estados Unidos na guerra.</p>
<p>Nota</p> <p>O processo faz citação ao alemão Niels Christian Christensen, acusado de espionagem no território brasileiro.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espionagem • Decreto-Lei n° 4.766, de 1° de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1° de outubro de 1942, art. 67 • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Fritz Weisflog (Envolvido(a))

Título**77. Revisão Criminal n. 434/1947****Data(s)**

- 29/07/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 118 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal do Processo n. 2.622 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Guido Corti, engenheiro, condenado a 14 anos de reclusão, por Acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de dezembro de 1942. Foi acusado de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)

- Gomes Carneiro (Relator(a))
- Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Guido Corti (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título
78. Revisão Criminal n. 436/1947
Data(s)
<ul style="list-style-type: none"> • 17/09/1947 a 20/04/1948
Dimensão e suporte
Dimensão: 36 folhas, 1 volume. Suporte: papel.
Nome do produtor
Superior Tribunal Militar
História do item documental
Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.778 e ao Processo n. 3.808 do Tribunal de Segurança Nacional.
Âmbito e conteúdo
Revisão Criminal requerida por Heinz William Ehlert ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 14 de dezembro de 1943, que o condenou a 14 anos de reclusão, acusado de prática de crime espionagem.
Pontos de acesso de assunto
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Crime contra a ordem política e social

<ul style="list-style-type: none"> • Espionagem • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Lauro Fontoura (Advogado(a)) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Gomes Carneiro (Revisor(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Heinz Ehlert (Eleonore Brinkran, Willehm Brinkran) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>79. Revisão Criminal n. 437/1947</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 14/10/1947 a 09/03/1948
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 25 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Karl Thielen, alemão, comerciante, processado juntamente com outros acusados que formavam um grupo chefiado por Theodor Friederich Schlegel. Foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional em 11 de dezembro de 1947 acusado de crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social

Ponto de acesso nome

- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Karl Thielen (Envolvido(a))

Título**80. Revisão Criminal n. 438/1947****Data(s)**

- 15/10/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 41 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.822 e Processo n. 4.007 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Werner Christoph Waltemath, condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão, pelo Tribunal de Segurança Nacional, sob a acusação de participação em uma rede de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Gomes Carneiro (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Werner Christoph Waltemath (Envolvido(a))

Título**81. Revisão Criminal n. 440/1947****Data(s)**

- 16/10/1947 a 20/04/1948 (Produção)

Dimensão e suporte

Dimensão: 33 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Álvaro da Costa Souza, condenado a 25 anos de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem
- Crimes contra a ordem política e social

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Vaz de Mello (Relator(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Álvaro da Costa Souza (Rita de Souza, Luiz da Costa Souza) (Envolvido(a))

Título**82. Revisão Criminal n. 446/1947****Data(s)**

- 17/11/1947 a 16/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 87 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 2.714 e ao Processo n. 5.347 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, condenado à pena de 27 anos e 6 meses de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 28 de maio de 1945, acusado de crime de espionagem.

Unidades de descrição relacionadas

Apelação n. 2.714-TSN

Apelação n. 5.203/1937-TSN

Processo n. 5.347/1944-TSN

Pontos de acesso de assunto

- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 57

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Wilhelm Heinrich Kopff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título**83. Revisão Criminal n. 450/1947****Data(s)**

- 24/12/1947 a 09/02/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 17 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.826 e Processo n. 3.823, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Fernando Manuel de Almeida e Motta Marques, jornalista, condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional acusado de crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Radiodifusão sem licença • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Processo n. 3.823-TSN • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 76
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Fernando Manoel de Almeida e Motta Marques (Carlos Alberto da Motta Marques) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>84. Revisão Criminal n. 451/1947</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 24/12/1947 a 18/10/1948
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 22 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e Processo n. 3.093, Anexo n. 3.151, do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Antônio Gonçalves da Cunha, chauffeur do praça, condenado a 7 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 25 • Radiodifusão sem licença • Espionagem
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Cardoso de Castro (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Antônio Gonçalves da Cunha (Envolvido(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

85. Revisão Criminal n. 452/1947

Data(s)

- 26/12/1947 a 20/04/1948

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 11 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.808 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por José Braulio Guimarães, jornalista, ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 14 de dezembro de 1943, que o condenou a 14 anos de reclusão sob a acusação de crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem • Crime contra a ordem política e social
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Edgard Pinto Lima (Advogado(a)) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Cardoso de Castro (Revisor(a)) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • José Braulio Guimarães (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>86. Revisão Criminal n. 453/1947</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 30/12/1947 a 09/03/1948

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 19 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Rolf Trautmann, condenado a 8 anos de prisão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 11 de dezembro de 1942, acusado de crime de espionagem.</p> <p>Foi acusado de ser operador de rádio clandestino até fins de novembro de 1941.</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 397/1946 • Revisão Criminal n. 410/1947 • Revisão Criminal n. 415/1947 • Revisão Criminal n. 427/1947 • Revisão Criminal n. 437/1947
<p>Nota</p> <p>Acusado de participar de um grupo chefiado por Theodor Frederich Schlegel, que transmitira, clandestinamente, por rádio, informações destinadas à Alemanha.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espionagem • Radiodifusão sem licença • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Crime contra a ordem política e social
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor)

- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Yaco Fernandes (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Rolf Trautmann (Envolvido(a))

Título**87. Revisão Criminal n. 454/1947****Data(s)**

- 30/12/1947 a 20/04/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 23 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293 e Apelação n. 151 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Valêncio Wurch Duarte, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de julho de 1943, acusado de espionagem em tempo de guerra.

Foi acusado de permitir a recepção de correspondência suspeita em seu endereço.

Nota

No processo de origem, consta, na acusação, que o revisando era encarregado de receber a correspondência vinda da Argentina para o capitão Túlio e transmitia ao espião "Alberto" as informações colhidas por Mourão ou Álvaro sobre o movimento do porto do Rio de Janeiro.

Pontos de acesso de assunto

- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Crime contra a ordem política e social
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Alcebíades Delamare Nogueira da Gama (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Valencio Wurch Duarte (Anna Sofia Sara Wurch, Antonio Rodrigues Duarte) (Envolvido(a))

Título**88. Revisão Criminal n. 458/1948****Data(s)**

- 05/04/1948 a 15/07/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 4.007 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Paulo Gustavo Griese, condenado a 25 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, por acórdão de 28 de dezembro de 1943, acusado de crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem • Crime contra a ordem política e social
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Cardoso de Castro (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Paulo Gustavo Griese (Envolvido(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>89. Revisão Criminal n. 462/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 20/04/1948 a 16/09/1948
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 18 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.662 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Edmondo di Robilant, condenado a 14 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de dezembro de 1942, acusado de participação em uma rede de espionagem.

Descrições relacionadas

Revisão Criminal n. 389/1946

Nota

Esta é a segunda vez que o suplicante se dirige ao Superior Tribunal Militar para pleitear a modificação da decisão que o condenou. Da primeira feita, a sua revisão tomou o número 389, tendo sido indeferida. O Revisando argumenta que a situação agora está inteiramente modificada, em virtude dos pronunciamentos do STM nas Revisões de ns. 402, 426 e 434. Alega ainda que é, atualmente, o único preso em consequência da acusação contida no processo de origem.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Edmondo di Robilant (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>90. Revisão Criminal n. 463/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 24/04/1948 a 07/12/1948 (Produção)
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 17 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal do Processo n. 2.996 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Walter Moll, alemão, condenado a 14 anos de reclusão por Acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 30 de dezembro de 1943, acusado de crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Gomes Carneiro (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Walter Moll (Envolvido(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>91. Revisão Criminal n. 465/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 26/05/1948 a 10/09/1948
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 25 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Nicolaus Eduard Dellingshausen, alemão, civil, condenado por crime de espionagem pelo Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Nota</p> <p>O revisando foi acusado de integrar um grupo chefiado por Theodor Friederich Schlegel, acusado de atuar na prática de espionagem no território nacional.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem • Crime contra a ordem política e social
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vaz de Mello (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Edgard Pinto Lima (Advogado(a))

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Nicolaus Eduard Dellingshausen (Envolvido(a))

Título
92. Revisão Criminal n. 466/1948
Data(s)
<ul style="list-style-type: none"> • 31/05/1948 a 16/09/1948
Dimensão e suporte
Dimensão: 19 folhas, 1 volume. Suporte: papel.
Nome do produtor
Superior Tribunal Militar
História do item documental
Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).
Âmbito e conteúdo
Revisão Criminal requerida por Alberto Schwab, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943, acusado de crime de espionagem.
Unidades de descrição relacionadas
Processo n. 3.093-TSN Processo n. 3.151-TSN
Nota
Foi acusado de ser um dos membros proeminentes da organização superintendida por Niels Christensen.
Pontos de acesso de assunto
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Alberto Schwab (Envolvido(a))

Título**93. Revisão Criminal n. 468/1948****Data(s)**

- 06/07/1948 a 30/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.516 e ao Processo n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Oswaldo Riffel França ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de julho de 1943, que o condenou a 20 anos de reclusão por prática de crime de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Oswaldo Riffel França (Regina Puin, João Riffel França) (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título**94. Revisão Criminal n. 469/1948****Data(s)**

- 07/07/1948 a 16/09/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 64 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal do Processo n. 2.662 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Edmondo Di Robilant, condenado a 8 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, em 21 de maio de 1948, acusado de praticar crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Gomes Carneiro (Revisor(a)) • Lauro Fontoura (Advogado(a)) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Edmondo Di Robilant (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>95. Revisão Criminal n. 471/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12/08/1948 a 29/12/1948
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 16 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao processo n. 2.996 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Julius Wilhelm Karl Baum ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional que o condenou a 8 anos de prisão, acusado de facilitar serviços de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Julius Wilhelm Karl Baum (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>96. Revisão Criminal n. 472/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12/04/1948 a 19/04/1950
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 28 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Theodor Friedrich Schlegel, condenado a 14 anos de prisão, acusado de chefiar um pequeno grupo de espões.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem • Crime contra a ordem política e social • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Theodor Friedrich Schlegel (Envolvido(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título

97. Revisão Criminal n. 473/1948

Data(s)

- 20/04/1948 a 18/10/1948

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 22 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Elemer José Nagy, de nacionalidade húngara, ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional que o condenou a 25 anos de prisão, em 29 de outubro de 1943, sob a acusação de ter feito parte de um serviço secreto de espionagem e de ter construído uma estação radiotransmissora.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Radiodifusão sem licença • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68 • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Elemer José Nagy (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>98. Revisão Criminal n. 477/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 06/10/1948 a 10/01/1949
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 11 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Carl Muegge ao acórdão que o condenou a 25 anos de reclusão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68 • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor)

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Carl Muegge (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>99. Revisão Criminal n. 478/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 06/10/1948 a 05/02/1949
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 28 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e aos Processos n. 3.093, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Heribert Othmar Josef Muller ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, que o condenou a 8 anos de prisão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Heribert Othmar Josef Muller (Envolvido(a))

Título**100. Revisão Criminal n. 479/1948****Data(s)**

- 21/09/1948 a 14/01/1949

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.203 e Processo n. 1-B do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Anthero de Almeida ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de outubro de 1937, que o condenou acusado de participação no levante comunista ocorrido em 27 de novembro de 1935.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Revolta Vermelha de 35
- Revolução Comunista de 1935
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º

- Intentona Comunista
- Novembro vermelho
- Movimento Comunista

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Victor do Espírito Santo (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Anthero de Almeida (Emília Alves de Almeida, Amadeu Pereira de Almeida) (Envolvido(a))

Título**101. Revisão Criminal n. 480/1948****Data(s)**

- 1º/10/1948 a 30/12/1948

Dimensão e suporte

Dimensão: 25 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 5.485 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Bunji Tadano, lavrador, nacionalidade japonesa, ao acórdão em que foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 8 anos de reclusão sob a acusação de ter, em 13 de junho de 1944, destruído plantações de amoreira com o objetivo de prejudicar o esforço bélico do país ou de nação aliada, desejando com seus atos a vitória de sua pátria ou, pelo menos, dificultar o esforço de guerra dos Estados Unidos.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 50
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 27

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Bunji Tadano (Envolvido(a))

Título**102. Revisão Criminal n. 482/1948****Data(s)**

- 06/10/1948 a 14/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 30 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e ao Processo n. 3.093, do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Carlahans Von Den Steinen, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de praticar crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Crime contra a ordem política e social • Espionagem
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Paulo Dunshee de Abranches (Advogado(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Carlhans Von Den Steinen (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>103. Revisão Criminal n. 483/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 06/10/1948 a 29/12/1948
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 36 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Carlos Fink ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, de 29 de outubro de 1943, que o condenou a 7 anos de reclusão, acusado de ser, ao empresário alemão Frederico Kempfer, agente de informações destinadas à espionagem.</p>
<p>Nota</p> <p>O Decreto-Lei n. 7.474, de 18 de abril de 1945, concedeu anistia a todos quantos praticaram crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação do referido Decreto, excetuando, porém, os crimes praticados, em tempo de guerra, contra a segurança do Estado e definidos no Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto de Lei Nº 4.766, de 1 de Outubro de 1942 - Art. 25
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Hélio Lins Walcacer (Advogado(a)) • Doralecio Lins Walcacer (Advogado(a)) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Carlos Fink (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>104. Revisão Criminal n. 484/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 06/10/1948 a 10/01/1949
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 15 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Martin Peter Friedrich Petzold ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943, que o condenou a 20 anos de reclusão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Martin Peter Friedrich Petzold (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>105. Revisão Criminal n. 485/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 06/10/1948 a 07/12/1948
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 15 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Hans Kurt Werner Meyer-Clason ao acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943, que o condenou a 20 anos de reclusão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Alcebiades Delamare Nogueira da Gama (Advogado(a)) • Vaz de Mello (Relator(a))

- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Hans Kurt Werner Meyer-Clason (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>106. Revisão Criminal n. 486/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 06/10/1948 a 21/07/1952
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 147 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal dos Processos n.3.093 e n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão requerida por Herbert Friedrich Julius Von Heyer, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de cometer crime de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Herbert Friederich Julius Von Heyer (Julia Von Heyer, Gustav Von Heyer) (Envolvido(a))

Título**107. Revisão Criminal n. 487/1948****Data(s)**

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Frederico Kempter, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de exercer crime de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Frederico Kempter (Envolvido(a))

Título**108. Revisão Criminal n. 488/1948****Data(s)**

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 13 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Joaquim Pinto de Oliveira ao acórdão que o condenou a 8 anos de reclusão, acusado de transmitir informações sobre navios que aportavam no Rio de Janeiro.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Joaquim Pinto de Oliveira (Envolvido(a))

Título**109. Revisão Criminal n. 489/1948****Data(s)**

- 06/10/1948 a 24/07/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 183 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente às Apelações n. 1.516 e n. 19.067 e aos Processos n. 3.093 e n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Ernest Ramuz ao acórdão que o condenou sob a acusação de promover ou manter no território nacional serviço destinado à espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Radiodifusão sem licença
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Murgel de Rezende (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Ernest Ramuz (Harminia Liria Matthes, Augusto Matthes) (Envolvido(a))

Título**110. Revisão Criminal n. 490/1948****Data(s)**

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 40 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Rodolf Heinrich Adolf Karl Ehrorn ao acórdão de 29 de outubro de 1943 que o condenou a 25 anos de reclusão, acusado de envolvimento em serviços de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Rodolf Heinrich Adof Karl Ehrorn (Envolvido(a))

Título**111. Revisão Criminal n. 491/1948****Data(s)**

- 06/10/1948 a 10/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 14 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093, n. 3.151, n. 2.672, n. 3.256 e n. 2.710 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Adalberto Vamszer ao acórdão que o condenou a 25 anos de reclusão por envolvimento em serviços de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Adalberto Vamszer (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>112. Revisão Criminal n. 498/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12/10/1948 a 01/07/1949

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 21 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899/1937.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Carlos Amorety Osório, capitão reformado do Exército, condenado a 10 meses e 15 dias de prisão com trabalho por sentença do Tribunal de Segurança Nacional de 13 de setembro de 1937, confirmada pelo Superior Tribunal Militar, acusado de dirigir a organização Aliança Nacional Libertadora.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aliança Nacional Libertadora • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 20 • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 7.474, de 18 de abril de 1945 • Anistia
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Francisco Moesia Rolim (Advogado(a)) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Ary Pires (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Carlos Amorety Osório (Emília Amoretty Osório, Manoel Luiz Osório) (Envolvido(a)) • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>113. Revisão Criminal n. 500/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 14/10/1948 a 19/10/1949
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 21 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.996 do Tribunal de Segurança Nacional e à Revisão Criminal n. 406.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Affonso Digeser à sentença que o condenou a 2 anos de reclusão, acusado de espionagem.</p>
<p>Nota</p> <p>Foi denunciado por participar de um grupo dirigido por Frank Walter Jordan, acusado de praticar serviço de espionagem no Brasil.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Superior Tribunal Militar (Produtor)

- Humberto Chaves (Advogado(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Affonso Digeser (Envolvido(a))

Título**114. Revisão Criminal n. 508/1948****Data(s)**

- 14/10/1948 a 11/09/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 148 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente às Apelações n. 1.684 e n. 1.803 e aos Processos n. 3.093 e n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Albrecht Gustav Engels, engenheiro, condenado a pena de 30 anos de reclusão, por acórdão de 27 de julho de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto de espionagem.

Unidades de descrição relacionadas

Processo 3.093-TSN

Processo 3.293-TSN

<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 574/1950 • Revisão Criminal n. 526/1949
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68 • Crime contra a ordem política e social • Espionagem • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Tempo de guerra
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Joaquim Mariano Nogueira Coêlho (Advogado(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a)) • Albrecht Gustav Engels (Martha Engels, Joseph Engels) (Envolvido(a))

Título**115. Revisão Criminal n. 509/1948****Data(s)**

- 14/10/1948 a 21/07/1952

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 125 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093 e n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Kurt Martin Alfred Weingaertner, condenado a 25 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 29 de outubro de 1943, acusado de espionagem.</p> <p>O revisando alega que foi sentenciado em dois processos pelo mesmo fato.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Processo n. 3.093-TSN • Crime contra a ordem política e social • Processo n. 3.293/1943-TSN • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa • Espionagem
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Jamil Feres (Advogado(a)) • Murgel de Rezende (Revisor(a)) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a)) • Kurt Martin Weingaertner (Else Weingaertner, Martim Weingaertner) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>116. Revisão Criminal n. 510/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> 15/10/1948 a 21/07/1952
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 77 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente aos Processos n. 3.093 e n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal referente a Heinz Otto Hermann Lorenz, condenado por acórdão de 27 de julho de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional por promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem.</p> <p>O Revisando alega que foi sentenciado duas vezes pelos mesmos fatos e às mesmas penas.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 Processo n. 3.093-TSN Crime contra a ordem política e social Grupo Engels Navio Winduk Espionagem Processo n. 3.293/1943-TSN Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Heinz Otto Herman Lorenz (Else Hanebuth, Heinrich Lorenz) (Envolvido(a))

Título**117. Revisão Criminal n. 511/1948****Data(s)**

- 15/10/1948 a 14/01/1949

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Niels Christian Christensen, condenado a 30 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1942 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de haver dirigido serviço de espionagem no país.

<p>Nota</p> <p>O revisando é acusado de ser chefe do grupo de espões que mais atuou na Capital Federal, com ramificações pelos estados.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68 • Crimes contra a ordem política e social • Espionagem • Tempo de guerra • Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Bocayuva Cunha (Relator(a)) • Vaz de Mello (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Niels Christian Christensen (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>118. Revisão Criminal n. 512/1948</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15/10/1948 a 29/02/1948
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 12 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação nº 1.320 e Processo nº 2.564 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Yugo Kusakabe, Heitaka Taira e Masagi Sugimata, todos de nacionalidade japonesa, condenados a 8 anos de prisão, por acórdão de 6 de abril de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), como incurso no grau máximo das penas previstas no art. 3º, inciso VIII, do Decreto-Lei n. 431, de 18 de maio de 1938, acusados de atividades atentatórias à segurança do Estado brasileiro.</p>
<p>Nota</p> <p>Foi encontrada com os acusados uma carta remetida por uma organização do Japão denominada “Taisci-Yukusam Doshi Kay” (Associação dos Correligionários da Corporação do Grande Político).</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 431, art. 3º
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Yugo Kusabake (Envolvido(a)) • Heitaka Taira (Envolvido(a)) • Masagi Sugimata (Envolvido(a))

Título 119. Revisão Criminal n. 514/1948
Data(s) <ul style="list-style-type: none">• 15/10/1948 a 29/11/1949
Dimensão e suporte Dimensão: 28 folhas, 1 volume. Suporte: papel.
Nome do produtor Superior Tribunal Militar
História do item documental Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.418 e ao Processo n. 2.996 do Tribunal de Segurança Nacional.
Âmbito e conteúdo Revisão Criminal requerida por Frank Walter Jordan, condenado a 20 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de dirigir e manter serviço de espionagem no país, transmitindo para a Alemanha, por meio de um aparelho radiotransmissor, notícias secretas referentes à navegação comercial inglesa e americana.
Pontos de acesso de assunto <ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21• Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67• Crime contra a ordem política e social• Espionagem• Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa• Tempo de guerra
Ponto de acesso nome <ul style="list-style-type: none">• Superior Tribunal Militar (Produtor)• Bocayuva Cunha (Revisor(a))• Cardoso de Castro (Relator(a))

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Frank Walter Jordan (Envolvido(a))

Título**120. Revisão Criminal n. 525/1949****Data(s)**

- 04/01/1949 a 11/09/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 129 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Theodor Friedrich Schlegel, condenado à pena de morte comutada em 30 anos de prisão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto de espionagem.

Unidades de descrição relacionadas

Processo n. 3.093-TSN

Descrições relacionadas

- Revisão Criminal n. 472/1948

Nota

O revisando fora condenado, juntamente com vários outros acusados, à pena de 14 anos de prisão, no Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional.

Pontos de acesso de assunto

- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Crimes contra a ordem política e social
- Pena de morte
- Comutação da pena

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Yaco Fernandes (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Theodor Friedrich Schlegel (Envolvido(a))

Título**121. Revisão Criminal n. 526/1949****Data(s)**

- 11/01/1949 a 11/09/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 32 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Albrecht Gustav Engels, condenado a 30 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, por acórdão de 27 de julho de 1943, acusado de crime de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Joaquim Mariano Nogueira Coêlho (Advogado(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Albrecht Gustav Engels (Martha Engels, Joseph Engels) (Envolvido(a))

Título**122. Revisão Criminal n. 542/1949****Data(s)**

- 29/06/1949 a 04/08/1950

Dimensão e suporte

Dimensão: 21 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional e à Revisão Criminal n. 465.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Nicolaus Eduard Dellingshausen, alemão, civil, condenado por acórdão prolatado na Revisão Criminal n. 465, em 21 de julho de 1948, acusado de espionagem.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Espionagem • Crime contra a ordem política e social • Decreto-lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23 • Código Penal Militar, art. 57
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Edgard Pinto Lima (Advogado(a)) • Cardoso de Castro (Relator(a)) • Bocayuva Cunha (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Nicolaus Eduard Dellingshausen (Envolvido(a)) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>123. Revisão Criminal n. 549/1949</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 29/08/1949 a 04/08/1950

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 38 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 2.714 e ao Processo 5.374, ambos do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, alemão, condenado a dez anos de reclusão, por acórdão prolatado na Revisão Criminal n. 446, em 13 de março de 1948, pelo Superior Tribunal Militar, que desclassificou o crime para o art. 276 do Código Penal Militar.</p>
<p>Nota</p> <p>O revisando foi anteriormente condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 28 de maio de 1945, sob a acusação de cometer crime de espionagem.</p> <p>Neste novo pedido de revisão, pretende o revisando a abolição se mantida for a classificação no art. 276 do Código Penal Militar ou que reduza a penalidade que lhe foi imposta, desclassificando o delito para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 446/1947 • Revisão Criminal n. 575/1950
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crimes contra a ordem política e social • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21 • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 57 • Espionagem • Código Penal Militar, art. 276
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor)

- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Koepff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>124. Revisão Criminal n. 557/1949</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 29/11/1949 a 10/07/1952
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 17 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.684 e Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Niels Christian Christensen, condenado a 30 anos de reclusão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de promover ou manter no território nacional serviço secreto destinado à espionagem.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Apelação n. 1.684-TSN</p> <p>Processo n. 3.093-TSN</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 511/1948

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem
- Tempo de guerra
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa

Ponto de acesso nome

- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Murgel de Rezende (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Niels Christian Christensen (Envolvido(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)

Título**125. Revisão Criminal n. 560/1949****Data(s)**

- 30/12/1949 a 01/08/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 45 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal referente a Theodor Friedrich Schlegel, condenado a pena de morte comutada em 30 anos de prisão, por acórdão de 29 de outubro de 1943 do Tribunal de Segurança Nacional.

Acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem.

Nota

O revisando requer que o STM reforme o acórdão exarado pelo Tribunal de Segurança Nacional no Processo n. 3.093 e desclassifique o crime do art. 21 para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766/1942, pelo qual já cumpre pena.

Pontos de acesso de assunto

- Espionagem
- Crimes contra a ordem política e social
- Radiodifusão sem licença
- Pena de morte
- Comutação da pena
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Yaco Fernandes (Advogado(a))
- Murgel de Rezende (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Theodor Friedrich Schlegel (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

<p>Título</p> <p>126. Revisão Criminal n. 566/1950</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28/04/1950 a 20/09/1950
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 51 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 5.203/1937 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Antero de Almeida, ex-oficial do Exército, condenado a 7 anos e 3 meses de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de outubro de 1937. Foi acusado de tomar parte no levante comunista de novembro de 1935.</p> <p>Embora tenha sido anistiado, o Revisando alega que apenas recuperou a sua liberdade de locomoção, o que restringe extraordinariamente o conceito de anistia. O Revisando espera o seu retorno à vida no Exército. Repetindo o recurso de revisão, almeja obter a sua reversão ao serviço ativo do Exército como consequência do ato de anistia que o beneficiou.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime de motim e revolta • Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º • Crime contra a ordem política e social • Anistia • Revolução Comunista de 1935 • Revolta Vermelha de 35 • Intentona Comunista • Novembro vermelho

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Victor do Espírito Santo (Advogado(a))
- Claudino Victor do Espírito Santo Júnior (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Antero Almeida (Envolvido(a))

Título**127. Revisão Criminal n. 574/1950****Data(s)**

- 18/10/1950 a 27/03/1951

Dimensão e suporte

Dimensão: 28 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.293 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Albrecht Gustav Engels, engenheiro, condenado a 10 anos de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 27 de julho de 1942, acusado de espionagem.

Descrições relacionadas

- Revisão Criminal n. 508/1948
- Revisão Criminal n. 526/1949

Nota

O requerente já havia obtido a redução da pena em uma revisão anterior. Pede novamente revisão do processo para o fim de ser absolvido.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Vaz de Mello (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Joaquim Mariano Nogueira Coêlho (Advogado(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Albrecht Gustav Engels (Martha Engels, Joseph Engels) (Envolvido(a))

Título**128. Revisão Criminal n. 575/1950****Data(s)**

- 13/11/1950 a 18/04/1951

Dimensão e suporte

Dimensão: 12 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 2.714 e ao Processo n. 5.347 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão, por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de praticar crime de espionagem.</p> <p>Na Revisão n. 446, de 1947, por acórdão de 13 de março de 1948, o Superior Tribunal Militar desclassificou o crime para o art. 276 do Código Penal Militar, condenando o requerente à pena de dez anos de reclusão.</p> <p>Na Revisão n. 549, de 1949, pretendia-se a abolição se mantida fosse a classificação no art. 276 do Código Penal Militar ou que reduzisse a penalidade que foi imposta ao revisando, desclassificando o delito para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p> <p>Nesta nova revisão, o revisando pede que o Superior Tribunal Militar o considere incurso no art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, e o condene à pena mínima de 2 anos de prisão.</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 446/1947 • Revisão Criminal n. 549/1949
<p>Nota</p> <p>Na Revisão n. 446, de 1947, por acórdão de 13 de março de 1948, o Superior Tribunal Militar desclassificou o crime para o art. 276 do Código Penal Militar, condenando o requerente à pena de dez anos de reclusão.</p> <p>Na Revisão n. 549, de 1949, pretendia-se a abolição se mantida fosse a classificação no art. 276 do Código Penal Militar ou que reduzisse a penalidade que foi imposta ao revisando, desclassificando o delito para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p> <p>Nesta nova revisão, o revisando pede que o Superior Tribunal Militar o considere incurso no art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, e o condene à pena mínima de 2 anos de prisão.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Radiodifusão sem licença • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23 • Código Penal Militar, art. 276

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Vaz de Mello (Revisor(a))
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Koepff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))

Título**129. Revisão Criminal n. 576/1950****Data(s)**

- 21/11/1950 a 23/10/1951

Dimensão e suporte

Dimensão: 97 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.662 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão criminal requerida por Enzo Di Vicino, capitão de corveta da Marinha de Guerra italiana e adido naval à Embaixada da Itália no Brasil, condenado a 20 anos de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional, acusado de cometer crime de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Crime contra a ordem política e social
- Radiodifusão sem licença
- Espionagem

<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superior Tribunal Militar (Produtor) • Alvaro de Senna Valle (Advogado(a)) • Vaz de Mello (Relator(a)) • Gomes Carneiro (Revisor(a)) • Tribunal de Segurança Nacional (Coleção) • Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a)) • Enzo Di Vicino (Envolvido(a))

<p>Título</p> <p>130. Revisão Criminal n. 584/1951</p>
<p>Data(s)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15/04/1951 a 28/01/1952
<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 60 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 4.899 do Supremo Tribunal Militar.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal referente a Carlos Amorety Osório, condenado a 10 meses e 15 dias de prisão com trabalho por acórdão de 13 de setembro de 1937 do Tribunal de Segurança Nacional, acusado de dirigir a organização Aliança Nacional Libertadora.</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apelação n. 4.899/1937 • Revisão Criminal n. 498/1948

Nota

Trata-se de nova revisão ao Processo n. 4.899, para o fim de absolvição.

Nota

Na Revisão n. 498, o STM, em acórdão de 23 de maio de 1949, considerou prejudicado o pedido, porque o Decreto-Lei n. 7.474, de 18 de abril de 1945, concedera anistia a todos quantos tenham cometido crime político, desde 16 de julho de 1934 até a promulgação do referido decreto-lei.

Pontos de acesso de assunto

- Aliança Nacional Libertadora
- Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 20
- Crime contra a ordem política e social
- Anistia
- Reabilitação

Ponto de acesso nome

- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Hermes Lima (Advogado(a))
- Alcy Demillecamps (Advogado(a))
- Gomes Carneiro (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Carlos Amorety Osório (Emilia Amoretty Osório, Manoel Luiz Osório) (Envolvido(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))

Título**131. Revisão Criminal n. 609/1952****Data(s)**

- 04/06/1952 a 12/08/1952

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 15 folhas, 1 volume.</p> <p>Suporte: papel.</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente ao Processo n. 5.347 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, condenado a 10 anos de reclusão, por acórdão do Superior Tribunal Militar relatado na Revisão Criminal n. 446, em 13 de agosto de 1948.</p>
<p>Nota</p> <p>O revisando foi anteriormente condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão por acórdão do Tribunal de Segurança Nacional de 28 de maio de 1945, sob a acusação de cometer crime de espionagem.</p> <p>Na Revisão n. 446, de 1947, por acórdão de 13 de março de 1948, o Superior Tribunal Militar desclassificou o crime para o art. 276 do Código Penal Militar, condenando o requerente à pena de dez anos de reclusão.</p> <p>Na Revisão n. 549, de 1949, pretendia-se a abolição se mantida fosse a classificação no art. 276 do Código Penal Militar ou que reduzisse a penalidade que foi imposta ao revisando, desclassificando o delito para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942.</p> <p>Na Revisão n. 575, de 1950, o revisando pediu que o Superior Tribunal Militar o considerasse incurso no art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, e o condenasse à pena mínima de 2 anos de prisão.</p> <p>Nesta nova revisão, o suplicante pede que o Superior Tribunal Militar lhe imponha a pena do crime tentado ou que o desclassifique do art. 276 do Código Penal Militar para o art. 23 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, ou, então, que o absolva.</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 446/1948
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Crime contra a ordem política e social • Código Penal Militar, art. 276 • Espionagem

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Murgel de Rezende (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Koepff (Cristine Koepff, Wilhelm Koepff) (Envolvido(a))

Título**132. Revisão Criminal n. 613/1952****Data(s)**

- 18/06/1952 a 01/12/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 15 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 5.347 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por William Marcus Baarn, condenado a 27 anos e 6 meses de reclusão pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Foi preso preventivamente assim que aportou no Brasil, tendo sido acusado de espionagem. Além disso, portava um rádio clandestino.

Nota

Consta que William Marcus Baarn era companheiro de Wilhelm Heinrich Kopff.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 57
- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23
- Radiodifusão sem licença

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Cardoso de Castro (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- William Marcus Baarn (Emma Gertrude Van Rhemen, Julius Abraham Baarn) (Envolvido(a))

Título**133. Revisão Criminal n. 615/1952****Data(s)**

- 07/06/1952 a 08/09/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 19 folhas, 1 volume

Suporte: papel

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 3.093 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Niels Christian Christensen, condenado pelo Superior Tribunal Militar, em 10 de junho de 1952, a 20 anos de reclusão, acusado de espionagem.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social
- Espionagem
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 68
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Murgel de Rezende (Revisor(a))
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Niels Christian Christensen (Envolvido(a))

Título

134. Revisão Criminal n. 619/1952

Data(s)

- 19/08/1952 a 01/12/1952

<p>Dimensão e suporte</p> <p>Dimensão: 21 folhas, 1 volume</p> <p>Suporte: papel</p>
<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 5.054 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Alcêdo Batista Calvacanti, coronel do Exército Nacional, condenado a 4 anos e 10 meses por acórdão do Superior Tribunal Militar de 12 de janeiro de 1938, acusado de estar envolvido no movimento revolucionário de cunho comunista ocorrido em novembro de 1935.</p> <p>Neste pedido, espera o requerente que o Superior Tribunal Militar, tomando conhecimento da presente revisão, dar-lhe-á provimento para, reformando o acórdão recorrido, absolver o mesmo requerente da condenação que sofreu.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none">• Revolução Comunista de 1935• Intentona Comunista• Lei n. 38, de 4 de abril de 1935 » Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, art. 1º• Crime contra a ordem política e social• Crime de incitamento à indisciplina• Crime de motim e revolta
<p>Ponto de acesso nome</p> <ul style="list-style-type: none">• Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)• Superior Tribunal Militar (Produtor)• Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))• Bocayuva Cunha (Relator(a))• Murgel de Rezende (Revisor(a))• Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Advogado(a))• Wilson Salazar (Advogado(a))

- Gabriel Costa Carvalho (Advogado(a))
- José Tocqueville de Carvalho Filho (Advogado(a))
- Pedro Paulo de Castro Pinheiro (Advogado(a))
- Ruth de Azambuja Sobral Pinto (Advogado(a))
- Alcedo Baptista Cavalcante (Envolvido(a))

Título**135. Revisão Criminal n. 634/1952****Data(s)**

- 26/11/1952 a 29/12/1952

Dimensão e suporte

Dimensão: 13 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 2.714 e ao Processo n. 5.347 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Wilhelm Heinrich Kopff, condenado a 10 anos de reclusão, por acórdão do Superior Tribunal Militar de 13 de agosto de 1948.

Descrições relacionadas

- Revisão Criminal n. 446/1948

Nota

Não foi encontrado no Código Penal Militar vigente à época (Decreto-Lei n. 6.227, de 24 de janeiro de 1944), o artigo 276, citado no presente processo.

Pontos de acesso de assunto

- Crime contra a ordem política e social

- Código Penal Militar, art. 276
- Código Penal Militar, art. 20

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Cardoso de Castro (Relator(a))
- Bocayuva Cunha (Revisor(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Waldemiro Gomes Ferreira (Procurador(a))
- Wilhelm Heinrich Kopff (Cristine Kopff, Wilhelm Kopff) (Envolvido(a))

Título**136. Revisão Criminal n. 670/1953****Data(s)**

- 09/12/1953 a 18/11/1954

Dimensão e suporte

Dimensão: 41 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente ao Processo n. 2.469 do Tribunal de Segurança Nacional.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Nicolaus Eduard Dellingshausen, alemão, civil, condenado a 8 anos de prisão, por acórdão de 19 de novembro de 1942 do Tribunal de Segurança Nacional, sob a acusação de praticar crime de espionagem.

Requer revisão dos autos do processo crime a que respondeu para o fim de ser absolvido.

Descrições relacionadas

- Revisão Criminal n. 465/1948
- Revisão Criminal n. 542/1949

Nota

O requerente foi acusado, no processo de origem, de ser integrante de um grupo dirigido por Theodore Frederich Schlegel, acusado de praticar espionagem no Brasil.

Pontos de acesso de assunto

- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Mario Leal (Revisor(a))
- Bocayuva Cunha (Relator(a))
- Edgard Pinto Lima (Advogado(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Nicolaus Eduard Dellingshausen (Envolvido(a))

Título**137. Revisão Criminal n. 682/1954****Data(s)**

- 08/06/1954 a 25/10/1954

Dimensão e suporte

Dimensão: 26 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

<p>Nome do produtor</p> <p>Superior Tribunal Militar</p>
<p>História do item documental</p> <p>Revisão Criminal referente à Apelação n. 1.826 e ao Processo n. 3.823 do Tribunal de Segurança Nacional.</p>
<p>Âmbito e conteúdo</p> <p>Revisão Criminal requerida por Fernando Manoel de Almeida e Motta Marques, jornalista, português, condenado a 2 anos de reclusão, por acórdão do Superior Tribunal Militar de 16 de janeiro de 1948, pela posse, sem licença, em tempo de guerra, de um aparelho transmissor de radiotelegrafia.</p> <p>Na presente revisão, pleiteia o revisando a absolvição.</p>
<p>Unidades de descrição relacionadas</p> <p>Processo n. 3.823-TSN</p> <p>Apelação n. 1.826</p> <p>Revisão Criminal n. 358</p>
<p>Descrições relacionadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão Criminal n. 450/1947
<p>Nota</p> <p>Foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 8 anos de reclusão, como incurso na sanção do art. 21 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, acusado de promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem.</p> <p>Requeru, então, sob o n. 358, revisão do processo, sendo indeferido o pedido, pelo acórdão de 30 de setembro de 1946.</p> <p>Em segunda revisão, sob o n. 450, obteve ele a desclassificação do crime para o art. 23 do referido Decreto-Lei, por acórdão do Superior Tribunal Militar de 16 de janeiro de 1948, sendo fixada a pena em 2 anos de reclusão, pela posse, sem licença, de um aparelho transmissor de radiotelegrafia, em tempo de guerra.</p> <p>Na presente revisão – a terceira requerida –, pleiteia o revisando a absolvição.</p>
<p>Pontos de acesso de assunto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 23 • Radiodifusão sem licença • Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Mario Leal (Relator(a))
- Murgel de Rezende (Revisor(a))
- Fernando Moreira Guimarães (Procurador(a))
- Fernando Manoel de Almeida e Motta Marques (Carlos Alberto da Motta Marques) (Envolvido(a))

Título**138. Apelação n. 26.067/1955****Data(s)**

- 31/03/1955 a 07/12/1956

Dimensão e suporte

Dimensão: 1.982 folhas, 8 volumes e 1 apenso.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Tribunal de Segurança Nacional

Nome do produtor

3ª Auditoria da 1ª Região Militar

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

O processo teve início como Inquérito n. 64, do Livro n. 1, da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, na Capital Federal.

Autuado no Tribunal de Segurança Nacional com o número 3.293, em 26 de março de 1943.

Acórdão prolatado em 27 de abril de 1943.

Houve recurso de Apelação sob o número 1.516, de 1945, para o próprio STN. Com a extinção desse Tribunal, foi o processo aforado para a 3ª Auditoria da 1ª Região Militar, em 1948, recebendo a numeração 635.

Foi requerida Apelação para o STM, sob o número 19.067, de 27 de abril de 1950.

Juntado o Recurso Criminal n. 3.545, de 10 de maio de 1954.

Virou Apelação n. 26.067, em 1955, posteriormente embargada.

Âmbito e conteúdo

A apelação refere-se ao processo em que foram julgados Tulio Regis Nascimento, Gerardo Margella Melo Mourão, Kurt Prueffer, Alexander Konder e outros, acusados de promoção e manutenção de serviço secreto destinado à espionagem, além da atuação com objetivo de destruir o navio Winduck.

Pontos de acesso de assunto

- Navio Winduk
- Crime contra a ordem política e social
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Espionagem
- Processo n. 3.293/1943-TSN
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa
- Tempo de guerra

Ponto de acesso nome

- Albrecht Gustav Engels (Martha Engels, Joseph Engels) (Envolvido(a))
- Alexander Konder (Maria Corina Konder, Marcos Konder) (Envolvido(a))
- Álvaro da Costa Souza (Rita de Souza, Luiz da Costa Souza) (Envolvido(a))
- Camilo Mendes Pimentel (Aurea Vale Pimentel, Francisco Mendes Pimentel) (Envolvido(a))
- Carlos Astrogildo Correa (Maria do Nazaré Corrêa, Arnaldo Lopes Corrêa) (Envolvido(a))
- Ernest Ramuz (Harminia Liria Matthes, Augusto Matthes) (Envolvido(a))
- Evandro Cavalcanti Lins e Silva (Advogado(a))
- Francisco Moesia Rolim (Advogado(a))
- Gerardo Margella Melo Mourão (Esther Mello Mourão, Coriolando Ribeiro Mello) (Envolvido(a))
- Heinz Ehlert (Eleonore Brinkran, Willehm Brinkran) (Envolvido(a))
- Heinz Otto Herman Lorenz (Else Hanebuth, Heinrich Lorenz) (Envolvido(a))
- Heitor Lima (Advogado(a))
- Herbert Friederich Julius Von Heyer (Julia Von Heyer, Gustav Von Heyer) (Envolvido(a))

- Herman Bohny (Envolvido(a))
- Jamil Feres (Advogado(a))
- Jefferson de Araujo Dias (Maria Milagre de Araújo Dias, Vitorino Antonio Dias) (Envolvido(a))
- Kurt Martin Weingartner (Else Weingartner, Martim Weingartner) (Envolvido(a))
- Kurt Prueffer (Envolvido(a))
- Mario Bulhões Pedreira (Advogado(a))
- Oswaldo Riffel França (Regina Puin, João Riffel França) (Envolvido(a))
- Othomar Gamilischig (Marie Gamilischig, Felix Gamilischig) (Envolvido(a))
- Supremo Tribunal Militar (Produtor)
- Tribunal de Segurança Nacional (Produtor)
- Tulio Regis Nascimento (Olga Regis Nascimento, Flavio Queiroz Nascimento) (Envolvido(a))
- Valencio Wurch Duarte (Anna Sofia Sara Wurch, Antonio Rodrigues Duarte) (Envolvido(a))
- Vasco Parolini Pezzi (Adélia Parolini Pezzi, Mansueto Pezzi) (Envolvido(a))
- Walter Becker (Envolvido(a))

Título**139. Revisão Criminal n. 806/1957****Data(s)**

- 21/11/1957 a 15/09/1958

Dimensão e suporte

Dimensão: 113 folhas, 1 volume.

Suporte: papel.

Nome do produtor

Superior Tribunal Militar

História do item documental

Revisão Criminal referente à Apelação n. 26.064 e à Revisão Criminal n. 428.

Âmbito e conteúdo

Revisão Criminal requerida por Gerardo Majella Mello Mourão, jornalista, condenado a 6 anos de reclusão,

como incurso no art. 124, preâmbulo, do Código Penal Militar, de 1944, por desclassificação, e em face do acórdão do Superior Tribunal Militar de 1º de outubro de 1947, na Revisão Criminal n. 428.

No presente processo, vem o revisando, pela segunda vez, pleitear sua absolvição do crime de que foi denunciado e condenado.

Descrições relacionadas

- Revisão Criminal n. 428/1947

Nota

Foi processado e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a 30 anos de reclusão, por acórdão de 27 de julho de 1943, como incluso no art. 21 combinado com os arts. 67 e 68 do Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, acusado de ter tomado parte ativa em atos de espionagem em favor da Alemanha, como auxiliar do ex-capitão Túlio Regis do Nascimento.

Pontos de acesso de assunto

- Código Penal Militar, art. 125
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 21
- Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942 » Decreto-Lei n. 4.766, de 1º de outubro de 1942, art. 67
- Espionagem
- Crime contra a ordem política e social
- Apelação n. 26.064
- Revisão Criminal n. 428
- Navio Winduk
- Tempo de guerra
- Retroatividade da lei penal em relação aos crimes contra a segurança externa

Ponto de acesso nome

- Tribunal de Segurança Nacional (Coleção)
- Superior Tribunal Militar (Produtor)
- Maria Nazaré Lima Mascarenhas (Advogado(a))
- Adalberto Barreto (Relator(a))
- Almirante Pinto de Lima (Revisor(a))
- Ivo d'Aquino (Procurador(a))
- Gerardo Majella Melo Mourão (Esther Mello Mourão, Coriolando Ribeiro Mello) (Envolvido(a))

Impressão e acabamento:
Gráfica do STM

Formato: 22 cm x 28 cm
Papel do miolo: Sulfito 75g/m²
Capa: Opalina 180g/m² color
Fonte: Times New Roman, 11
Número de páginas: 228
Acabamento: Lombada